

Cléia Normandina Silveira Ramos

**AS SOLENIDADES PÚBLICAS DE COLAÇÃO DE GRAU
COMO MECANISMO DE ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO ESPAÇO
PÚBLICO: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Administração
Universitária da Universidade Federal
de Santa Catarina, para obtenção do
Grau de Mestre em Administração
Universitária.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Cristina
Dutra Búrgio.

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

R175s Ramos, Cléia Normandina Silveira

As solenidades públicas de colação de grau como mecanismo de organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público [dissertação] : um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina / Cléia Normandina Silveira Ramos ; orientadora, Carla Cristina Dutra Búrigo. - Florianópolis, SC, 2012.

170 p. : il., tabs., graf.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Universidade Federal de Santa Catarina - Administração. 2. Administração. 3. Universidades e faculdades públicas. 4. Espaços públicos. 5. Universidades e faculdades - Administração. I. Búrigo, Carla Cristina Dutra. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 65

Cléia Normandina Silveira Ramos

**AS SOLENIDADES PÚBLICAS DE COLAÇÃO DE GRAU
COMO MECANISMO DE ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO ESPAÇO
PÚBLICO: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa
Catarina**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de março de 2012.

Prof. Dr. Pedro Antônio de Melo
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Dutra Búrigo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof. Dr. Luís Moretto Neto
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof.^a Dr.^a Alessandra de Linhares Jacobsen
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof.^a Dr.^a Carmen Lucia Bezerra Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

Ao José Henrique (Rico), marido e companheiro, pelo estímulo, confiança, paciência, compreensão e amor que sempre estiveram presentes e que foram fundamentais para que esta conquista se tornasse realidade. Esta conquista também é sua.

Aos meus queridos filhos, Ana Paula e Bruno, pelo sentido que me dão na vida, pelo amor incondicional e pela linda história de família que construímos.

À minha adorável mãe, que me ensinou o verdadeiro sentido das palavras “mãe”, “filho”, “família” e “amor”. Pelo incentivo incondicional, pela certeza de que esta conquista se tornaria realidade, pelos momentos de convívio trocados por horas de estudo, pelo amor que se fortalece a cada olhar, a cada palavra de apoio, a cada abraço. Que Deus a abençoe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, estiveram presentes ao longo desta caminhada, compartilhando momentos de aprendizagem, de angústia, de alegria, de superação, de companheirismo e de confiança.

- à Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Dutra Búrigo, pela orientação e pelo comprometimento com este estudo. Seu carinho, confiança e disponibilidade, aliados aos seus ricos ensinamentos e à sua grandiosidade humana, me fortaleceram a cada dia e me fizeram acreditar que esta conquista se concretizaria. Divido com carinho esta conquista com você, professora, orientadora e amiga.

- ao Prof. Dr. Luís Moretto Neto, integrante da banca e professor do curso de Mestrado em Gestão Universitária, pelos ensinamentos, carinho, apoio incondicional e pelo exemplo de ser humano que representa.

- à Prof.^a Dr.^a Alessandra de Linhares Jacobsen, integrante da banca e professora do curso de Mestrado em Gestão Universitária, pela pessoa especial que é, pela grandiosidade com que vive a docência, pelos seus ensinamentos, pela humildade, disponibilidade, apoio e carinho.

- à Prof.^a Dr.^a Carmen Lucia Bezerra Machado, integrante da banca, pelo carinho com que aceitou fazer parte desta caminhada, pelos ensinamentos e contribuições que foram fundamentais para este estudo.

- aos professores Dr. Pedro Antônio de Melo, Dr. João Benjamim da Cruz Junior e Dr. Mário de Souza Almeida, professores do curso de Mestrado em Administração Universitária, pelos ensinamentos, atenção, apoio e carinho dispensados ao longo do curso.

- aos participantes desta pesquisa, por terem se colocado à disposição para realização das entrevistas, pela disponibilidade e pelas contribuições que enriqueceram sobremaneira este estudo.

• à Marcia Mafra da Silva, querida amiga e secretária do curso de Mestrado em Administração Universitária, pela dedicação, paciência, profissionalismo e carinho com que me atendeu durante toda esta caminhada.

• aos queridos amigos mestrandos e companheiros nesta caminhada, pelos momentos mágicos que vivemos em sala de aula, nos bares e nas salas de estudo. Pelos momentos de angústia, de insegurança, de alegria e de conquista que compartilhamos. Pela alegria de cada etapa vencida, pela força que nos uniu, pela história que construímos juntos e que jamais será esquecida.

• aos amigos do Departamento de Cultura e Eventos, pela compreensão, apoio e carinho, que foram fundamentais para a conclusão desta etapa da minha vida.

• à Universidade Federal de Santa Catarina, à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social e ao Centro Sócio-Econômico, pela união de forças que possibilitou a materialização desta oportunidade ímpar de formação dos servidores técnico-administrativos em educação da Instituição.

• à pessoa mais especial que conheço, minha mãe, aos meus queridos irmãos, minha sogra e meu sogro, cunhados e sobrinhos, pelo apoio, incentivo, carinho e torcida para que tudo desse certo.

• à minha belíssima família, constituída com o meu querido marido José Henrique (Rico) e meus filhos maravilhosos, Ana Paula e Bruno. Sem o carinho, apoio, compreensão, paciência e amor de cada um, esta conquista não teria se materializado.

• à Deus, sempre presente na minha vida, que me deu força, coragem, saúde e confiança para superar os obstáculos e seguir em frente.

Imagine

*Imagine que não há paraíso
É fácil se você tentar
Nenhum inferno abaixo de nós
Acima de nós apenas o céu
Imagine todas as pessoas
Vivendo para o hoje*

*Imagine não existir países
Não é difícil de fazê-lo
Nada pelo que lutar ou morrer
E nenhuma religião também
Imagine todas as pessoas
Vivendo a vida em paz*

*Você pode dizer
Que eu sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Eu tenho a esperança de que um dia
Você se juntará a nós
E o mundo será como um só*

*Imagine não existir posses
Pergunto-me se você consegue
Sem necessidade de ganância ou fome
Uma irmandade humana
Imagine todas as pessoas
Compartilhando todo o mundo*

*Você pode dizer
Que eu sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Eu tenho a esperança de que um dia
Você se juntará a nós
E o mundo viverá como um só.*

*John Lennon
(Tradução: Rafael Marinho Mateus Lopes)*

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores universitários. As formaturas da Instituição até o fim da década de 80 apresentavam o caráter público e democrático. A partir da década de 90 foram privatizadas e no ano de 2004, foi resgatado seu caráter institucional, público e democrático. A devolução da formatura pública para a comunidade garantiu a participação na solenidade, de todos os formandos em igualdade de condições e sem custos para o estudante. Esta ação visa fortalecer o processo de democratização das solenidades de colação de grau dos seus cursos de graduação, na perspectiva de resgatar o seu caráter público, fortalecendo o exercício da cidadania dos seus estudantes e familiares, que foi fortemente abalado a partir da década de 90, como reflexo das políticas públicas neoliberais. Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso de natureza qualitativa, utilizando a análise de documentos, a construção de um arcabouço teórico contextualizando o fenômeno investigado, além de entrevistas semiestruturadas com gestores universitários. Para este estudo a construção do público é concebido a partir do atendimento aos interesses comuns, onde as diferenças são respeitadas, o diálogo é mantido, e os elementos que envolvem a complexidade da universidade pública são compreendidos na perspectiva de promover o desenvolvimento e a preservação desses espaços para as próximas gerações. Este espaço deve possibilitar a integração e a inserção social promovendo assim a consolidação de valores que envolvem a ética, a democracia, a justiça social e o bem comum. A partir dos resultados da pesquisa, é possível observar fortes evidências de que a formatura pública da UFSC é envolvida por relações de grandes dimensões e que refletem diretamente no seu caráter público, democrático e isonômico. Assim, ela se constitui em um processo que se apresenta em constante movimento e que pode contribuir para a organização ou para a desorganização do espaço público, de acordo com o contexto que a envolve. A Universidade é uma instituição complexa, caracterizada pela diversidade da sua comunidade interna e externa. Diferentes culturas,

etnias, classes sociais, credos religiosos e ideologias políticas, aliados às relações de poder, se manifestam no seu fazer diário, como instituição social, fazendo com que seja capaz de identificar, compreender e responder às contradições existentes. Sustentar o espaço público é uma ação complexa, pois não é uma ação isolada da Universidade. Todavia, demanda muito esforço, vontade política, ousadia e acima de tudo compromisso institucional.

Palavras-chave: Formatura Pública. Espaço Público. Universidade Pública.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the contribution of the under graduation public ceremonies of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), taking into consideration the ceremonies realized since 2004. This research takes in regard the organization, development and strengthening of the public space of the university as a social instrument, under the perspective of the managers. The under graduations of the therefore mentioned Institution until the end of the 80's had a public and democratic character. That characteristics remained until the 90's when the under graduation ceremonies where privatized and in the year 2004 those public and democratic values where revitalized. That revitalization enabled the participation of all the under graduated students to attend the ceremony, without any cost, and also the community as a whole. This action intent to make the democratization process of under graduation ceremonies stronger, revitalize its public character, strengthening the citizenship exercise by its students and their families, which was strongly shaken since the begging of 90's as a reflection of the neoliberal politics. This research is a qualitative nature study, that is based on documents analyses, theory context and interviews semi structured with the university managers. For this research the public construction is concept for the fulfillment of the common interests, where the differences are respected, the dialog is maintained, and the elements that round the complexity of the public university are comprehended on the perspective of promote the development and the preservation of this spaces for the next generations. This space must enable the integration and the social insertion promoting the consolidation of values that surround ethics, democracy, social justice and the common wealth. From the research results, is possible observe strong evidences that the public under graduation ceremony from UFSC is surrounded for relations of great dimensions that affects directly on your public character, democratic and isonomic. This way, its constitute in a process that represent the constant movement and can contribute for the organization or the disorganization of public space, according the context that surround it. The university is a complex institution, characterized by the diversity of the inner and outer community. Different cultures, peoples, social class, beliefs, social ideology, gathered the power structures, that manifests on yours daily

bases as social institution, making that able to identify, comprehend and answer the existing contradictions. Sustain the public space is a complex action, because is not a isolated action from the University. Anyway, demands amount of work, politic will, boldness, and above all institutional shores.

Keywords: Public Under Graduation. Public Space. Public University.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caminho metodológico proposto para analisar a contribuição que a formatura pública da UFSC traz para a organização e o desenvolvimento do espaço público da Instituição.	33
Figura 2 - Representação da crise universitária.....	79
Figura 3 - Etapas desenvolvidas para compreensão do fenômeno estudado.....	91
Figura 4 - Realidade da formatura pública da UFSC, em movimento	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de alunos da UFSC que colaram grau em solenidade de formatura pública - Período 2004 - 2011..... 59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de eventos realizados no Centro de Cultura e Eventos da UFSC - Período 2004 - 2011.....	54
Tabela 2 - Evolução da realização de solenidades públicas de colação de grau da UFSC - Período 2004 - 2011	58
Tabela 3 - Relação dos Cursos de Graduação da UFSC e do ano de ingresso dos respectivos Coordenadores que ingressaram na Instituição até o ano de 1980.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Codificação de categorias de análise e conteúdos básicos 104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCB - Centro de Ciências Biológicas
CCE - Centro de Comunicação e Expressão
CCEven - Centro de Cultura e Eventos
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CDS - Centro de Desportos
CED - Centro de Ciências da Educação
CEG - Câmara de Ensino de Graduação
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CSE - Centro Sócio-Econômico
CTC - Centro Tecnológico
CUn - Conselho Universitário
DCEven - Departamento de Cultura e Eventos
IES - Instituição de Ensino Superior
OMC - Organização Mundial do Comércio
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PREG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SETIC - Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSC
SeCArte - Secretaria de Cultura e Arte
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO -----	27
2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DOS ANOS 90 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS FORMATURAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFSC -----	34
2.1	A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA ---	34
2.2	O CERIMONIAL UNIVERSITÁRIO: ORIGEM E SIGNIFICADO -----	41
2.3	A SIMBOLOGIA NA SOLENIDADE DE COLAÇÃO DE GRAU-----	43
2.4	A SOLENIDADE DE COLAÇÃO DE GRAU DA UFSC E SUAS CARACTERÍSTICAS -----	45
2.4.1	Do caráter público da atividade de colação de grau à sua prática sob a perspectiva da lógica do mercado-----	47
2.4.2	O resgate da formatura pública da UFSC a partir de 2004-----	54
2.5	AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS A PARTIR DOS ANOS 90 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A GESTÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL-----	60
2.5.1	A mercadorização da educação e o enfraquecimento do espaço público a partir dos anos 90-----	61
2.5.2	A educação pública superior na concepção da gestão social-----	73
2.5.3	O espaço público e o espaço privado e sua relação na universidade -----	81
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS -----	90
3.1	TIPO E NATUREZA DO ESTUDO-----	91
3.2	A POPULAÇÃO E AMOSTRA -----	92
3.3	COLETA DAS INFORMAÇÕES-----	100
4	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS -----	105
4.1	ANÁLISE DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS -----	105
4.1.1	Caracterização dos entrevistados -----	106
4.1.2	Estudo crítico dos relatos dos entrevistados-----	107
4.1.2.1	Universidade Pública na concepção dos entrevistados-----	107
4.1.2.2	Espaço público na visão dos gestores universitários -----	122
4.1.2.3	A formatura pública da UFSC e sua relação com a organização e desorganização do espaço público -----	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	145

REFERÊNCIAS -----	154
APÊNDICES -----	164
APÊNDICE A - Relação de cursos presenciais no <i>Campus</i> Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis e respectiva área de conhecimento -----	165
APÊNDICE B - Instrumento de coleta de informações -----	168

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta investigação é analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores universitários.

A inquietação por esta temática é resultado do envolvimento das minhas atividades laborais, nos últimos sete anos, com as solenidades de colação de grau¹ dos alunos em nível de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A proposta desafiadora, feita em 2004, de compor uma equipe com o objetivo de devolver o caráter público e institucional das formaturas da UFSC, pareceu inicialmente complexa e de difícil execução.

Propor um modelo de solenidade pública de colação de grau, naquele momento em que as empresas especializadas detinham o controle da organização do evento, representaria quebra de paradigmas, um processo de aprendizagem longo, mudança cultural, comprometimento com a causa pública e vontade política da administração superior. Demandaria tempo e ajustes organizacionais que dessem suporte às mudanças necessárias.

Considerando a relevância do trabalho, a partir de 2005, passei a fazer parte da equipe do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC (DCEven), com a função de participar do processo de desenvolvimento e institucionalização da nova prática. Percebi a convicção, que se mantém até os dias de hoje, dos componentes da equipe envolvida com o processo, de que a formatura dos cursos de graduação da UFSC deva ser uma solenidade pública, democrática e por isso, merecedora de todo o comprometimento necessário à sua consecução. Constatei a união de forças para a manutenção do bom nível de qualidade das solenidades, para o atendimento às inquietações dos formandos e a resistência às tentativas de manobras da esfera privada no sentido de ampliar sua área de atuação, que foi regulada a partir de 2004.

¹ Para este estudo, as expressões solenidade de colação de grau e formaturas são consideradas sinônimas.

Essa postura demandou investimento institucional tanto na infraestrutura quanto no desenvolvimento de habilidades para os servidores envolvidos, objetivando a preservação do espaço público existente.

Durante o processo de maturação do modelo, percebi que a prática da colação de grau nas universidades públicas merece realmente um olhar mais crítico por parte dos gestores universitários. O que se vê muitas vezes, no entanto, é que esse assunto não consegue demandar muita atenção destes. Isso faz com que se desconsidere o fato de que essa solenidade faz parte do cotidiano do aluno, da cultura organizacional da universidade, e que muitas vezes pode ser lentamente apropriada pela iniciativa privada (AVELAR, 2007).

A exemplo da UFSC, se os gestores públicos universitários não se mantiverem atentos à prática da formatura, esta pode representar uma ação de caráter privado, excludente e potencializadora da apropriação do espaço público pela esfera privada.

Entretanto, a formatura pública da UFSC, não se constitui em uma atividade consolidada na perspectiva da garantia do desenvolvimento e preservação do espaço público. Isto porque as relações que envolvem esta prática demandam esforço institucional e comprometimento contínuo com o caráter público da solenidade, na sua essência. A formatura pública, que foi resgatada visando a participação em igualdades de condições de todos os formandos, convive diariamente com pressões internas e externas, na perspectiva do atendimento a interesses privados e de concessões de privilégios durante as solenidades, caminhando assim na contramão dos objetivos do resgate da publicização da atividade. Em outras palavras, a solenidade pública de colação de grau, convive com contradições, entre o que é público e privado. E se estas contradições não forem consideradas, analisadas e tratadas pela própria administração universitária e todos os envolvidos com o processo, podem colocar em risco o caráter público, democrático e isonômico da solenidade, desfigurando, a qualquer tempo, o fenômeno da formatura pública dos cursos de graduação da UFSC.

Assim, o interesse que me levou a desenvolver esta pesquisa, além do exercício das minhas atividades diárias, foi o fato de haver poucos estudos realizados sobre a prática das formaturas nas universidades públicas. Isto posto, meu estudo tem como foco de investigação a solenidade pública de colação de grau na perspectiva do

fortalecimento do espaço público na Universidade Federal de Santa Catarina.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizei como referência a universidade pública na concepção de instituição social, segundo os pressupostos de Chauí (2003) e Santos (2005), e o espaço público segundo Habermas (1984) e Arendt (1999).

Habermas (1984) considera espaço público como um espaço plural de debates, construído sob bases democráticas, onde os cidadãos interagem livremente na busca comum de alternativas que promovam o bem público. O autor conceitua de público como “certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um” (HABERMAS, 1984, p. 14). Na concepção do autor, o Estado “deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos” (HABERMAS, 1984, p. 14).

Arendt (1999, p. 62) concebe o espaço público como um espaço plural e comum, como aquele que é “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós”. A autora considera também a importância da preservação desse espaço para as próximas gerações ao destacar que “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDR, 1999, p. 64). Ela caracteriza ainda o espaço público como um espaço onde não há lugar para os interesses exclusivamente privados.

Considerarei ainda o espaço público, na perspectiva da sua organização e desorganização, de acordo com Búrigo (2003b, p.82) que defende a ideia de que o espaço público “é um espaço onde diferentes percepções se entrelaçam, no objetivo ao atendimento de uma meta comum, do bem público [...]. É um espaço em movimento, que organiza-se e desorganiza-se [...]”.

Este movimento do espaço público organiza-se ou desorganiza-se, como reflexo das políticas públicas implementadas pelo Governo e pelas ações implementadas institucionalmente que podem promover ou não o desenvolvimento deste espaço.

Assim, baseada nesses autores, procurei caracterizar o espaço público existente na UFSC, por meio da formatura pública, buscando respostas para as seguintes indagações: a solenidade pública de colação de grau da UFSC, que foi resgatada a partir de 2004 e que vem sendo aprimorada até os dias atuais, está realmente cumprindo com o seu

objetivo, ou seja, desenvolver e preservar o espaço público? Os gestores acadêmicos envolvidos com esse processo, que interagem diretamente com os formandos, percebem essa contribuição?

Corroboro com Búrigo (2003a) quando afirma que no universo acadêmico, inúmeras investigações analisam as causas e efeitos que deterioram e desenvolvem os espaços públicos na universidade federal. Todavia, um número muito reduzido de estudos trata as relações de mediação que organizam e desorganizam o espaço público. Como objeto de investigação deste estudo, considero a formatura dos cursos de graduação da UFSC como uma prática potencializadora do enfraquecimento ou do fortalecimento desse espaço.

Nesta perspectiva, acredito que este estudo poderá vir a contribuir com os gestores universitários e com a própria comunidade acadêmica em geral, na perspectiva de promover novas discussões em torno da prática das formações públicas das universidades federais, como também para o desenvolvimento de novas ações institucionais que visem ao desenvolvimento e preservação do espaço público.

Por fim, este estudo poderá, quiçá, possibilitar alguns subsídios necessários para propor a solenidade pública de colação grau da Universidade Federal de Santa Catarina para outras instituições públicas federais de ensino superior.

Para atingir o objetivo proposto, estabeleci os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar as políticas públicas educacionais a partir dos anos 90 e sua influência sobre a gestão universitária;
- b) caracterizar as solenidades de colação de grau da UFSC ocorridas antes de 2004;
- c) caracterizar as solenidades públicas de colação de grau da UFSC resgatadas a partir de 2004;
- d) analisar a percepção dos gestores universitários quanto à mudança administrativa, cultural e social ocorrida a partir da implantação em 2004 do modelo de solenidade pública de colação de grau dos cursos de graduação da UFSC e sua contribuição para o desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na Instituição; e,
- e) Propor ações para o desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na UFSC, por meio da solenidade pública

de colação de grau dos cursos de graduação da Universidade.

Este estudo estruturou-se em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo - Introdução, contextualizo a presente pesquisa e apresento os objetivos que a norteiam.

No segundo capítulo - As políticas públicas educacionais a partir dos anos 90 e sua influência sobre as formaturas dos cursos de graduação da UFSC, parto de uma realidade concreta, qual seja, a Universidade Federal de Santa Catarina, instituição na qual se realiza a presente pesquisa. Analiso como ela se organiza estruturalmente e como se constitui como uma instituição social de ensino, pesquisa e extensão.

Na sequência, analiso as formaturas dos cursos de graduação da UFSC, suas especificidades e os rumos que essa prática tomou, ao longo da existência da Instituição, na perspectiva de verificar sua influência na organização e desorganização do seu espaço público. Depois, estudo a influência das políticas públicas educacionais implementadas depois dos anos 90, sobre a educação superior brasileira e as consequências sobre o desenvolvimento do espaço público, na perspectiva de compreender os estágios pelos quais o processo das formaturas dos cursos de graduação da UFSC passou. Por fim, com reflexões teóricas fundamentadas em autores como Habermas (1984) e Arendt (1999), procuro compreender a relação existente na UFSC entre o espaço público e o privado, tendo como premissa a Universidade como instituição social, conforme os pressupostos de Chauí (2003).

No terceiro capítulo - Procedimentos metodológicos, apresento os procedimentos metodológicos desenvolvidos durante a realização desta pesquisa com vistas a analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, para a organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na Universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores acadêmicos. Assim, aponto na seção 3.1 o tipo e a natureza do estudo.

Na seção 3.2, apresento como se constitui a população que envolveu este estudo e os critérios que determinaram a definição da amostra que forneceu as informações que subsidiaram este estudo. Por fim, na seção 3.3, apresento o instrumento utilizado para a coleta de informações e o processo utilizado para a sua análise.

No quarto capítulo - Análise das informações coletadas, procuro analisar, à luz da teoria e sob as observações realizadas durante o estudo, as informações obtidas ao longo da presente pesquisa, com a aplicação de entrevista semiestruturada junto aos gestores universitários. Neste Capítulo apresento os parâmetros de análise das informações, caracterizo os entrevistados e procuro relacionar as categorias de análise estabelecidas para esta investigação, com os depoimentos dos entrevistados, sustentada pelos pressupostos teóricos que fundamentaram este estudo.

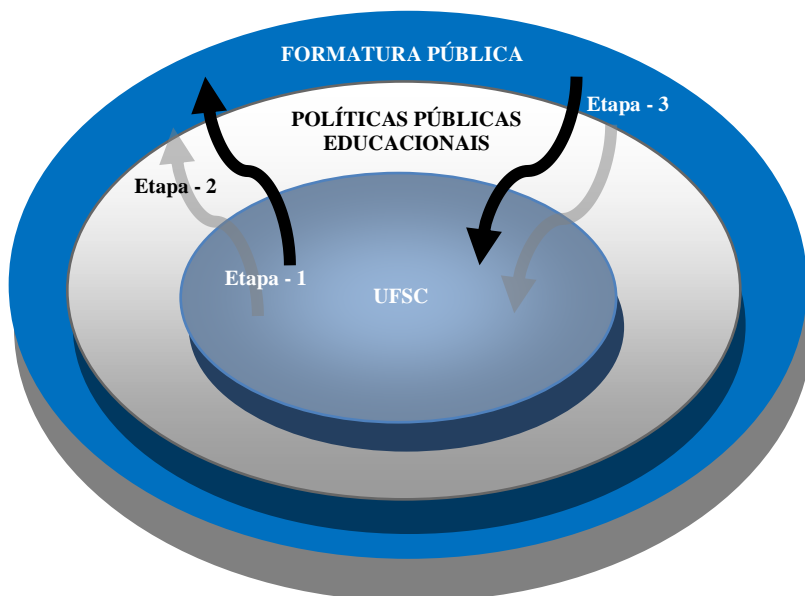
No quinto e último capítulo - Considerações Finais, apresento a minha leitura, neste momento, sobre o fenômeno estudado e faço algumas considerações e sugestões sobre o tema em questão.

Para compreender e analisar a contribuição que a formatura pública da UFSC traz para o desenvolvimento do espaço público da Instituição, tracei um caminho metodológico pelo qual parti de uma realidade concreta, ou seja, a da Universidade Federal de Santa Catarina e a formatura dos seus cursos de graduação (Etapa - 1 da Figura 1). Esta etapa visa compreender as relações sociais que envolvem esse fenômeno, interpretando-as à luz dos pressupostos teóricos que fundamentam este estudo.

Na sequência, procurei compreender as políticas públicas educacionais brasileiras implementadas a partir dos anos 90, e sua influência na universidade pública federal. Procurei também, nesse momento da investigação, compreender a relação entre o espaço público e o privado, na perspectiva de levantar subsídios para compreender o movimento de organização e desorganização do espaço público na UFSC (Etapa - 2 da Figura 1).

Por fim, retornei ao ponto de partida, ou seja, à formatura pública dos cursos de graduação da UFSC, visando desvelar as relações de mediação que essa caminhada propiciou na busca das respostas às inquietações que motivaram este estudo (Etapa - 3 da Figura 1).

Figura 1 - Caminho metodológico proposto para analisar a contribuição que a formatura pública da UFSC traz para a organização e o desenvolvimento do espaço público da Instituição.



FONTE: Desenvolvido pela autora

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DOS ANOS 90 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS FORMATURAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFSC

O objetivo deste Capítulo é analisar as políticas educacionais implementadas no Brasil a partir dos anos 90 e sua influência sobre a administração universitária, em especial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Será também tratada a relação entre essas políticas e a organização e desorganização do espaço público existente na UFSC e sua relação com a formatura pública dos alunos dos cursos de graduação dessa Instituição.

Assim, para iniciar esta discussão, a instituição Universidade Federal de Santa Catarina será apresentada, para melhor compreensão do contexto no qual o estudo está inserido.

2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina, criada em 18 de dezembro de 1960 completou, em 2010, cinquenta anos de atividades. Todavia, isso não significa que o ensino superior no Estado de Santa Catarina tenha apenas meio século de existência.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSC 2010 - 2014 (UFSC, 2010a), já na década de 1930, a Faculdade de Direito de Santa Catarina foi fundada. Além dessa faculdade, já se faziam presentes nesse Estado, antes da criação da UFSC, a Faculdade de Ciências Econômicas, Odontologia, Farmácia, Filosofia, Medicina e Serviço Social.

Para a criação de uma universidade em Santa Catarina, haviam duas correntes: uma que desejava uma universidade particular e posteriormente estadual, liderada pelo professor Henrique Fontes, e outra que pretendia uma universidade federal, liderada pelo professor João David Ferreira Lima. A proposta de Ferreira Lima, que se concretizou, era criar a universidade federal a partir da reunião das faculdades já existentes e, aproveitando a oportunidade, criar a Escola de Engenharia Industrial nas modalidades de Química, Mecânica e Metalurgia. Finalmente em 18 de dezembro de 1960, o presidente da República Juscelino Kubitschek assinou o Decreto-Lei 3.849/60 (BRASIL, 1960), criando a Universidade Federal de Santa Catarina,

marco histórico na educação superior catarinense. No dia 12 de março de 1962, em solenidade no Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis, foi procedida a instalação solene da Universidade Federal de Santa Catarina na Capital do Estado (LIMA, 2000).

Atualmente, a UFSC, conta com autonomia administrativa, didático-científica e de gestão financeira e disciplinar. Tem como missão “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida” (UFSC, 2011b, p.8).

Com a Reforma Universitária de 1969, por meio do Decreto n.º 64.824/69 (BRASIL, 1969), as faculdades deram lugar às unidades universitárias, com a denominação de Centros de Ensino, os quais agregam os Departamentos de Ensino. De acordo com o Relatório de Gestão da UFSC (UFSC, 2010b), a Universidade conta atualmente, com 11 (onze) Centros de Ensino, quais sejam:

- Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- Centro de Ciências Biológicas (CCB);
- Centro de Ciências da Educação (CED);
- Centro de Ciências da Saúde (CCS);
- Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM);
- Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);
- Centro de Comunicação e Expressão (CCE);
- Centro de Desportos (CDS);
- Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH);
- Centro Sócio-Econômico (CSE); e,
- Centro Tecnológico (CTC).

Com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) (BRASIL, 2007b), em 2008, a UFSC pôde se fazer presente em três outras cidades do Estado, ampliando a oferta de vagas e aproximando-se das comunidades do interior de Santa Catarina. Assim a UFSC instalou, em 2009, três *campi* no interior do Estado: *Campus* de Araranguá, Joinville e Curitibanos, constituindo uma estrutura de quatro *campi*, considerando

o *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima, no bairro da Trindade, em Florianópolis.

Para atender à educação infantil, o ensino fundamental e médio, a UFSC conta com o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, que proporcionam a realização de estágio supervisionado e de pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas no campo da educação básica.

Tendo seu Reitor eleito diretamente pela comunidade universitária a cada quatro anos, a UFSC de acordo com o Art. 13º do seu Estatuto (UFSC, 2011b), possui sua administração estruturada conforme segue:

- a) Administração Superior: A Administração Superior da UFSC conta com Órgãos Deliberativos Centrais e Órgãos Executivos Centrais.

São os Órgãos Deliberativos Centrais:

- o Conselho Universitário, Câmara de Ensino de Graduação, Câmara de Ensino de Pós-Graduação, Câmara de Pesquisa, Câmara de Extensão e Conselho de Curadores.

Os Órgãos Executivos Centrais são:

- o Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias e Secretarias Especiais.

Atualmente a UFSC conta com seis Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social, Pró-Reitoria de Infraestrutura, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Conta ainda com três Secretarias Especiais: Secretaria de Cultura e Arte, Secretaria de Planejamento e Finanças e Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais.

- b) Administração em nível de Unidades e Subunidades: Os Órgãos Deliberativos Setoriais, que são os Conselhos das Unidades e Departamentos, e os Órgãos Executivos Setoriais constituídos pelas Diretorias das Unidades e as Chefias dos Departamentos.
- c) Além das Unidades Universitárias (Centros de Ensino), a UFSC conta com estruturas de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante designadas como Órgãos Suplementares (UFSC, 2011b).

De acordo com o Relatório de Gestão da UFSC (UFSC, 2010b), a Instituição oferece nos seus 04 (quatro) *Campi* e 11 (onze) Centros de Ensino, 93 (noventa e três) cursos de graduação com distintas habilitações, presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento; 56 (cinquenta e seis) cursos de pós-graduação em nível de mestrado e 43 (quarenta e três) em nível de doutorado.

Para o vestibular do ano de 2010, foram ofertadas 7.061 vagas. Destas, 950 vagas para os cursos a distância e 1.040 vagas para atender aos novos cursos criados nos *Campi* de Florianópolis², de Joinville, de Araranguá e de Curitibanos (UFSC 2010b).

As vagas oferecidas foram preenchidas, em cada curso, observando-se o Programa de Ações Afirmativas criado pela Resolução Normativa N° 008/CUn/2007 (UFSC, 2007a), a qual estabelece, por meio dos Artigos 6° e 9°, que:

- a) 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso são destinadas para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas de ensino;
- b) 10% (dez por cento) das vagas de cada curso são destinadas para candidatos autodeclarados negros, que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas de ensino;

² Leia-se *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima.

c) para os candidatos autodeclarados indígenas, foram criadas 5 (cinco) vagas suplementares a serem preenchidas pelos candidatos mais bem classificados no vestibular. As vagas são criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de 2 (duas) vagas por curso. O número de vagas é alterado, a cada ano, mediante a criação de uma nova vaga, até perfazer o total de 10 vagas em 2013.

A comunidade universitária supera em números a população de algumas cidades brasileiras. Envolve em torno de 49.000 pessoas entre alunos e servidores³ assim distribuídos: 3.172 técnico-administrativos em educação; 43.963 alunos entre o ensino pré-escolar e em nível de doutorado, sendo 28.231 no Ensino de Graduação, 8.233 na Especialização, 3.864 no Mestrado, 2.462 no Doutorado e 1.173 alunos no Ensino Básico. Conta com 1.956 docentes sendo 72 do quadro de professores do Ensino Básico (educação básica, técnica e tecnológica) e 1.884 docentes do ensino superior, sendo 87% com título de doutor, 11% de mestre e 1% de especialista e graduado (UFSC, 2010c).

A responsabilidade ética e social que envolve a comunidade universitária está expressa no PDI (UFSC, 2010a) da UFSC, referente ao quadriênio 2010 - 2014, como um item do Projeto Pedagógico Institucional, que trata da preocupação da Instituição em conscientizar, orientar e estimular práticas socialmente responsáveis. Aliada a essa responsabilidade social, a UFSC vem implementando políticas que visam democratizar o acesso e fortalecer a permanência do aluno até a conclusão dos seus cursos, culminando no atendimento ao Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010a).

Assim, seja por determinação dos organismos superiores da administração federal, seja por decisão política institucional, a UFSC vem implementando ações que buscam a democratização e redução da

³ De acordo com o Art. 2º da Lei 8.112/90 (BRASIL, 1990), servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. Nestes termos, para este estudo, refere-se aos docentes e aos técnico-administrativos em educação da UFSC, como servidores.

elitização do acesso à universidade pública federal, como a implementação de ações institucionais que fortaleçam a permanência dos alunos nos cursos, visando a uma gestão democrática e socialmente responsável e justa.

Em 2007, a Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Resolução Normativa Nº 008/CUn/2007 (UFSC, 2007a), adotou o Programa de Ações Afirmativas. Em seu Art 1º, a citada Resolução define que o programa constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade.

Em 2008, a UFSC aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007b), que tem como objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos servidores existentes nas universidades federais.

Em 2003, as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação (PREG) e Assuntos Estudantis (PRAE), implantaram o Curso Pré-Vestibular da UFSC (UFSC, 2011c), destinado aos estudantes carentes, no sentido de se prepararem para a realização do concurso vestibular, em condições de concorrência mais justa. A proposta do pré-vestibular é de criar oportunidades para estudantes carentes ingressarem no ensino superior.

Medidas como essas contribuem para a democratização do acesso ao ensino superior e para o aumento do número de matrículas de alunos oriundos de uma realidade socioeconômica menos favorecida. No entanto, considero que não basta promover ações no sentido de abrir as portas da universidade pública para essa parcela da sociedade. Julgo-as extremamente válidas, porém, acredito que as ações devam ir além do ingresso, ou seja, esses alunos, ao ingressarem na Instituição por meio de processos seletivos, passam a constituir a comunidade discente de uma instituição pública federal de ensino superior, cujo principal objetivo é o interesse público, devendo ser administrada segundo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

Assim, parece-me claro que a universidade pública possui uma responsabilidade social diante daqueles que nela ingressam, e deve procurar minimizar as diferenças existentes entre classes sociais, etnias ou ideologias políticas, no tocante à garantia de acesso aos seus serviços. Considero ainda que uma maneira de efetivar essa garantia é a institucionalização de ações que visem à preservação dos espaços públicos existentes na Universidade. Esses espaços podem ser percebidos nas salas de aulas, nos laboratórios, nas viagens de estudos, nas bibliotecas e nas solenidades de colação de grau, entre outras atividades.

A Universidade Federal de Santa Catarina, com sua responsabilidade social expressa no seu Plano de Desenvolvimento Institucional⁴, vem por meio dos seus gestores, promovendo ações no sentido de resgatar e fortalecer o espaço nela existente, visando a uma gestão focada na publicização de suas ações, na democracia e na justiça social.

Corroboro com Búrigo (2003a), quando destaca que apesar dos mecanismos que objetivam a apropriação e o enfraquecimento, por parte da iniciativa privada, do espaço público existente nas universidades, estas buscam a sua preservação ou resgate, seja pelo esforço da administração das universidades, das associações e sindicatos, na medida em que lutam pela sua manutenção, ou ainda por algumas ações do Governo que possibilitam o desenvolvimento desse espaço em nome da democracia.

Na UFSC não é diferente. A preservação do seu espaço público é complexa, demanda vontade política, ousadia e, sobretudo, comprometimento com a missão institucional (UFSC, 2011b). Algumas ações estão sendo implementadas e, por menores que possam parecer,

⁴“[...] a UFSC procura sempre conscientizar, orientar e estimular práticas socialmente responsáveis, tais como: (1) a disseminação de conhecimentos sobre a responsabilidade ética e social, (2) a criação de código de ética e conduta do servidor docente e técnico-administrativo, (3) incentivo de ações indutoras de valores à sociedade. Na perspectiva das instituições de ensino superior, a UFSC defronta-se simultaneamente com a necessidade de qualificar seus discentes, futuros tomadores de decisão, contemplando as variáveis ambientais, qualidade, segurança e saúde ocupacional e responsabilidade ética e social na sua formação, e também de internalizar as práticas mais adequadas de gestão” (UFSC, 2010a, p. 44).

representam um pequeno recorte, porém fundamental para o fortalecimento e preservação dos seus espaços públicos. Entre essas ações, apresento o resgate das solenidades públicas de colação de grau dos seus cursos de graduação, objeto de investigação deste trabalho.

A Universidade Federal de Santa Catarina, apesar de ser uma instituição ainda jovem, constrói e transforma sua história e a da sociedade por meio de atores sociais que a constituíram e que a constituem ao longo de meio século de sua existência. É uma Instituição que ocupou o sétimo lugar entre as melhores instituições públicas do Brasil, com 18 Cursos considerados 05 (cinco) estrelas, 20 Cursos com 04 (quatro) Estrelas e 01(um) Curso com 01(uma) Estrela, segundo o Guia do Estudante da Editora Abril publicado em 2010 (GUIA, 2010). Trata-se de uma Instituição que, apesar da racionalidade financeira promovida pelas políticas públicas a partir dos anos 90, do avanço da lógica de mercado, principalmente em função das políticas neoliberais, que vem procurando nortear o estabelecimento de novos valores sociais exigindo das universidades posturas que as opõe à sua concepção como instituição social,⁵ vem rompendo paradigmas e promovendo ações que restabelecem o caráter público inerente a uma instituição pública federal de ensino superior.

2.2 O CERIMONIAL UNIVERSITÁRIO: ORIGEM E SIGNIFICADO

Falar de colação de grau é falar de ritos acadêmicos, de costumes, de valores. Enfim, é falar de cultura, que pode ser concebida como o conjunto de crenças, hábitos, costumes, posturas e tradições que funcionam como leis que regulam o comportamento das pessoas (UFSC, 2010d). Assim, a cultura vem ao longo dos tempos formando os mais diversos ritos, enaltecendo o significado das mais variadas etapas da vida do homem.

Os ritos estão presentes na vida humana desde os primórdios da sua existência. Considerando rito como um conjunto de

⁵ Considero, para este trabalho, a universidade como instituição social, ou seja “uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela” (CHAUI, 2003, p. 1, grifo da autora).

comportamentos, individuais ou não, que seguem regras que se repetem ao longo da história, é clara a percepção de que estes se encontram na vida cotidiana das pessoas. Um encontro social, uma reunião política, o nascimento, o funeral, tudo envolve sequências de passos que muitas vezes são seguidos de forma automática, sem uma percepção lógica. Geralmente os ritos representam uma passagem, uma mudança social, que pode ser ascensão ou não, e que, muitas vezes, não são transmitidos exclusivamente por meio de palavras, mas por meio de símbolos ou sinais (BETTEGA, 2010).

Na academia não é diferente, os ritos estão presentes nas mais diversas ocasiões, como a posse do Reitor, o ingresso de servidores, a recepção de calouros, a colação de grau. Enfim, cada uma dessas atividades é planejada e executada segundo regras, valores e costumes que constituem o chamado cerimonial universitário, que não possui origem recente e que vem sofrendo alterações ao longo dos tempos.

De acordo com Meirelles (2006) e Bettega (2009), o cerimonial universitário teve sua origem na Universidade de Sorbonne, juntamente com a instituição da figura do reitor. Cabia exclusivamente ao reitor ministrar uma vez por ano a Aula Magna. Para isso, ele era conduzido por uma comissão de honra ao assento destacado e os estudantes, usando a capa acadêmica, assistiam à aula.

No Brasil, o cerimonial universitário foi instituído a partir do modelo da Universidade de Coimbra, herdando inclusive a terminologia de lãureas, pergaminhos e diplomas (MEIRELLES, 2006). Esse cerimonial pode ser público ou privado. No caso das solenidades realizadas em instituições públicas, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, apesar dos cerimoniais poderem apresentar as especificidades relativas a cada instituição, são sustentados pelo Decreto Federal nº. 70.724/72 (BRASIL, 1972), que entre outros assuntos dispõe sobre a ordem de precedência a ser seguida em cada tipo de cerimonial.

Para Bettega (2010), o cerimonial universitário é uma atividade administrativa, pois envolve planejamento, administração, coordenação e controle. Além disso, ele proporciona o resgate dos aspectos históricos e simbólicos. Viana (1998, p. 39) caracteriza a atividade do cerimonial universitário como um

[...] conjunto de aspectos formais de um ato público que ocorre no ambiente universitário (universidades e demais instituições de ensino

superior), numa sequência própria, observando-se uma ordem de precedência (reitor, pró-reitores, chefias, professores, etc.), uma indumentária própria (vestes talares reitoral, doutoral, capa acadêmica) e o cumprimento de um ritual.

O cerimonial universitário da solenidade de colação de grau representa a conclusão de uma etapa e a apresentação, pela Universidade para sociedade, de um profissional socialmente responsável e pronto para enfrentar e se manter no mercado de trabalho. Um profissional que ao longo da sua vida acadêmica foi solidificando a sua formação por meio dos valores éticos e morais inerentes à responsabilidade social assumida pela própria instituição.

Além disso, as solenidades de colação de grau apresentam valores culturais que extrapolam a outorga de grau pelo Magnífico Reitor. Bettega (2010, p.1) apresenta uma conotação desse cerimonial como uma solenidade que vai além de um simples ato de entrega de diploma:

[...] é um rito de passagem caracterizado pela mudança de *status*. O rito dessa solenidade transcende a dimensão estética ou festiva, pois marca o movimento de indivíduos através de redes que estabelecem relações de poder e conquistas de espaços diferenciados. A solenidade de formatura e todos os elementos e vestes que a compõem tem um profundo e milenar escopo simbólico, muitas vezes pouco compreendido e até muito pouco conhecido do mundo contemporâneo.

A solenidade de colação de grau, além da representatividade sociocultural que possui, apresenta toda uma simbologia que caracteriza e marca esse momento na vida dos formandos e seus familiares.

2.3 A SIMBOLOGIA NA SOLENIDADE DE COLAÇÃO DE GRAU

Nas palavras de Bettega (2010), as solenidades de colação de grau compõem um conjunto de símbolos e indumentárias com significados específicos. O conhecimento do significado desses símbolos e indumentárias contribui sobremaneira para a compreensão

dos ritos da solenidade de formatura. Nesses termos, a autora apresenta para cada símbolo, um significado a saber:

- a) **Juramento** - compromisso público de bem-utilizar o poder de conhecimento em favor da promessa feita. Na origem desse ato reside a importância maior de se fazerem presentes, nas solenidades, pais, familiares, amigos e, também, membros de diferentes segmentos e instituições da sociedade. O juramento feito em ato público visa reconhecer, publicamente, os direitos e deveres que os formandos passam a ter, a partir do ritual de colação de grau.
- b) **Diploma** - símbolo do retratamento legal, a ser exibido à sociedade dos direitos e deveres. O diploma constitui-se em metáfora do antigo pergaminho no qual se inscrevia e se registrava à posteridade o que publicamente fora declarado.
- c) **Toga ou beca** - poder de inteligência, do conhecimento, da sabedoria, da ciência. A toga, usada na cor preta, tem a função de comunicar que aos formandos está sendo concedido a autoridade para exercer uma profissão para a qual se preparam e para cujo exercício a instituição universitária os julgou aptos.
- d) **Barrete ou capelo** - símbolo maior do grau obtido e a expressão máxima do direito da lei, decorrente do exercício da profissão. Através do alto grau de estudo e persistência, chegam ao poder. Portanto, o barrete é o símbolo do poder.
- e) **Faixa** - insígnia que identifica o campo de atuação do profissional. A faixa, utilizada sobre a toga de cor preta, é colorida. A classificação das cores da referida faixa diz respeito às áreas específicas do conhecimento adquirido pelo grau que é concedido ao formando. Atualmente algumas instituições não mais fazem uso da faixa, como é o caso da UFSC.

Na UFSC, as vestes talares reitorais, de uso exclusivo do Reitor, compreendem:

- a) beca preta longa;
- b) samarra e capelo na cor branca: no cerimonial universitário a samarra branca é indicativo da abrangência de todo o conhecimento humano; e,
- c) colar reitoral: o colar reitoral é o símbolo da união e da integração que une as unidades universitárias e os demais órgãos da Universidade na sua tríplice missão de ensino, pesquisa e extensão.

2.4 A SOLENIDADE DE COLAÇÃO DE GRAU DA UFSC E SUAS CARACTERÍSTICAS

A colação de grau é uma atividade obrigatória para que o formando possa obter seu diploma e, conseqüentemente, possa atuar na sua área de formação. É um ato que está sob a responsabilidade da instituição e que faz parte da vida acadêmica do aluno. Assim, cabe ao aluno cumprir os requisitos exigidos na grade curricular do seu curso e, à Universidade, proporcionar as condições necessárias e dignas para que o aluno receba sua outorga de grau.

Essa prática na UFSC é regulamentada por meio do seu Estatuto (UFSC, 2011b), Regimento Geral (UFSC, 1982) e/ou Resoluções da Câmara de Ensino de Graduação (UFSC, 2011a)⁶.

No Art. 30 do Estatuto da UFSC (UFSC, 2011b), é atribuída ao Magnífico Reitor a atividade de conferir graus e assinar os diplomas relativos aos Cursos de Graduação. No parágrafo 1º do Art. 65, é estabelecido que a dignidade de Mérito Estudantil,⁷ concedida segundo normas do Conselho Universitário, constará de certificado e medalha que serão entregues na sessão solene de colação de grau do formando.

Os Art. 91 e 95 do Regimento Geral da UFSC (UFSC, 1982) determinam que a Universidade conferirá os diplomas de conclusão de curso de graduação a todos os seus formandos, em solenidade de

⁶ A Resolução 01/CEG/2011 (UFSC, 2011a), atualmente em vigor, revogou as Resoluções 005/CEG/2004 (UFSC, 2004a), 004/CEG/2005 (UFSC, 2005) e 017/CEG/2009 (UFSC, 2009).

⁷ Dignidade concedida ao formando que obteve melhor rendimento escolar durante seu curso de graduação (UFSC, 2011b).

colação de grau devidamente regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

O Art. 109 da Resolução 17/CUn/97 (UFSC, 1997) do Conselho Universitário, no seu parágrafo 1º e 2º, determina o caráter público e acadêmico das solenidades:

§1º – O caráter público e acadêmico deverá ser preservado nas solenidades.

§2º – Será garantida a participação em igualdade de condições a todos os formandos, na solenidade de colação de grau.

Assim, seja por meio do seu Estatuto (UFSC, 2011b), Regimento Geral (UFSC, 1982) ou Resoluções da Câmara de Ensino de Graduação (UFSC, 2011a), a UFSC sempre associou a solenidade da outorga de grau exclusivamente à Instituição por meio do seu Reitor ou representante legal. Diante da legislação que regula esta atividade, parece clara a intenção da Universidade em praticar a solenidade de colação de grau de maneira crítica, democrática, socialmente responsável e, sobretudo, como uma solenidade institucional e acadêmica. Todavia, o que aconteceu a partir de meados da década de 90, foi a apropriação dessa atividade pelo setor privado, que promoveu uma desfiguração dessa prática, dando à solenidade uma conotação mais festivamente luxuosa e espetacular do que essencialmente acadêmica.

Essa situação, vivenciada por milhares de formandos, teve sua origem com o advento do neoliberalismo⁸ que passou a nortear os rumos das políticas públicas, a partir da década de 90, influenciando na massificação do ensino superior e na mudança comportamental da sociedade, que passa a conviver com padrões de comportamentos norteados pelos interesses econômicos em detrimento dos valores humanos e sociais.

⁸ Neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. De acordo com essa doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país (MORAES, 2001).

Aliado a este aspecto, é importante considerar o reflexo destas políticas na gestão universitária e no comportamento da comunidade que constitui esta instituição, sob o olhar das tomadas de decisão.

2.4.1 Do caráter público da atividade de colação de grau à sua prática sob a perspectiva da lógica do mercado

Ao recordar o formato das solenidades de colação de grau pública do período anterior à década de 90, quando a globalização e a expansão das universidades privadas ainda não eram tão fortemente presentes, e comparar com as solenidades atuais, fica clara a mudança ocorrida e a agregação de valores inerentes aos interesses econômicos que dominam essa área, transformando a solenidade de colação de grau pública em uma prática acadêmica excludente, enfraquecendo o espaço público inerente a essa atividade.

Durante o período entre a década de 60 e o final da década de 80, sem espetacularização, sem luxo, porém com todos os ritos inerentes à formatura, os formandos indiscriminadamente, participavam da solenidade que na época era fundamentalmente institucional.

Porém, sob influência das políticas públicas neoliberais implementadas no Brasil, a partir da década de 90, o mercado passou a nortear o comportamento da sociedade, e as colações de grau passaram a representar um bom negócio para o setor privado, que se fortaleceu com o aumento do número de empresas especializadas em organização de formaturas. Atualmente, ao pesquisar o termo formatura nas ferramentas de busca da internet, seguramente será apresentado um grande número de indicações de empresas oferecendo serviços para organizar as cerimônias.

Paralelamente a essa situação, a universidade pública federal vivenciou o cerceamento financeiro, consequência das políticas públicas educacionais balizadas pelas políticas públicas neoliberais implementadas pelo Governo Federal. Esse cerceamento potencializou o desenvolvimento de mecanismos de sustentação da própria instituição. Esses mecanismos, em alguns casos, representaram um olhar menos crítico da universidade para determinadas atividades, favorecendo a apropriação dos seus espaços públicos. No caso das formaturas dos cursos de graduação da UFSC, os ritos institucionais passaram a sofrer certo demérito diante da percepção dos gestores acadêmicos, o que

provocou a reprodução, dentro da Instituição, das relações predominantes do mercado e a consequente supressão dos direitos de participação dos formandos em igualdade de condições.

Assim, o mercado apropriou-se da formatura pública da UFSC, desorganizando o espaço público existente e transformando a formatura em uma atividade privada dentro de uma instituição pública, com características excludentes reduzindo, e muito, seu caráter público e acadêmico.

Para entender esse fenômeno de mercadorização da solenidade de colação de grau, é importante considerar a importância que essa cerimônia representa para o estudante e seus familiares, e como isso é utilizado pelas empresas como alvo de assédio e convencimento. A expectativa pelo dia formatura faz parte do cotidiano dos alunos e é construída tanto pela intervenção das próprias empresas especializadas, que fazem suas visitas às turmas dos cursos de graduação já nas primeiras fases, envolvendo e convencendo os estudantes para prática da luxuosa solenidade, quanto pela cultura inerente à sociedade contemporânea que fortaleceu o gosto pelo luxo e pelo *glamour*. Em matéria produzida por Zilli (2010) sobre o crescimento em Santa Catarina do mercado das formaturas, a autora apresenta que o investimento médio por formando, para participar do evento no ano de 2010, envolvia valores que variavam entre R\$ 1.500,00 e R\$ 6.000,00. Fica claro também, o que está por trás do assédio aos formandos para o luxo e o *glamour*, ou seja, o crescimento do faturamento das empresas especializadas.

Ao pesquisar sobre o formato das solenidades de colação de grau praticadas entre 1990 e 2004 na UFSC, poucos registros e fontes bibliográficas foram encontrados. Todavia, considerando minha vivência acadêmica e profissional na Instituição e relatos de servidores envolvidos com essa atividade durante esse período, ficou claro que a espetacularização e a mercadorização também passaram a fazer parte das solenidades de colação de grau na UFSC. Luxuosas solenidades, em salões ou centros de convenções impecavelmente decorados, personalidades públicas da área de comunicação atuando como mestres de cerimônias, *shows* de luzes, som e imagem faziam parte do espetáculo. Toda a organização da solenidade era realizada pelas empresas que definiam as regras de participação, cabendo à UFSC apenas fornecer a relação dos formandos e se fazer presente, por meio

do Reitor ou seu representante legal, para proceder a outorga de grau. Essa prática limitava a participação na solenidade, apenas aos formandos que pagassem os serviços prestados pelas empresas especializadas do setor.

Nesses termos, o que passou a acontecer com as formaturas da UFSC, foi um tolhimento do direito democrático de participação do aluno nas solenidades. Bordenave (1994, p.17) salienta que participação “não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano”. Ao privar o formando da participação em uma solenidade de colação de grau em uma instituição pública, a universidade passa a ferir a natureza social do homem, não levando em consideração o fato de que a “frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social” (BORDENAVE, 1994, p.17).

Com os gestores da UFSC alheios a essa situação, a formatura da UFSC passou a representar uma solenidade com características excludentes, que promovia conflitos entre os formandos e gerava constrangimento por parte destes e seus familiares. Muitas vezes, em função da situação econômica, o estudante não contribuía com as mensalidades estipuladas pelas comissões de formatura, o que tinha como consequência a negação da sua participação nas mesmas condições que aqueles que haviam efetivado o pagamento. Em alguns casos, em respeito à legislação acadêmica da UFSC, o Secretário de Centro ou o Coordenador do Curso faziam valer o direito do estudante de fazer parte da solenidade, mesmo sem ter contribuído financeiramente, porém em condições diferenciadas, como por exemplo, sendo a beca e o capelo fornecidos pela UFSC, diferentes dos usados pelos demais formandos. Em outros casos, em função dos custos, o formando optava em colar o grau separado dos demais, geralmente em cerimônia realizada no próprio Centro de Ensino, em sessão específica⁹.

A ocorrência dessa situação aumenta e exterioriza ainda mais a margem de separação entre as classes sociais. Participar vai além do simples ato de se fazer presente, de acordo com Gutierrez (2004, p.7), “faz referência à possibilidade de um indivíduo incorporar as práticas e

⁹ Condição prevista no Estatuto da UFSC (UFSC, 2011b), também conhecida como formatura em gabinete.

características de um grupo mais amplo, de forma a vir ser reconhecido e aceito como parte ou membro dele”.

No entanto, o objetivo do mercado é fazer valer a garantia do lucro. Com essa apropriação das formaturas da UFSC, as regras passaram a ser estabelecidas a partir de interesses em que poucos ganham e poucos participam, ou seja, mantêm-se os privilégios, fortalecem-se as diferenças e o espaço público é deteriorado.

Com essa visão, as empresas apropriaram-se das formaturas utilizando as mais diversas formas para vender seus produtos, sendo uma destas a invasão do próprio espaço público da Universidade tomando, em alguns casos, o tempo destinado à aula para apresentar seus produtos, valendo-se sabiamente da política cognitiva¹⁰ envolvendo os alunos, na perspectiva de aumentar o número de clientes.

Avelar (2007, p. 3) alerta para a invasão do espaço institucional por esse ramo do mercado e a ingerência da gestão universitária sobre esse tema, ao destacar que:

Há dissonância nos espaços acadêmicos quando se vê, pelos corredores das faculdades, a panfletagem de várias empresas de formatura comercializando símbolos e preparativos para cerimoniais, além do assédio sorrateiro aos alunos. Ações cotidianas que nos levam a sugerir que existe rara reflexão a respeito por parte dos agentes envolvidos com o ensino superior.

Os elevados custos que compõem uma formatura sob a lógica do lucro trazem outro fator que merece uma reflexão, ou seja, a ansiedade do aluno em perceber os valores impostos para sua participação e a certeza de não poder cumprir com o desembolso, pois muitas vezes os altos custos das formaturas vão além dos investimentos com o próprio curso de graduação.

Assim, a prática da formatura da UFSC estava sendo realizada, até 2004, sob a lógica do mercado, na qual o fator econômico superava a

¹⁰ “Consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (RAMOS, 1989, p.87).

responsabilidade social da Instituição em garantir a isonomia, a democracia e a dignidade dos seus formandos, no processo de colação de grau.

Essa situação, gerava conflito entre os estudantes, pois havia um divisor de águas na concepção da prática da solenidade de colação de grau, ou seja: os alunos que, atendendo aos assédios das empresas especializadas, contratassem a organização da cerimônia estariam inseridos no processo e conseqüentemente receberiam a outorga de grau da autoridade máxima da instituição, em uma solenidade tão luxuosa quanto onerosa; os outros que, por falta de condições financeiras em atender os requisitos econômicos não faziam o mesmo, não participavam da cerimônia ou, quando participavam, eram tratados de maneira diferenciada, gerando um processo discriminatório.

Nesse contexto, cabem aqui alguns questionamentos. Como pode uma instituição pública que possui entre os atributos da sua responsabilidade social a democracia, a justiça social e o bem comum, permitir que o fator econômico cerceie a participação de alunos em uma solenidade efetivamente institucional e de caráter acadêmico? Como pode uma universidade pública manter tal ingerência sobre a prática das formaturas, a ponto de permitir seu total controle pelas empresas privadas? Como promover a inserção dos alunos que, da mesma forma que os demais, têm o direito de participação e sonham com o grande momento da solenidade da sua formatura?

Na busca de soluções para esses questionamentos, a Universidade Federal de Santa Catarina desencadeou um processo de resgate da prática da solenidade pública de colação de grau, visando ao desenvolvimento e preservação do espaço público, que ao longo do tempo veio sendo desfigurado por meio da ação mercadológica que envolveu as solenidades de colação de grau até o ano de 2004.

Essa movimentação em torno da possível mudança promoveu desconfiância e insegurança por parte dos alunos, empresários do setor e de alguns gestores universitários. Porém, dois fatores foram fundamentais para que o processo fosse desencadeado, quais sejam:

- a) o primeiro e mais importante foi a determinação e a convicção de alguns gestores de que algo precisaria ser feito. A Universidade não poderia mais compactuar com a

- apropriação desse espaço público pelo setor privado, enfraquecendo-o e desorganizando-o; e,
- b) o segundo foi a inauguração do Centro de Cultura e Eventos (CCEven), com infraestrutura física capaz de comportar eventos de pequeno e médio porte.

Um fator importante a ser considerado nesse contexto é a relação entre a esfera pública e privada que se estabeleceu na UFSC para que o Centro de Cultura e Eventos fosse concluído. Com a diminuição da liberação de recursos financeiros pelo Governo Federal e a necessidade de conclusão da obra, que se encontrava parada por falta de recursos, a UFSC deparou-se com a necessidade de se valer de parcerias com a iniciativa privada, na busca de alternativas para a conclusão do citado Centro. Assim, valendo-se de processos licitatórios previstos na legislação, a Universidade estabeleceu parcerias público-privadas visando à materialização do espaço público que foi um dos fatores essenciais para a implementação da formatura pública da UFSC.

Isto posto, cabe aqui uma reflexão. Com as políticas públicas educacionais que a partir dos anos 90 foram norteadas pelo neoliberalismo, a educação pública superior deixou de ser prioritária para o Governo e passou a ser possível de ser comercializada (SANTOS, 2005). Com isso os aportes financeiros para as universidades públicas foram reduzidos. Assim, faço os seguintes questionamentos: se a UFSC não tivesse estabelecido parcerias com a iniciativa privada, o palco das formaturas públicas teria sido consolidado? A UFSC poderia resgatar a formatura pública dos seus cursos de graduação com bom nível de qualidade sem o aporte financeiro oriundo da iniciativa privada, por meio das licitações públicas? A UFSC poderia promover o exercício da cidadania dos seus formandos com a mesma intensidade que vem promovendo hoje? Assim, a realidade que se apresenta é a que demonstra que muitas vezes, para que a instituição pública cumpra seu papel social visando ao bem comum, à democracia e à justiça social, ela tem que se valer de mecanismos que materializem e sustentem esses objetivos. Entre esses mecanismos estão as parcerias com a iniciativa privada, mantidas e regulamentadas pela legislação pertinente, diante da ausência de financiamentos públicos. Todavia, é uma relação contraditória e ambígua, pois ao mesmo tempo em que o privado se

apropriada do público para fortalecer este espaço, ele determina regras e parcerias que podem enfraquecê-lo.

Outrossim, para que o processo de resgate da formatura pública fosse desencadeado, fica clara a importância do Centro de Cultura e Eventos para o contexto. Após sua conclusão, uma longa jornada envolveu enfrentamento de diversos elementos estruturantes, inerentes à complexa instituição universitária. Uma jornada em que os gestores universitários comprometidos com a mudança tiveram que enfrentar diariamente a resistência, a cultura existente, as pressões internas e externas, enfim, um processo que precisou ser planejado minuciosamente, tendo como premissa básica o comprometimento em retomar, desenvolver e preservar o espaço público na UFSC, por meio da colação de grau.

Cabe aqui destacar a importância que o Centro de Cultura e Eventos da UFSC tem para a Instituição e para a sociedade. A construção do Centro de Cultura e Eventos da UFSC iniciou na gestão da Reitoria do período de 1996 a 2000, e suas instalações foram inauguradas em 10 de maio de 2004. O prédio possui 8.000 m² de área edificada, um auditório com capacidade para 1.371 pessoas sentadas, e infraestrutura planejada para sediar eventos como formaturas, simpósios, seminários, congressos, *workshops*, feiras e outras atividades. Conta também com quatro salas multifuncionais que podem ser convertidas em um salão para 300 pessoas, *hall* de 500m², que possibilita a realização de exposições e montagem de estandes paralelos, além de copa e cozinha. Integram-se, ainda, cinco salas com tamanhos variados, com capacidade entre 50 e 80 lugares. Oferece aos seus usuários uma praça de alimentação, agência de viagens, livraria, banco, laboratório fotográfico, loja de reprografia entre outros (UFSC, 2007b).

Ao longo dos seus oito anos, esse Centro abrigou eventos das mais diversas categorias, inclusive solenidades de colação de grau, envolvendo milhares de pessoas. A Tabela 1 - Evolução do número de eventos realizados no Centro de Cultura e Eventos da UFSC - Período 2004 - 2011 demonstra, em números absolutos, a distribuição dos eventos realizados, por categoria e por ano.

Tabela 1 - Evolução do número de eventos realizados no Centro de Cultura e Eventos da UFSC - Período 2004 - 2011

CARACTERÍSTICA	ANOS							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Eventos artísticos e culturais	1	4	14	13	15	39	43	35
Eventos técnico-científicos	25	36	74	96	94	171	64	197
Formatura pública de cursos de graduação da UFSC(*)	13	62	58	54	53	57	62	59
TOTAL	39	102	146	163	162	267	169	291

(*) A maioria das solenidades envolve a outorga de grau de dois cursos do mesmo Centro de Ensino.

Fonte: Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC de 2011 (UFSC, 2011d).

2.4.2 O resgate da formatura pública da UFSC a partir de 2004

A Universidade, dispondo de um espaço para realizar as solenidades de colação de grau pública, ou seja, o Centro de Cultura e Eventos, e atenta ao movimento privatista que dominava as solenidades de colação de grau, fortalecendo a apropriação do espaço público pelo setor privado, adotou o novo modelo de gestão para as solenidades de colação de grau dos cursos de graduação. A Resolução nº 005/CEG/2004 (UFSC, 2004a) da Câmara de Ensino de Graduação, que trata dessa prática acadêmica, estabeleceu as novas normas referentes à organização das solenidades, visando ao resgate da formatura pública na UFSC.

Isto posto, as solenidades passaram a ser totalmente organizadas e executadas por servidores da UFSC, realizadas exclusivamente nas dependências da Universidade e, o mais importante, com garantia de acesso, sem custo e com igualdade de condições para todos os

formandos, promovendo a inclusão social dos estudantes oriundos das classes sociais menos favorecidas.

O modelo de formatura pública adotado pela Universidade Federal de Santa Catarina é o resultado do esforço e determinação da administração em enfrentar as dificuldades do contexto gerado a partir da implementação das políticas públicas à luz do neoliberalismo. Diante da legislação vigente, do quadro reduzido de servidores e de recursos financeiros, a implementação desse modelo representa acima de tudo, a necessidade de comprometimento por parte dos servidores da Instituição, ousadia e coragem para “rasgar a camisa de força” (MÉSZÁROS, 2005, p. 3) da lógica do mercado disseminada dentro da própria Instituição, que dominava as regras para a realização das solenidades de colação de grau dos seus cursos de graduação. A UFSC reassumiu e democratizou a responsabilidade de um serviço que, em função das próprias políticas públicas de racionalização financeira, foi praticamente todo apropriado pela iniciativa privada, a qual, pela cultura sedimentada pelos interesses comerciais, estabelecia as regras de inclusão sempre sempre definidas mediante a participação financeira dos estudantes.

Um aspecto importante a ser destacado é o impacto que essa ação gerou diante das empresas de formaturas e mesmo dos formandos. Quanto às empresas, ficava clara a inquietação, preocupação e até indignação dos empresários locais do ramo com a possibilidade de perder clientes, e consequentemente, diminuir sua margem de lucro, em função de uma ação da Universidade que, segundo eles, não estava preparada para realizar com o bom nível de qualidade necessário para atender às expectativas dos formandos. Quanto aos alunos, além da natural resistência à mudança inerente ao ser humano que teme o novo, a influência das empresas foi implacável ao fortalecer a sua insegurança a respeito do que poderia ocorrer com a solenidade realizada sob as novas regras da UFSC.

Assim, os primeiros anos da prática da formatura pública e essencialmente acadêmica foram marcados por trabalho de conscientização de todos os envolvidos a respeito da real intenção da UFSC em implantar o novo formato para a realização das solenidades públicas de colação de grau. Um processo de aprendizagem, persistência e mudança cultural que envolveu alunos, diretores de centros,

coordenadores de cursos, pró-reitores das áreas acadêmicas, Reitor e servidores do Departamento de Cultura e Eventos.

Atualmente, já mais aceita pela comunidade universitária e pelas próprias empresas de formatura, na medida em que estão se adaptando a esta nova realidade, as solenidades da UFSC já são vistas à luz do caráter público e acadêmico. A sua organização é realizada pelo Departamento de Cultura e Eventos da UFSC, juntamente com a direção dos Centros de Ensino, em articulação com os Coordenadores de Cursos e as Comissões de Formaturas. A programação do calendário das formaturas é realizada com até dois anos de antecedência, respeitando o calendário acadêmico definido pelo Conselho Universitário em conjunto com os Centros de Ensino. As datas são definidas respeitando-se as especificidades de cada curso.

De acordo com a Resolução 01/CEG/2011 (UFSC, 2011a), a UFSC disponibiliza para a realização das solenidades no Centro de Cultura e Eventos:

- a) planejamento, organização e execução da cerimônia;
- b) coordenador para o evento;
- c) mestre de cerimônias;
- d) recepcionistas;
- e) seguranças;
- f) equipe de limpeza;
- g) equipe de apoio;
- h) becas e capelos;
- i) canudos para acondicionamento dos diplomas;
- j) cadeiras e praticáveis;
- k) decoração interna do auditório;
- l) iluminação, som e imagem com respectivos técnicos;
- m) sala para recepção dos formandos; e,
- n) transmissão ao vivo, via internet, da solenidade e disponibilização do filme do evento no sítio <<http://www.formaturas.ufsc.br>>.

Os formandos participam da solenidade sem arcar com qualquer custo e em igualdade de condições. Os serviços de fotografia podem ser contratados pelos alunos, desde que os profissionais respeitem as regras que regulam essa atividade no dia do evento. Essa opção não impede

que um formando sem condições de contratar esses serviços fotográficos o faça por meio de seus familiares, que também devem seguir as regras de comportamento exigidas para as empresas (UFSC, 2011e).

Um fator importante a ser destacado foi o desdobramento que esse modelo proporcionou no que se refere à geração de campo de estágio aos alunos do Curso de Jornalismo da UFSC. Os mestres de cerimônias das solenidades passaram a ser os alunos desse Curso, mantidos por programa de bolsa-estágios. Esse processo, possibilitou o desenvolvimento de habilidades dos alunos, preparando-os e inserindo-os nos canais de comunicação do Estado de Santa Catarina. Atualmente, muitos dos alunos que atuaram como mestres de cerimônias nas solenidades públicas de colação de grau da UFSC são jornalistas que exercem suas atividades com o suporte da experiência adquirida durante esse estágio.

É importante salientar que o resgate da formatura pública pela UFSC, a partir de 2004, é reconhecido por diversas instituições públicas federais e estaduais. É comum a solicitação, por parte dessas instituições, de orientação sobre a concepção e o processo de implementação do modelo.

Nesses termos, considero que uma das maiores transformações ocorridas com a publicização das formaturas, foi o respeito às diferenças e o fortalecimento do espaço público. Uma solenidade de formatura de um curso como Medicina ou Direito, costumeiramente luxuosa, passou a ser exatamente igual à solenidade de qualquer outro curso, na qual todos os formandos participam do mesmo modo, independentemente da situação financeira, comemorando juntos um momento que foi esperado, ao longo do curso, por todos.

Entretanto, a formatura pública é apenas uma pequena ação de fortalecimento do espaço público na UFSC e não se constitui em uma atividade consolidada. Inúmeros fatores precisam diariamente ser monitorados e reforçados na perspectiva de manter o caráter público e democrático desta atividade. Isto representa comprometimento de todos os envolvidos com o processo, na perspectiva de promover as condições necessárias para a materialização do cumprimento dos objetivos principais do resgate da formatura pública da UFSC, ou seja, manter o caráter público, acadêmico e institucional, garantindo a participação de todos os formandos em igualdade de condições.

Corroboro com Avelar (2007), que considera que a solenidade de colação de grau vai além de uma reprodução impulsionada pela história e/ou pelos valores mercadológicos. Ela deve ser realizada de maneira responsável e consciente pelos dirigentes universitários que, “com um olhar crítico, devem procurar abster-se da alienante cultura do espetáculo, para que a razão da educação seja, de fato, convalidada nesse ato e não se perca em meio às festas e ornamentações” (AVELAR, 2007, p.7).

A formatura pública e democrática da UFSC, que vem sendo executada desde 2004, enfrenta diversas pressões na tentativa de possibilitar privilégios dentro deste espaço público, ou até mesmo na dificuldade de manter um quadro de pessoal comprometido com a essência da atividade e a manutenção de uma infraestrutura capaz de garantir a realização da solenidade com bom nível de qualidade. Mesmo assim, o que se vê é um esforço institucional diário, que visa o enfrentamento destas pressões, o que resultou até o momento, na realização da solenidade pública de colação de grau para mais de dezoito mil formandos que puderam vivenciar valores correspondentes à democracia, respeito e condições de igualdade. A Tabela 2 - Evolução da realização de solenidades públicas de colação de grau da UFSC - Período 2004 - 2011, apresenta o número de formandos e o público atingido com essa nova prática. O Gráfico 1 - Evolução do número de alunos da UFSC que colaram grau em solenidade de formatura pública - Período 2004 - 2011, apresenta a evolução do número de formandos da UFSC beneficiados pelo resgate da formatura pública da Instituição.

Tabela 2 - Evolução da realização de solenidades públicas de colação de grau da UFSC - Período 2004 - 2011

(continua)

ANO	TOTAL DE CERIMÔNIAS	NÚMERO DE FORMANDOS	PÚBLICO ENVOLVIDO
2004	13	421	9.730
2005	62	2.474	58.850
2006	58	2.434	50.180
2007	54	2.492	53.100
2008	53	2.541	57.532

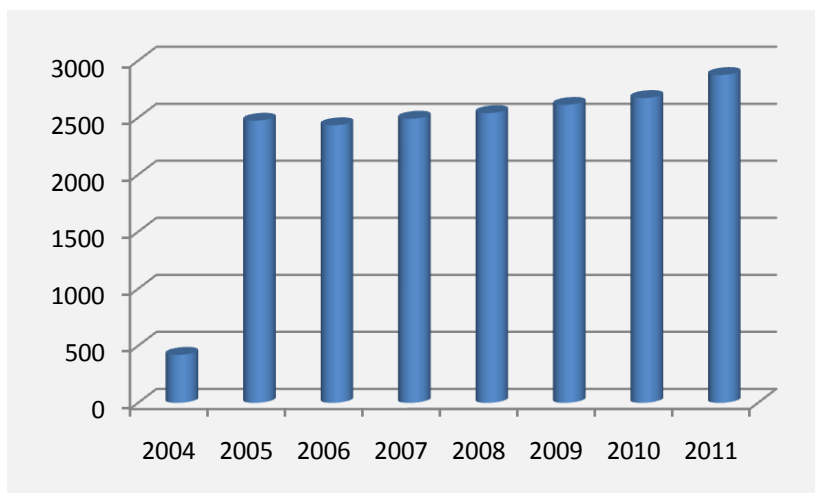
Tabela 2 - Evolução da realização de solenidades públicas de colação de grau da UFSC - Período 2004 - 2011

(conclusão)

ANO	TOTAL DE CERIMÔNIAS	NÚMERO DE FORMANDOS	PÚBLICO ENVOLVIDO
2009	57	2.613	50.580
2010	62	2.673	31.941
2011	59	2.875	49.913
TOTAL	418	18.523	361.826

Fonte: Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC de 2011 (UFSC, 2011d).

Gráfico 1 - Evolução do número de alunos da UFSC que colaram grau em solenidade de formatura pública - Período 2004 - 2011.



Fonte: Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC de 2011 (UFSC, 2011d).

2.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS A PARTIR DOS ANOS 90 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A GESTÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

A palavra administração vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência). Assim, administrar diz respeito a uma atividade que se realiza sob o comando de outro, de uma ação em função de outro (CHIAVENATO, 1982). De acordo com Stoner e Freeman (1999, p.5), trata-se de “a arte de fazer as coisas através das pessoas”. Segundo Jacobsen (2006), administrar uma instituição significa trabalhar com as pessoas e com os recursos que a integram, objetivando o alcance dos seus objetivos, por meio dos processos de planejar, organizar, dirigir e controlar. Para tanto, o administrador precisa possuir habilidades técnicas e comportamentais capazes de promover o comprometimento e a motivação das pessoas envolvidas, integrando-as, desenvolvendo suas capacidades e transformando-as em ativos atores do desenvolvimento da instituição, para juntos atingirem os objetivos estabelecidos, assegurando assim o cumprimento da sua missão.

Quando a instituição a ser administrada é pública, considero que a visão do administrador deva ser diferente da visão de administradores que gerenciam organizações cujo objetivo central é o lucro. Digo isso porque, além das habilidades necessárias para administrar uma organização, penso que o administrador público deve ter a consciência de que seu patrão, em última instância, é a sociedade que o mantém, e é para ela que as ações devem ser direcionadas, e é para ela que deve ser realizada a prestação de contas. Considerando que o principal objetivo da administração pública deva ser o interesse público, a gestão de uma instituição pública deve obrigatoriamente seguir os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como apresentados no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988).

O Plano de Gestão para o Governo Lula, apresentado em 2003 (BRASIL, 2003, p.7), reconhece a necessidade do fortalecimento do Estado diante dos desafios apresentados pela sociedade, observando que o quadro competitivo que a envolve requer “um Estado regulador e uma gestão econômica consistente” e que para a democracia ser efetivamente

conquistada, é necessário que as políticas públicas tenham como foco o cidadão.

Nesses termos, os desafios apresentados aos gestores públicos vão além do cumprimento das atribuições regimentais racionalmente estabelecidas. Se por um lado o gestor se depara com a necessidade de atingir metas preestabelecidas ou de trabalhar focado em indicadores quantitativos estabelecidos pelos próprios órgãos superiores da administração pública, por outro ele se vê diante do princípio ético e constitucional de fazer cumprir o compromisso social atribuído às instituições públicas. Cabe ressaltar aqui que o cumprimento deste compromisso está intimamente ligado às políticas públicas definidas pelo Governo. Nesse sentido, se não forem garantidas as condições materiais e legais para que os agentes públicos¹¹ possam implementar tais políticas, elas correm o risco de não serem implementadas e no máximo irão gerar expectativas frustradas na sociedade.

E quando a instituição a ser administrada é uma instituição pública de ensino superior, ou seja, uma universidade pública?

O ensino público superior no Brasil percorreu uma trajetória que reflete as políticas públicas brasileiras implementadas ao longo da sua história. Neste contexto, cabe destacar que a influência de organismos internacionais e a política pública neoliberal mudaram, principalmente a partir da década de 90, a configuração do ensino superior público brasileiro, no que tange a mercadorização¹² da educação e o enfraquecimento do espaço público.

2.5.1 A mercadorização da educação e o enfraquecimento do espaço público a partir dos anos 90

O ensino superior no Brasil tem seu início com a chegada da família real portuguesa em 1808, quando surgiram as primeiras instituições. Visando atender principalmente aos interesses das elites da sociedade, as universidades foram sendo criadas, expandidas e

¹¹ “Agentes Públicos são aqueles que mantêm vínculo laboral com os entes estatais, sentido este confluyente com a expressão servidor público amplamente utilizada pela Constituição Federal de 1988” (OLIVO, 2007, p.23).

¹² Concebo mercadorização da educação com base em Dias Sobrinho (2005b, p.10), quando afirma que a educação “é tratada como produto negociável, regido pelas regras do comércio e atravessado pela concorrência”.

desenvolvidas, ao longo da história, construindo assim a base na qual foi desenvolvido o ensino superior brasileiro atual (BELLO, 2001).

Assim, as universidades que iniciaram suas atividades atendendo aos interesses da Igreja e do Estado, passaram a ser detentoras da hegemonia acadêmica, legitimadas pela sociedade, constituindo instituições respeitadas por serem capazes de formar a elite pensante.

Com as revoluções sociais, a educação passou a ser um direito do cidadão e a universidade concebe-se a si mesma como uma instituição pública e laica. Passa a ser entendida como uma instituição social propulsora da democratização do saber (CHAUÍ, 2003). Esse direito à educação é garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), no seu Art. 205, que trata da educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família.

Essa instituição pública e laica, que é a universidade, é também caracterizada pela diversidade da sua comunidade interna. Diferentes etnias, classes sociais, credos religiosos e ideologias políticas fazem da universidade uma instituição complexa e desafiada a promover a convivência harmoniosa.

Chauí (2003, p.1, grifo da autora) considera que a universidade reflete, no seu interior, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, e que por meio da relação de reconhecimento com ela, torna-se uma instituição social.

[...] Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

A sociedade, ao longo do tempo, foi passando por transformações históricas que, entre outros fenômenos sociais, econômicos e políticos, destacam-se a Revolução Industrial, no Século XVIII e a globalização, como reflexo das políticas neoliberais no Século XX, que extrapola os

limites geográficos do mundo, com o grande desenvolvimento tecnológico e com as políticas públicas implementadas sob as regras veladas impostas pelos interesses econômicos (RAMOS,1989).

Essas transformações, segundo Dourado (2002, p.2), “trazem um traço característico intrínseco à exclusão social e a sua justificativa ideológica - o fim das ideologias e da história, apregoando o neoliberalismo como a única possibilidade de ajuste e de sobrevivência, ainda que a um elevado custo social”.

Refletindo sobre as palavras do autor, é fácil perceber o pano de fundo desse movimento de transformação, que sob a égide da retomada do desenvolvimento econômico, a atuação do Estado, na perspectiva das políticas sociais, é reduzida, diminuindo na mesma proporção o seu reconhecimento como propulsor do bem comum pela própria sociedade. O autor afirma que a atuação do Estado brasileiro vem sendo norteadada por interesses privados, que são colocados à frente dos interesses sociais, caracterizando-o como um “ente partidariamente vinculado aos interesses do setor privado”, o que se configura por uma “enorme dívida social no sentido de alargamento dos direitos sociais e coletivos, ou seja, da esfera pública” (DOURADO, 2002, p.4).

Ainda segundo Dourado (2002, p.4), a inserção do País, principalmente a partir dos anos 90, na lógica neoliberal como “coadjuvante no processo de globalização”, é apresentada pelo Governo “como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial”. Nesse sentido, a lógica neoliberal se camufla e passa a ser ideologicamente disseminada “apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma, e o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital”.

A influência das políticas neoliberais passa a interferir no comportamento da sociedade contemporânea, que herdou da modernidade a primazia da técnica e tem caminhado para um crescente processo de massificação. Padrões de comportamento são transmitidos e assimilados através das instituições de ensino, das organizações formais e principalmente da mídia. Assim, as pessoas passam a interpretar a realidade segundo determinados valores, e mesmo a linguagem que desenvolvem favorece uma determinada visão de mundo ou interesses específicos. Este comportamento, Ramos (1989) denominou de política cognitiva.

Nesse contexto, as instituições públicas, ou privadas, passaram a ser administradas de acordo com as pressões mercadológicas orientadas pelas políticas neoliberais, instituindo verdades e valores, influenciando sobremaneira as relações sociais e gerando preocupação para muitos pesquisadores sociais, entre eles Ramos (1989, p.114), que alerta:

Nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos.

Essa corrida descontrolada pelo lucro, essa obsessão por acompanhar as pressões do mercado, que vem ditando as regras de convivência e que faz com que, aqueles que não as seguirem acabem sentindo-se excluídos do sistema e a disputa muitas vezes injusta pelo trabalho, cada vez mais restrito, vem gerando novos fenômenos sociais e econômicos, trazendo assim para educação novos desafios.

Nessa perspectiva, sob a influência da política neoliberal e pelas diretrizes de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), muitos serviços originalmente de ordem pública passam a ser considerados como serviços não exclusivos do Estado, transferindo assim para iniciativa privada o seu direito de comercialização. Como exemplos, podem ser citadas a educação e a saúde (SANTOS, 2005).

Dourado (2002, p.3) evidencia as implicações que essa lógica de transferência traz para o campo educacional, indicando que são alterações substantivas no que se refere “à organização jurídica das instituições educativas, ao possibilitar, entre outros aspectos, novos processos de regulação e gestão e formatos de privatização na arena educacional”.

Assim, a educação, que deveria ser um processo de preparação para vida, baseada em valores menos operacionais e mais subjetivos, é

transformada em uma simples mercadoria comercializada sob as mesmas regras de qualquer outro produto, e o estudante passa a representar uma fração do lucro do empresariado.

Surge, desse modo, o comércio da educação, cujo foco principal é atender à velocidade, às tendências e às exigências do mercado, transformando o processo de formação do estudante em um simples “aprender para”. Segundo Santos (2005), analistas financeiros chamam a atenção para o potencial que tem a educação de se transformar em um dos mais vibrantes mercados no Século XXI.

Santos (2005, p.16), ao tratar da mercadorização da educação, em especial a superior, alerta para os caminhos que a universidade pode seguir, na medida em que “a universidade, de criadora de condições para a concorrência e para o sucesso no mercado, transforma-se, ela própria, gradualmente, num objeto de concorrência, ou seja, num mercado”. Alerta ainda para as pressões impostas pelo mercado que “[...] desvirtua a universidade, até porque certos objetivos que lhe poderiam estar mais próximos têm sido esvaziados de qualquer preocupação humanista ou cultural”, desfigurando a universidade como uma instituição social.

De acordo com Dias Sobrinho (2005a, p.2), um dos grandes problemas da mercadorização da educação está na possibilidade de a universidade pública desfigurar-se, gerando consequências sociais.

A desfiguração da universidade não vitima somente a ela; tem como consequência o empobrecimento da própria sociedade, pois esta se desprovê de sua principal instância reflexiva, cultural e civilizacional. Não perder sua vocação crítica e sua capacidade de visão de conjunto é muito importante para a universidade.

No entanto, as pressões que a globalização e o capitalismo impõem à própria sociedade fazem com que as expectativas que esta mesma sociedade tenha diante da universidade pública passe mais pela garantia de empregabilidade imediata após a conclusão dos cursos do que pela formação, na sua essência subjetiva, do próprio cidadão. Resgato Dias Sobrinho (2005a, p.4) quando enfatiza:

O que o pensamento dominante espera hoje da educação superior tem um foco muito mais centrado na função econômica e nas capacidades

laborais. As principais demandas atuais têm um sentido muito mais imediatista, pragmático e individualista. A ortodoxia neoliberal e suas práticas levam as universidades a abandonar, ao menos em parte, sua tradicional vocação de construção do conhecimento e da formação como bens públicos, devendo elas passar a adotar o mercado, e não a sociedade, como referência central.

Aliado ao fenômeno de desfiguração da universidade pública há de se considerar outro tema importante como a elitização do acesso à universidade pública. Julgo que esse processo agrava-se com a precariedade da educação básica pública, que não prepara os estudantes para o acesso e desenvolvimento no mundo universitário público. Como remédios são criados programas de inserção ao ensino superior, garantindo apenas o acesso, esquecendo da dificuldade do aluno no acompanhamento das disciplinas, por pura falta de conhecimentos básicos, ou da própria condição financeira que dificulta o acesso a muitos serviços, que na sua maioria, estão privatizados de forma velada dentro da própria universidade pública. Como consequência, aumenta a evasão, diminui o nível de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Esses alunos serão, potencialmente, os futuros profissionais que a universidade pública estará entregando para sociedade e que, não raro, são mecanicamente treinados, sem desenvolvimento do julgamento crítico e ético.

A UFSC tem procurado minimizar o índice de evasão com ações que visam à permanência do estudante na Instituição, como uma política compensatória ao processo de exclusão social. Como alguns exemplos de ações implementadas pela Universidade (UFSC, 2010e), podem ser citados:

- a) Programa de Apoio Pedagógico: consiste em aulas de diversas disciplinas para todos os estudantes que tenham necessidade de auxílio para superar as dificuldades de aprendizagem, nas fases iniciais dos cursos de graduação;
- b) Auxílio Creche: para estudantes dos cursos de graduação presenciais da UFSC, regularmente matriculados e frequentando o curso, que comprovadamente apresentem

- situação de vulnerabilidade socioeconômica, com guarda e responsabilidade legal de crianças com idade de zero a 6 (seis) anos de idade;
- c) Bolsas para os cursos de Língua Estrangeira do Departamento de Língua e Literatura Estrangeira do Centro de Comunicação e Expressão: para estudantes da UFSC, regularmente matriculados e frequentando curso de graduação que, comprovadamente, apresentem vulnerabilidade socioeconômicas;
 - d) Moradia Estudantil: para estudantes da UFSC, regularmente matriculados e frequentando curso de graduação, provenientes de outros municípios, fora da Grande Florianópolis, que comprovadamente apresentem vulnerabilidade socioeconômica; e,
 - e) Programa Bolsa Permanência: programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos cursos de graduação classificados como em situação de carência socioeconômica, para a sua permanência na Universidade.

A racionalidade financeira vivenciada pelas instituições públicas de ensino superior, principalmente a partir da década de 90, desorganizou seu espaço público, na medida em que a própria instituição procurou mecanismos de sustentação na forma de parcerias com o setor privado fortalecendo, por exemplo, o papel das fundações existentes dentro das Universidades. Búrigo (2003a, p.94) ao tratar o espaço público em duas universidades federais brasileiras, alerta para a prática de manutenção nas suas instalações de “fundações e outros mecanismos de cooperação com o setor privado que, acriticamente, legitimam a mercantilização da educação”.

Todavia, esse processo de mercadorização da educação e o enfraquecimento da educação pública superior, como reflexo das políticas públicas brasileiras implementadas à luz da ideologia neoliberal de acordo com as diretrizes do Banco Mundial, propõe aos países do Terceiro Mundo que os investimentos públicos sejam direcionados para educação fundamental, atribuindo à iniciativa privada a responsabilidade do ensino superior (BÚRIGO, 2003a). Com essa política, a educação superior pública passou a sofrer um

desinvestimento e, em contrapartida, houve um crescimento avassalador das universidades privadas.

Torres (1998, p.138), ao tratar das consequências que a implementação das diretrizes do BM trouxe para educação superior, destaca que:

as propostas do Banco Mundial para a educação são feitas basicamente por economistas dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem as categorias centrais a partir das quais se define a tarefa educativa.

Para entender as políticas públicas implementadas no Brasil a partir da década de 90, sob as regras do BM, é importante conhecer as diretrizes para a educação superior dos países do Terceiro Mundo, definidas por esse organismo (BÚRIGO, 2003a, p.137):

- a) estimular a diversificação das instituições públicas e a competitividade entre elas;
- b) incentivar e ampliar as instituições privadas;
- c) levar as instituições públicas a buscarem fontes alternativas de financiamento;
- d) conceder financiamento a partir de um processo de avaliação que deve corresponder ao aumento de produtividade da instituição; e,
- e) atuar na melhoria da qualidade acadêmica e institucional.

Paralelamente a isso, e incrementando a desorganização do espaço público existente na universidade pública federal, esta instituição passa a ser avaliada mais por critérios quantitativos, na visão economicista, do que qualitativos. A produtividade passa a ser o elemento mensurador do nível de qualidade da instituição. Com isso abre-se uma vertente para a pesquisa direcionada para os interesses econômicos. Primeiro, porque há garantia de recursos para a pesquisa, por parte dos interessados pelos seus resultados; segundo, porque a obtenção dos resultados de tais pesquisas tem seu quesito temporal bem reduzido em relação às pesquisas originadas a partir do interesse e necessidade da sociedade. Isso é confirmado por Búrigo (2003a, p.121) que, ao tratar da pesquisa como potencializadora do desenvolvimento do

espaço público em universidades federais, alerta que em algumas universidades públicas há pesquisas que “tendem a ter seus resultados privatizados, pois são custeadas por órgãos financiadores, fundações, empresas ou associações civis, devido à restrição de verbas alocadas pelo Estado”.

A avaliação sob a ótica quantitativa desconfigura a essência da universidade enquanto instituição pública, orientada pela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Dourado (2002, p. 13) mostra essa tendência, ao desnudar uma política de avaliação educacional que foi implementada à luz do neoliberalismo:

Descortina-se no país um sistema nacional de avaliação que estimula as IES à condição de instituições operacionais, por meio de testes estandardizados que metamorfoseiam as instituições, alteram a lógica do trabalho acadêmico, redirecionam a estrutura e os projetos acadêmicos, balizados por políticas de gerenciamento cartorial, ao sabor das exigências do mercado, naturalizando, desse modo, a privatização do ensino superior.

As consequências das políticas públicas atingiram também a remuneração dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação das universidades. Por um longo período, os servidores tiveram seus salários congelados, obrigando-os a procurarem outros mecanismos para sua própria sustentação. A manutenção da própria instituição também foi prejudicada pelo cerceamento financeiro, refletindo no nível de qualidade das aulas, nas pesquisas e nas condições de trabalho dos servidores universitários, fragilizando esse espaço público, uma vez que, em nome da necessidade de produzir, a instituição procura alternativas para superação desse quadro, o que muitas vezes significa transferência do serviço, por meio de parcerias e/ou contratos, com o setor privado.

Este cenário em que as universidades públicas conviveram, desde o início da década de 90, promoveu a fragilização da legitimidade dessas instituições diante da sociedade. Assim, as universidades públicas passam a viver uma situação ambígua e antagônica. Por um lado, elas têm sido alvo de críticas por parte da sociedade, que as

consideram elitistas, detentoras da grande parcela dos recursos destinados à educação, enclausuradas na suas próprias paredes e alheias aos anseios da sociedade em que estão inseridas. Por outro lado, são respeitadas como instituições que oferecem ensino de bom nível de qualidade.

De acordo com pesquisa realizada por Búrigo (2009, p.196), no Brasil a formação em nível de graduação “quase que exclusivamente vem gradativamente concentrando-se nos últimos dezoito anos na rede privada de ensino superior, diante do processo acelerado de incentivo do Governo Federal de expansão do espaço privado em detrimento do público”.

O Censo da Educação Superior Brasileira de 2010 (Censo, 2010), apresenta dados que confirmam os estudos de Búrigo (2009). Segundo o Censo (2010), o número de matrículas em Instituição Pública de Ensino Superior passou de 1.251.365 no ano de 2006 para 1.643.298 no ano de 2010, representando um aumento de 391.933 matrículas na rede pública de ensino superior. Em contrapartida, a rede privada de ensino superior apresentou, no mesmo período, segundo dados do Censo (2010), um aumento de 1.103.514,00 no número de matrículas, no mesmo período.

Na busca do fortalecimento das universidades públicas, da ampliação e democratização do acesso e da permanência nos cursos de graduação, em 2007 o Governo Federal institucionalizou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a).

Os objetivos do REUNI são:

Garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (BRASIL, 2007a, p.3).

O Programa foi implantado pelo sistema de adesão. Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa (BRASIL, 2008). O processo de adesão não foi um ato de escolha, mas de um caminho único oportunizado pelo Governo Federal, de busca de reestruturação das universidades públicas federais. Atualmente, todas as universidades públicas federais brasileiras estão inseridas no Programa Reuni, com vistas a sua reestruturação, fortalecimento e desenvolvimento perante a sociedade (BÚRIGO, 2009).

O REUNI (BRASIL, 2007b, p.1) apresentou seis dimensões que constou do plano de reestruturação das universidades que aderiram ao Programa, respeitando a especificidade de cada instituição. São elas:

- **Ampliação da oferta de educação superior pública**
 - Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
 - Redução das taxas de evasão; e,
 - Ocupação de vagas ociosas.
- **Reestruturação acadêmico-curricular**
 - Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
 - Reorganização dos cursos de graduação;
 - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
 - Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e,
 - Previsão de modelos de transição, quando for o caso.
- **Mobilidade intra e interinstitucional**
 - Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.
- **Compromisso social da instituição**
 - Políticas de inclusão;
 - Programas de assistência estudantil; e,
 - Políticas de extensão universitária.

- **Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação**
 - Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

O Programa ainda demanda muitos questionamentos por parte de docentes e técnico-administrativos em educação das universidades federais. Mais uma vez, a preocupação desses segmentos da comunidade universitária está na relação entre a expansão imposta pelo Programa e a garantia de recursos financeiros liberados pelo Estado, durante a sua implantação, mas também, e talvez mais importante, a certeza de esse financiamento sustentar as implicações dessa expansão. Isso porque o Programa prevê a expansão em termos de número de vagas e número de cursos, o que significa necessariamente:

- a) ampliação da estrutura física, que gera necessidade de garantia de recursos para manutenção, sob pena dessa expansão física se deteriorizar ao longo dos anos;
- b) ampliação no número de docentes e técnico-administrativos em educação, com a garantia de concursos públicos para, além da ampliação do corpo de servidores, a garantia de reposição dos servidores aposentados, configurando assim que a expansão não se limite a uma relação docente/aluno e técnico-administrativo/aluno e que se comprometa com o bom nível de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão¹³; e,
- c) garantia de recursos para ações em atenção aos estudantes oriundos dos programas de Ações Afirmativas, que visem à permanência, o desenvolvimento e o acesso democrático aos serviços inerentes à sua vida acadêmica.

¹³ Esta ampliação do quadro de pessoal das universidades públicas federais, se materializa por meio do Decreto nº 7.232 (BRASIL, 2010b) e da Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22/2007 (BRASIL, 2007c).

Estes são apenas alguns aspectos que merecem atenção, porém, o REUNI (BRASIL, 2007a) não é um Programa implantado e acabado. Ele encontra-se ainda em processo de execução. Esse Programa na sua essência traz uma nova perspectiva no sentido de fortalecimento da universidade pública como instituição social. Porém, de acordo com Léda;Mancebo (2009) e Paula (2009), para o Programa alcançar os objetivos propostos, faz-se necessário que o Governo Federal garanta a alocação dos recursos fundamentais para a viabilização da contratação de servidores e para manutenção e expansão física necessária para a sua implementação. Considero que os gestores da Instituição, por meio de suas ações, não devam minimizar esforços no sentido de aproveitar a oportunidade para reconstruir uma universidade focada na responsabilidade social, possibilitando a ampliação de acesso e assegurando um bom nível de qualidade da educação superior pública.

Diante do contexto em que se insere a universidade federal, é possível perceber como algumas ações, sejam do Governo ou da própria comunidade universitária, podem organizar ou desorganizar o espaço público que constitui essa instituição. Por um lado, vêm-se ações que proporcionam seu fortalecimento; por outro, que o enfraquecem, gerando um movimento oscilante de uma realidade complexa chamada universidade.

Assim, ao olhar a universidade pública, é possível observá-la como um minicosmo, altamente complexo nas suas relações sociais, na sua gestão, e na organização e desorganização por que passam os espaços públicos inerentes a esse contexto. Percebe-se a pluralidade da sua comunidade interna, que por meio de movimentos sociais tem procurado minimizar as consequências das políticas neoliberais que balizam as políticas públicas educacionais brasileiras. Percebem-se ações institucionais, mesmo que incipientes, visando ao fortalecimento do espaço público da universidade na busca da (re)legitimação diante da sociedade, como é o caso do resgate da formatura pública dos cursos de graduação da UFSC.

2.5.2 A educação pública superior na concepção da gestão social

Para contextualizar a educação pública superior na concepção da gestão social, considero relevante compreender, inicialmente, com base em Junquillo (2010), a administração pública como um caminho que

integre à sua essência, questões inerentes à técnica e aos dilemas éticos e políticos vivenciados diariamente pelas organizações e seus membros.

Nas palavras de França Filho (2008), gestão social pode ser considerada como uma forma de gestão que subordina as lógicas instrumentais, que geralmente são priorizadas pelas organizações, a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas.

Tenório (2008, p.41) salienta que, para ser efetivamente praticada a gestão social, faz-se necessário que a sociedade tenha prioridade na relação sociedade-Estado e sociedade-capital, sustentando a cidadania deliberativa, que nas palavras do autor significa “que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum”.

Nesses termos, parece ser de suma importância que a gestão universitária seja entendida como uma gestão social, e a educação, como um direito do cidadão.

Mas, o que se vê é a lógica do capital direcionando as políticas públicas de educação e saúde, entre outros serviços essencialmente públicos. Resgato Mészáros (2005), quando enfatiza que se faz necessário a implementação de políticas públicas que visem a uma reforma na educação de forma que a faça sair do preceito do capital para uma concepção social. Porém tão necessário quanto isso é a garantia de que essas políticas sejam implementadas de forma que seja possível materializar as ações. Trata-se da necessidade de o Governo dar condições financeiras e legais para que agentes de mudanças possam efetivamente aplicar na prática as propostas apresentadas. Trata-se de políticas públicas de transformação que rompem a lógica do capital no campo da educação. Não quero aqui negar a importância e a necessidade do mercado. É necessário, no entanto, que este seja encarado como um enclave necessário, sim, porém devidamente regulado e que não seja o norteador das decisões públicas e sociais.

Mészáros (2005), ao tratar da necessidade de uma reforma educacional, deixa claro que não basta a criação de programas, regras, leis ou qualquer outra formalidade, se não estiver muito intrínseco em cada profissional da educação e em cada cidadão a grande dimensão que a educação pública ou privada, básica ou superior possuem diante do desenvolvimento social. O autor fala de “interiorização” ao tratar da importância da conscientização de que a educação faz parte de um

processo complexo e que precisa ser entendida na sua essência. Reforça esse pensamento ao fundamentar que,

[...] num sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de ‘interiorização’ pelos indivíduos, da legitimidade do posto que lhes foi atribuído na hierarquia social, juntamente com as suas ‘próprias’ expectativas e as formas de conduta ‘certas’ mais ou menos explicitamente estipuladas nessa base (MÉSZÁROS, 2005, p.13, grifos do autor).

Considero que o desenvolvimento social não passa apenas pela educação. Acredito que também a saúde, a justiça e a economia precisam, da mesma maneira, convergir para os interesses públicos, para assim ser construída a alavanca promotora da elevação do nível de qualidade de vida do cidadão brasileiro, na medida em que suas necessidades básicas forem sendo atendidas. No entanto, creio que é por meio da educação que se inicia a mudança cultural e, por consequência, a conscientização para o exercício crítico e responsável da cidadania.

Arroyo (2001, p.43) salienta a importância do papel da universidade para a formação do cidadão e destaca a necessidade de se “redefinir a concepção de cidadania”, que vem sendo transformada ao longo dos tempos. A concepção de cidadania, segundo o autor, já foi entendida simplesmente como o direito do indivíduo viver na sociedade exercendo seus direitos e deveres. Com o decorrer do tempo, a educação passou a representar “participação política. O cidadão na vida política” e esta participação se dava proporcionalmente à conscientização política. Neste contexto, o autor destaca que a educação passou a ser vista também sob a ótica da “educação e cidadania, educação e consciência política” (ARROYO, 2001, p.36) e faz uma crítica a esta concepção,

[...] tínhamos uma concepção de cidadania demasiado política [...]. Identificávamos política não como participação na *civitas*, na *polis*, mas como participação no governo político, principalmente. O que era uma dimensão do ser humano e do cidadão, mas não a única (ARROYO, 2001, p.38, grifos do autor).

Assim, de acordo o autor, a universidade tem papel fundamental na formação do cidadão, e a especificidade das atividades universitárias contribui para isso. Atribui à educação, a necessária tarefa de promover a mudança na concepção dos estudantes sobre a cidadania, integrando valores mais abrangentes,

Temos que redefinir a concepção de cidadania, recolocando as questões da cidadania em outros termos: é a cidadania dos direitos sociais, dos direitos humanos, dos direitos básicos do ser humano [...]. O que temos que fazer é superar o reducionismo racional da concepção de cidadania. O reducionismo intelectualizado, cognitivista, da concepção de cidadania, e eu diria da concepção de educação (ARROYO, 2001, p.43).

Corroboro com o autor quando destaca que a cidadania deve ter como foco, não apenas o indivíduo votante que têm consciência, o indivíduo político, mas deve estar centrada “numa visão totalizante do ser humano”. Acrescenta o autor, “[...] não somos apenas votantes que têm consciência, somos seres humanos que têm direitos, não só de votar, de participar criticamente, mas à dignidade humana” (ARROYO, 2001, p.45).

A Universidade, pela pluralidade da sua comunidade universitária, pela especificidade das atividades que lhe são pertinentes, ou seja, pelo contexto em que está inserida, tem sem dúvida, fundamental importância no desenvolvimento dos seus estudantes, futuros profissionais que atuarão na sociedade, em relação à dimensão do exercício da cidadania consciente e crítica.

Rinese (2001, p. 91, grifos do autor) destaca que:

[...] se entendermos a ideia de cidadania no sentido mais geral de certa preparação dos sujeitos para a vida social, política e, inclusive, econômica, eu diria que não só a universidade *pode, sim*, auxiliar na formação de cidadãos, mas que *nunca deixou de fazê-lo*. E não porque a universidade, como uma engrenagem que preencheria à perfeição a tarefa que a grande maquinaria social requereria dela, “produza”, [...]

mas simplesmente porque a universidade replica (e replica porque comparte) as formas de funcionar, de se organizar, de pensar e de *se pensar* da sociedade da qual faz parte.

Isto posto, considero que o desenvolvimento crítico dos estudantes, dos servidores e dirigentes universitários, ou seja, o desenvolvimento reflexivo da universidade, tem possibilidades concretas de contribuir para a construção de elementos que possam promover o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática. Isto se dá pela relação de mediação que a universidade estabelece de sustentação e ao mesmo tempo de oposição a esta sociedade.

Retomo Rinese (2001, p.97, grifos do autor) ao destacar que:

Uma universidade i-reflexiva, uma universidade incapaz de se pensar a si própria, de pensar por que e para que faz o que faz, e *o que faz*, dificilmente mereceria continuar levando o nome de universidade, e se pareceria mais com esses milhares de institutos privados, empresas com fins lucrativos pomposamente chamadas de “universidades” [...]. A universidade *pública* deve ter em relação ao conhecimento, uma atitude diferente dessa. E é essa atitude, exatamente, o que define *como* universidade pública.

O autor atribui à universidade pública a tarefa que considera fundamental, qual seja, a tarefa “*não* de formar os cidadão que esta sociedade (que as empresas e os grupos econômico desta sociedade) precisa, mas, pelo contrário, de formar cidadãos que esta sociedade *não* precisa”. (RINESE, 2001, p.97, grifos do autor).

Nesta perspectiva, o papel mais importante da universidade é fazer valer a sua responsabilidade social, que perpassa pela disseminação do conhecimento e pela contribuição na formação dos seus estudantes, visando o desenvolvimento de uma cidadania consciente e crítica. Isto posto, corroboro com Dias Sobrinho (2005a, p. 172) quando destaca que,

O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico e que tenham sentido de cidadania pública.

É atribuído à universidade, especialmente a pública, uma responsabilidade que não é tão simples de ser cumprida. No contexto em que a universidade pública está inserida, estabelecem-se relações de mediação, que muitas vezes a fragilizam diante da sua missão. As políticas públicas educacionais brasileiras, o comportamento da sociedade, a postura dos dirigentes universitários e da própria comunidade, são fatores que desafiam a universidade pública para o cumprimento da sua responsabilidade social.

E é neste contexto que a universidade pública, diante da sua responsabilidade e da racionalidade financeira que tem enfrentado, acaba procurando mecanismos para sua sustentação, junto à esfera privada. Estes mecanismos podem ter sua importância, porém se institucionalmente regulados e focados no compromisso social. Assim, a situação da universidade pública brasileira vem desafiando seus gestores quanto ao desenvolvimento de políticas institucionais, em uma luta entre o fortalecimento como instituição social e a sua negação como organização social.

Esta luta é contextualizada, como já analisado neste estudo, (Vide seção 2.5 - As políticas públicas educacionais implementadas a partir dos anos 90 e sua influência sobre a gestão da universidade pública federal), pelas políticas públicas educacionais, ou seja:

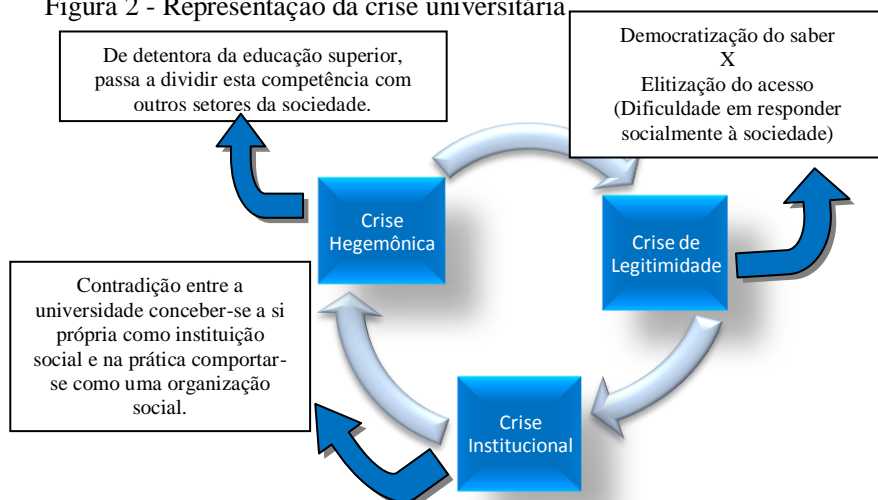
- a) a ideologia neoliberal, que vê a educação como mais uma mercadoria desvinculada do campo político e também do social, sob o rótulo de prestação de serviços não exclusivos do Estado deixando assim de ser concebida como um direito do cidadão;
- b) a visão dos objetivos da educação atual, ou seja, na sua missão de preparar o futuro profissional para o mundo do trabalho focado apenas nas exigências mercadológicas, desaparecendo a essência da docência que é a formação; e,

- c) o direcionamento da pesquisa segundo a lógica mercadológica.

A Universidade se vê diante de uma postura que, de acordo com Chauí (2003), mais se adapta a uma organização social do que a uma instituição social. Segundo a autora, a instituição social está inserida na divisão social e política da sociedade e busca definir os princípios universais que lhes permitem analisar as contradições, impostas pela divisão social, enquanto a organização social gera seu espaço e tempo particulares, aceitando sua inserção em um dos pólos da divisão social e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Quando a universidade concebe a si mesma como instituição social e na prática atua como organização social, acontece o que Santos (2005) chama de crise institucional, que, juntamente com a crise de hegemonia e de legitimidade inter-relacionadas, gera o que o autor concebe como a crise universitária. Vide Figura 2 - Representação da crise universitária.

Figura 2 - Representação da crise universitária



FONTE: Desenvolvida pela autora, com base na obra de Santos (2005).

De acordo com Santos (2005), a crise hegemônica se dá na medida em que a universidade, que sempre foi detentora da educação superior, passa a dividir essa competência com outros setores da sociedade. Essa crise pode ser resultante de atribuições funcionais contraditórias, uma vez que, além de produtora da alta cultura e formadora das elites, função atribuída desde a Idade Média, a universidade é também produtora de padrões culturais e de conhecimentos instrumentais, para formar mão de obra qualificada. A incapacidade de desempenhar satisfatoriamente essas duas funções teria levado os agentes econômicos a privilegiar meios alternativos, fora do contexto universitário.

A crise da legitimidade se caracteriza, segundo o autor, pela perda de consenso dentro das universidades, em que se cria uma contradição entre a hierarquia do saber restringindo-se a uma minoria, (geralmente aqueles que frequentam as melhores escolas preparatórias para o vestibular), confrontando-se com as exigências sociopolíticas, que defendem uma democratização do ensino superior, a fim de garantir o acesso a todo e qualquer cidadão, independentemente de sua classe social. A universidade é uma instituição na qual a sociedade procura respostas para muitos problemas sociais e é questionada quanto à sua real produção para a sociedade. Quando as respostas para essas questões não estão claras, a sua credibilidade e, conseqüentemente, a sua legitimidade são abaladas.

Como consequência da crise de hegemonia e de legitimidade, a universidade passa a conviver com o que o autor chama de crise institucional, que pode ser gerada a partir da contradição entre a universidade conceber-se a si própria como instituição social e na prática comportar-se como uma organização social. O aumento da demanda, em função das grandes transformações pelas quais a sociedade tem passado, e a dificuldade da universidade em atendê-las, tem feito com que esta procure alternativas que acabam a caracterizando como uma organização social. Essa crise pode ser explicada pelas políticas públicas implementadas sob a ótica do modelo neoliberal que, amparado pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio, promovem a descapitalização da universidade pública, forçando essa instituição a encontrar mecanismos de sustentação junto à iniciativa privada.

Estes mecanismos de sustentação podem promover a desorganização do espaço público, refletindo diretamente na legitimidade da universidade diante da sociedade, enfraquecendo-a como instituição social.

2.5.3 O espaço público e o espaço privado e sua relação na universidade

Falar de espaço público é falar de movimento, de organização e desorganização, de fortalecimento e enfraquecimento. É falar de preservação, de acesso democrático, de pluralidade e de ausência de interesses unilaterais. Falar em espaço público em uma universidade federal é falar também em políticas públicas, em políticas educacionais.

Como já analisado neste estudo, (Vide seção 2.5 - As políticas públicas educacionais implementadas a partir dos anos 90 e sua influência sobre a gestão da universidade pública federal), as políticas públicas influenciam sobremaneira a universidade pública, aumentando ou diminuindo a sua legitimidade diante da sociedade.

De acordo com Chauí (2003) e Santos (2005), como reflexo das políticas neoliberais sobre as políticas educacionais, além do incentivo à privatização, a mudança do foco da formação acadêmica universitária, que passa a ser voltada para as exigências do mercado, desfigura a essência da educação que é a formação do cidadão. Da mesma forma, a influência das políticas públicas sobre o processo de mercadorização da educação, à luz da ideologia neoliberal, que convergem para as diretrizes do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Isto posto, a educação superior pública passou a sofrer um desinvestimento que repercutiu sobremaneira no enfraquecimento do espaço público, fortalecendo o privado.

Considerando a universidade pública como uma instituição social que “exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p.1) e que é mantida pela sociedade, legitimada na medida em que responde socialmente com ações que promovam o desenvolvimento dessa sociedade, considero interessante destacar que seus gestores tenham a consciência de promover ações visando ao fortalecimento da universidade como instituição pública e, como consequência, do espaço público existente na instituição.

Todavia, há de se considerar que, para que isso ocorra, é necessário repensar a universidade como espaço institucional histórico de formação humana, de reflexão crítica, de produção e socialização de conhecimentos voltado para a construção da cidadania, numa globalização da vida¹⁴ e da dignidade humana (MINGUILI; CHAVES; FORESTI, 2010).

É necessário que a instituição universidade seja entendida na sua dimensão diante da sociedade e que seu espaço público seja desenvolvido e preservado. Utilizando as palavras de Roio (2008, p.3):

Há que se compreender que a Universidade é apenas um pequeno, mas crucial elemento na vida do País, pois é nessa instância que, em grande medida, se produz conhecimento e se reproduz conhecimento, se qualifica para o trabalho social e para a vida pública. Se não predomina no seio da Universidade a visão de um espaço público e democrático dotado de normas, e voltado para os interesses gerais da humanidade, pouco pode ser feito.

Ao refletir sobre as palavras público e privado, é possível perceber o quanto elas fazem parte do cotidiano das pessoas e como assumem diferentes valores e papéis, de acordo com o campo de conhecimento em que sejam analisadas.

Segundo o Dicionário Ediouro da língua portuguesa (FLORENZANO, 1996, p.219), o vocábulo *público* significa “o que é de todos; conhecido; geral; do domínio do povo[...]”. Nesse mesmo Dicionário, o vocábulo *privado* aparece com o significado de “que não é público; desprovido; que não dispõe de; particular[...]” (FLORENZANO, 1996, p. 216).

Atentos a organização, desenvolvimento e preservação do espaço público, estudiosos como Habermas (1984) e Arendt (1999) tratam esse tema demonstrando a importância do entendimento sobre a dimensão do

¹⁴ Globalização da vida, na perspectiva da globalização mais humana, “cooperativa, solidária e atenta aos valores éticos e humanos, reagindo a globalização competitiva [...]” (BÚRIGO, 2003a, p.139).

movimento do espaço público e do espaço privado, sobre como esses espaços interagem entre si e como a sociedade se comporta diante deles.

Na concepção de Habermas (1984), espaço público é um espaço onde os cidadãos livremente se encontram para, de maneira racional, debaterem e desenvolverem argumentos sobre a vida comum. É um espaço plural de debates, construído sob bases democráticas, onde os cidadãos interagem livremente na busca comum de alternativas que promovam o bem público. É um espaço onde a livre comunicação ocupa um lugar de supremacia, dada a sua importância diante da disseminação da informação, sob as mais diversas formas de atuação. O autor conceitua *públicos* como “certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um” (HABERMAS, 1984, p.14). Ao fazer referência ao poder público, o autor atribui ao Estado esse poder e afirma que “Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos” (HABERMAS, 1984, p.14). Daí a importância de os gestores públicos terem consciência da dimensão das atividades que exercem como representantes públicos do Estado.

O espaço público existente na universidade pública é um espaço onde a pluralidade é presente pela própria diversidade e complexidade da instituição. Nesse sentido, corroboro com Arendt (1999, p.62), quando considera que o espaço público é um espaço plural e comum, ou seja, “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. A autora defende também a importância da sua preservação para as próximas gerações ao destacar que “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDRT, 1999, p.64). Ela o caracteriza ainda como um espaço onde não há lugar para os interesses exclusivamente privados.

Tenório (2008, p.41), ao se referir à esfera pública¹⁵, a conceitua segundo os pressupostos da “igualdade de direitos individuais (sociais, políticos e civis) e discussão, sem violência ou qualquer outro tipo de coação”. Complementa o conceito traduzindo a esfera pública como um espaço subjetivo e comunicativo onde as pessoas compartilham suas inquietações por meio do entendimento mútuo.

¹⁵ Para este estudo esfera pública e espaço público são considerados sinônimos.

Com base nos estudos de Arendt (1999), Jovchelovitch (2000, p.44) considera que, para entender o significado da esfera pública, é necessário ter a noção da esfera privada, ou seja, “[...] a noção de esfera pública só pode ser entendida em relação ao seu contrário, isto é, à esfera privada. É, portanto, dentro dessa relação que algo como um espaço público toma corpo”. A autora afirma ainda que “a vida pública existe precisamente para enfrentar questões de interesse coletivo que não podem ser resolvidas através de caminhos que contêm apenas verdades singulares, radicadas em interesses privados” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 49).

Búrigo (2003b, p.82), ao tratar do tema, concebe o espaço público segundo a concepção de Harbemas (1984) e Arendt (1999), afirmando que “é um espaço onde diferentes percepções se entrelaçam, no objetivo ao atendimento de uma meta comum, do bem público”.

Ao relacionar o espaço público com o espaço privado, a autora alerta que:

esse espaço não é a ampliação do espaço privado, mas um fórum de debates, um lugar de opinião livre. Não é um espaço de supremacia dos interesses privados, mas um espaço de direitos construídos, de interação dialógica, na busca de objetivos comuns. É um espaço em movimento, que se organiza e desorganiza [...] (BÚRIGO, 2003b, p.82).

A relação do público e privado é antagônica, ou seja, o que é privado não é público, e vice-versa. Assim, na medida em que os gestores do espaço público permitem que ele seja orientado por visões que atendam a interesses particulares, esse espaço passa a ser descaracterizado e conseqüentemente não cumprindo mais o seu papel. Búrigo (2003b, p.88) salienta a perda do sentido de público, a partir do momento em que “este mundo comum, este objeto, é visto apenas sob um prisma, como, por exemplo, o prisma do lucro, do mercado, do atendimento das ideologias da classe dominante, do capital”.

Ao tratar do espaço público existente nas universidades públicas, há de se considerar o crescimento dos espaços privados que vem ocorrendo e que, na grande maioria, é influenciado pela pressão exercida pelos interesses econômicos do mercado. Búrigo (2003b, p.82),

associa o enfraquecimento do espaço público existente na universidade pública “à incidência de organização do espaço privado, que vem se constituindo na universidade pública, essencialmente através do processo de racionalidade financeira, como um dos princípios neoliberais”.

Assim, o que se tem visto é a coisa pública sendo apropriada e administrada sob a perspectiva da esfera privada. A separação do que é público e privado está cada vez mais difusa, pois a linha que os divide, é quase invisível. Essa cultura de apropriação do espaço público é disseminada e fortalecida, muitas vezes, pelas próprias políticas institucionais que pecam ao não focarem no desenvolvimento e na preservação do espaço público existente na universidade. Assim, há de se destacar a importância de os gestores universitários manterem-se atentos aos movimentos que possam provocar o comprometimento desse espaço público, com a ampliação dos espaços privados dentro da própria instituição, gerando dependência à esfera privada, que, conforme Habermas (1984, p.39), “delimita a sociedade em relação ao poder público”.

Ao pensar a administração universitária pública sob a perspectiva do desenvolvimento do espaço público, há de se considerar que ela deve ser praticada “como um processo intersubjetivo, dialógico, onde todos têm direito à fala”, em um espaço público que deve ser desenvolvido e preservado por meio de um processo gerencial “[...] decisório deliberativo que procure atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico” (TENÓRIO, 2008, p.54).

Por fim, o espaço público na universidade federal tem passado por momentos turbulentos. Em alguns períodos parece que é fortalecido, em outros, desorganizado e enfraquecido. Esse movimento de organização e desorganização se dá, em função do contexto de como as políticas públicas influenciam as políticas educacionais; os movimentos sociais; as ações institucionais; a realização do trabalho acadêmico do professor, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão e as atividades laborais exercidas pelos gestores universitários e demais servidores.

Cabe salientar que os gestores públicos universitários, pela essência do cargo público que ocupam, devem promover ações que, além de visarem ao desenvolvimento e à preservação do espaço público, devem contribuir para erradicação, dentro da instituição, da

unilateralidade de interesses, principalmente quando nesses interesses estão envolvidos aspectos econômicos e políticos que ampliam a margem que separa as classes sociais. Essas ações tornam-se importantes na medida em que a legitimidade de uma instituição pública, diante da sociedade, é enfraquecida quando ela permite que o privilégio continue privilegiando o que já é privilegiado socialmente.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, considero que é possível perceber algumas pequenas ações que objetivam o resgate, o desenvolvimento e a preservação do espaço público, fortalecendo-o e resgatando o caráter de instituição social da Universidade. Entre essas ações, destaco a institucionalização das solenidades públicas de colação de grau, objeto deste estudo.

Considero que exemplos como o da UFSC, que democratizou e institucionalizou o processo de colação de grau dos seus cursos de graduação, resgatando o caráter público e acadêmico, contribuem para o desenvolvimento desse espaço público e para a sua preservação. Acredito nisso, na medida em que o modelo adotado a partir de 2004 garante a participação, com dignidade, de todos os formandos, em igualdade de condições, independentemente da sua situação socioeconômica.

Entretanto, mesmo considerando que a formatura pública, resgatada a partir de 2004, se constitui em um espaço público democrático, é importante considerar a existência de interesses privados que permeiam o processo, que podem privilegiar aspectos que, de uma maneira ou de outra, não representam os interesses comuns da sociedade. São contradições que permeiam o fenômeno em estudo que colaboram com o enfraquecimento do espaço público da UFSC, muitas vezes gerados pelos próprios envolvidos com o processo.

Por outro lado, ao institucionalizar a formatura pública na perspectiva do resgate do seu caráter público e democrático, a Universidade passa a conviver com uma realidade em constante movimento¹⁶ cuja direção deste movimento depende de aspectos como a

¹⁶Segundo Cheptulin (1982, p.162) “o movimento aplicado à matéria é a modificação em geral. Ele inclui todas as mudanças e todos os processos que se produzem no universo, da simples mudança de lugar até o pensamento[...]”. O autor salienta que “não houve, não há e não pode haver matéria sem movimento, nem movimento sem matéria e a tendência dominante, no mundo material, é o movimento progressivo, as transformações que conduzem à

concepção que os gestores públicos têm sobre espaço público, o investimento e o comprometimento com o processo e a promoção da interação dialógica entre todos os envolvidos, visando atender os interesses comuns.

Ou seja, a prática da formatura pública está em constante risco de se desorganizar. E esta desorganização pode ser provocada pelo reflexo das políticas públicas educacionais brasileiras, que direta ou indiretamente contextualizam a postura e a tomada de decisão dos gestores e envolvidos no processo, que refletem diretamente sobre o fenômeno estudado.

Durante este estudo foi possível perceber que materializar a formatura pública da UFSC, é um desafio diário e constante para os gestores envolvidos. Além dos aspectos já apontados, outros merecem atenção especial dada a sua fundamental importância na consecução dos objetivos definidos com o resgate do caráter público e acadêmico.

Entre estes aspectos, destaco dois. O primeiro se refere ao espaço físico, palco das formaturas públicas, ou seja, o Centro de Cultura e Eventos. Ao assumir as formaturas e realizá-las em espaço institucional, a UFSC assume a responsabilidade de manter este espaço em condições adequadas à realização do evento, com toda a infraestrutura necessária. Manter este espaço institucional, em uma instituição pública subordinada à burocracia do processo que é legitimado pela legislação financeira vigente, deixa muitas vezes o gestor apreensivo em função da burocracia e tempo que demandam a contratação de prestação de serviços. Muitas vezes durante o próprio evento acontecem problemas que precisam ser resolvidos imediatamente, independente da hora que tenham acontecido, sob pena de prejudicar o evento que está sob a responsabilidade da Universidade. Essa situação demanda tomadas de decisão imediata do gestor e que pode significar alternativas como parcerias público-privadas emergenciais. Assim, se a Universidade não implementar ações que possam dar condições para o atendimento imediato de manutenções emergenciais, os gestores e servidores envolvidos com o processo da formatura pública, podem não conseguir manter a formatura pública com o nível de qualidade esperado pelos

passagem do inferior ao superior, do simples ao complexo, isto é, o desenvolvimento”.

formandos, familiares e sociedade em geral, indo na contramão da proposta de resgate do processo pela UFSC.

O segundo aspecto é o relacionado com a política pública de pessoal que subordina os servidores envolvidos com o processo. Este talvez seja o aspecto que mais coloque em risco a preservação da formatura pública da UFSC. Isso porque os bastidores da solenidade envolve servidores públicos, que planejam, organizam e realizam estas solenidades. As solenidades acontecem tanto no período diurno como noturno. Isto significa dizer que para a realização de uma solenidade no período noturno, os servidores envolvidos com a organização e execução, dedicam, no dia da formatura, muito mais que oito horas de trabalho, invadindo inclusive o período noturno. É importante salientar que por semestre acontecem, atualmente, em média 28 (vinte e oito) solenidades (UFSC, 2011d). No entanto o número de cursos está aumentando, os novos *Campi* em breve estarão formando alunos, além dos cursos a distância que também estão se envolvendo com o processo. Isso significa dizer que o número de solenidades de colação de grau crescerá significativamente nos próximos anos o que certamente implicará na necessidade de aumentar o número de servidores envolvidos. Assim, conseguir envolver um servidor no processo, tornando-o comprometido com o mesmo, a ponto de dedicar mais horas de trabalho do que a maioria dos servidores públicos da mesma Instituição, não é tarefa fácil. O gestor precisa ter criatividade para desenvolver alternativas que não firam a legislação vigente que envolve a política pública federal de pessoal.

São contradições que se apresentam no processo, ou seja, por um lado a Universidade para materializar o espaço público das formaturas precisa dispor de servidores comprometidos com o processo e que dediquem horas que normalmente seriam para seu lazer ou descanso, para a realização da solenidade. Por outro lado esse mesmo servidor, muitas vezes se vê em desvantagem em relação aos demais servidores públicos da Instituição, que cumprem seu horário de trabalho de acordo com o que prevê seus contratos, podendo essa sensação abrir caminhos para a desmotivação e descomprometimento com o processo. Visando minimizar esta situação, são implementadas políticas de flexibilização ou compensação do horário de trabalho dos servidores envolvidos. Entretanto, pela especificidade das atividades que envolvem a solenidade de colação de grau, o que se percebe é que o horário de

trabalho diferenciado pode constituir um aspecto desestabilizador da motivação dos servidores envolvidos.

Assim, a formatura pública da UFSC, representa uma realidade não consolidada, mas em constante movimento de busca para o seu fortalecimento, que vai além do querer institucional. O que acontece atualmente, pode não acontecer em futuro muito próximo, pois as relações que permeiam este fenômeno podem desencadear o seu enfraquecimento ou fortalecimento, ou seja, sua continuidade ou descontinuidade, no que se refere ao seu caráter público e democrático.

Além disso, é importante ter consciência da existência de fatores que ao longo do tempo influenciaram na gestão da prática das formaturas da UFSC. Entre estes fatores estão o desenvolvimento da sociedade e as mudanças comportamentais desta mesma sociedade que, construíram e constroem a história social de um povo, e que refletem diretamente na gestão pública e na concepção do espaço público de cada cidadão. Por um lado, a sociedade se tornou mais consciente dos seus direitos, passando a exigir dos gestores públicos a democratização e o fortalecimento dos espaços públicos. Por outro lado, a visão capitalista passou a nortear grande parcela da sociedade, em função de fenômenos sociais como a globalização ou as próprias políticas neoliberais que influenciam as políticas públicas brasileiras. Assim, esta parcela da sociedade passou a ver nestes espaços públicos, como na solenidade de colação de grau das universidades públicas, a possibilidade de gerar renda e lucro, ou de privilegiar interesses privados, apropriando-se destes espaços ou os desfigurando quanto à essência dos interesses comuns.

Nestes termos, o processo de formatura pública da UFSC, pode materializar uma das caracterizações que Búrigo (2003b) atribui ao espaço público, ou seja, a possibilidade¹⁷ de organizar-se e desorganizar-se, dependendo das condições existentes, contribuindo ou não para o desenvolvimento e preservação do espaço público da UFSC.

¹⁷ Para a possibilidade transforma-se em realidade, são necessárias condições adequadas. Segundo Cheptulin (1982, p.344), “com a transformação da possibilidade em realidade, a possibilidade não desaparece como tal, não é eliminada; o aparecimento de uma nova realidade, em decorrência da realização dessa ou daquela possibilidade, é acompanhada pelo aparecimento de novas possibilidades, ou seja, as possibilidades são ilimitadas”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que um pesquisador possa construir conhecimento científico, faz-se necessário que seja estabelecida uma relação entre o sujeito (pesquisador) e o objeto de investigação. Esta relação, para ser validada, precisa ser construída por meio de técnicas e métodos científicos que legitimem o saber obtido. Em outras palavras, o pesquisador precisa definir com clareza o caminho metodológico a ser percorrido para consecução dos objetivos do estudo a ser realizado.

Nesse sentido, este Capítulo visa à apresentação dos procedimentos metodológicos desenvolvidos durante a realização da pesquisa, com vistas a analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, para a organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na Universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores universitários.

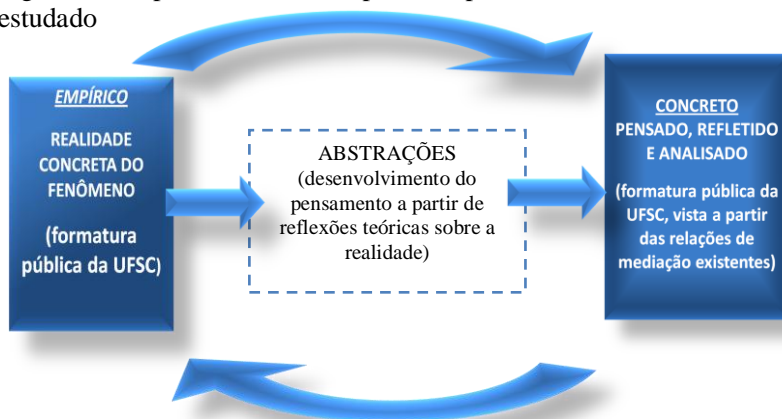
Assim, será apontado, o tipo e a natureza do estudo, a população e a amostra, os instrumentos utilizados para coleta de informações e o processo utilizado para análise dessas informações.

Por se tratar de um estudo de um fenômeno que envolve o homem e as mediações de suas relações sociais permeadas pela consciência social do gestor público, este estudo fundamentou-se nos pressupostos teóricos trabalhados no Capítulo 2 - As políticas públicas educacionais a partir dos anos 90 e sua influência sobre as formaturas dos cursos de graduação da UFSC - , visando buscar explicações coerentes, lógicas e racionais.

Partindo então de uma realidade concreta, ou seja, da formatura pública da UFSC, procurei compreender as relações sociais que envolvem esse fenômeno e as interpretei à luz da teoria, na busca de respostas para as inquietações que motivaram este estudo. O objetivo de seguir este caminho metodológico foi o de promover uma reflexão sobre a realidade, partindo do empírico (a realidade concreta do fenômeno assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (desenvolvimento do pensamento e reflexões teóricas sobre a realidade), chegar ao concreto, ou seja, à compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto de investigação, ou seja, no concreto pensado, refletido e analisado. Assim, este caminho metodológico permitiu compreender as relações de mediação entre o empírico (real aparente) e

o concreto (real pensado, refletido e analisado), ou seja, as abstrações (reflexões) do pensamento que possibilitaram uma maior compreensão da realidade observada.

Figura 3 - Etapas desenvolvidas para compreensão do fenômeno estudado



Fonte: Desenvolvido pela autora

3.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Como tipo de pesquisa, utilizei o estudo de caso, que, segundo Triviños (1987), está entre os tipos de pesquisas de natureza qualitativa. Nesses termos, este estudo se caracteriza por sua natureza qualitativa na sua essência, não deixando de utilizar aspectos quantitativos de alguns elementos que deram suporte à análise do fenômeno estudado.

Segundo Gil (2007), a pesquisa quantitativa é aquela que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Para este estudo, utilizei tabulação simples de dados, para apresentação de informações de cunho quantitativo.

A abordagem qualitativa, foco da abordagem deste estudo, é descritiva e considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação do fenômeno estudado e a atribuição de significados, são básicos no processo da pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a

fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva, pois o pesquisador tende a analisar seus dados indutivamente, sendo o processo e seu significado focos principais de abordagem (TRIVIÑOS, 1987).

Para o autor os resultados de uma pesquisa descritiva são expressos em descrições, narrativas e declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, acompanhado de fragmentos de entrevistas. Ainda segundo o autor, na pesquisa qualitativa a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base e percepção de um fenômeno num contexto.

Assim, este estudo de caso é caracterizado por ser descritivo, interpretativo e explicativo, haja vista descrever, interpretar e explicar as características do fenômeno ocorrido dentro da instituição, qual seja, a prática da formatura pública dos cursos de graduação da UFSC.

De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso orientado pela natureza qualitativa tem o objetivo de analisar profundamente determinada realidade social e envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Para o aprofundamento desta investigação utilizei também o método da observação direta que se desenvolve a partir da interação entre pesquisador e membros das situações investigadas (ALMEIDA, 2011). A pesquisa bibliográfica também foi utilizada, na medida em que usei material já publicado, tendo como fonte principalmente livros, artigos de periódicos e a internet. Por fim, a pesquisa documental foi também realizada a partir de materiais como Decretos, Resoluções, Relatórios entre outros documentos, como um dos elementos textuais que subsidiaram este estudo.

3.2 A POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta pesquisa foi constituída por gestores das unidades acadêmicas e pelo gestor da unidade responsável pela gestão do processo de formatura pública da UFSC, ou seja, pela Pró-Reitora de Ensino de Graduação e pelo Diretor do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC.

Triviños (1987) considera que a amostra, na pesquisa qualitativa, é uma parte da população, que segundo critérios do pesquisador, é delimitada conforme os objetivos do estudo. O autor apresenta como sugestão alguns requisitos para delinear uma boa escolha de informantes a serem envolvidos na pesquisa, quais sejam:

- a) antiguidade na comunidade e envolvimento com o fenômeno que se quer estudar;
- b) conhecimento amplo das circunstâncias que têm envolvido o foco da pesquisa;
- c) disponibilidade de tempo; e,
- d) capacidade de transmitir a essência do fenômeno, que promova o enriquecimento das informações.

Assim, para este estudo, a amostra foi definida de acordo com os seguintes critérios:

- a) Ocupante do cargo de Coordenador de Curso de Graduação presencial da UFSC, do *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis, que esteja na ativa, ou seja, que esteja exercendo suas atividades na UFSC.

Este critério tem sua importância na medida em que os Coordenadores dos Cursos de Graduação têm relação direta com os alunos, interagindo ou apenas observando a expectativa, preparação e os conflitos gerados em torno da solenidade de colação de grau. O fato de o critério restringir aos Coordenadores que estejam na ativa é importante na medida em que, apesar da rica contribuição que servidores aposentados poderiam fornecer, no momento da realização da pesquisa não estão vivenciando cotidianamente a UFSC.

Conforme o Art. 10 da Resolução N° 018/CUn/2004, (UFSC, 2004b), a função de Coordenação dos Cursos de Graduação é exercida por professores em regime de 40 horas com dedicação exclusiva e, facultativamente, de tempo integral, democraticamente eleitos. O Art. 10-A da citada Resolução, define que podem se candidatar às

funções de Coordenador de Curso de Graduação, os professores integrantes da carreira do magistério superior que ministrem aulas no mesmo, desde que:

- i. tenham mais de três anos de efetivo exercício na Universidade;
- ii. estejam lotados em Departamentos da(s) Unidade(s) Universitária(s) à(s) qual (ais) o Curso está vinculado e que sejam responsáveis por carga horária igual ou superior a 10% (dez por cento) do total necessário à integralização curricular.

O Art.11 da referida Resolução (UFSC, 2004b), estabelece as seguintes competências para a função de Coordenador de Curso de Graduação:

- i. convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- ii. representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
- iii. executar as deliberações do Colegiado;
- iv. designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado;
- v. decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;
- vi. elaborar os horários de aula, ouvidos os Departamentos envolvidos;
- vii. orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do Curso;
- viii. indicar ao Departamento de Administração Escolar, ouvidos os Departamentos envolvidos, as disciplinas que serão oferecidas à matrícula em cada período letivo;
- ix. analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno;
- x. decidir sobre pedidos de expedição e dispensa de guia de transferência;
- xi. decidir sobre pedidos de complementação pedagógica e exercícios domiciliares;
- xii. validar disciplinas cursadas em outras instituições, obedecida a legislação pertinente;

- xiii. verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concluintes;
- xiv. decidir sobre pedidos de colação de grau em caráter de excepcionalidade;
- xv. promover a integração com os Departamentos;
- xvi. instaurar processo disciplinar em razão de denúncias que envolvam integrante do corpo discente, observado o disposto neste Regulamento;
- xvii. coordenar as atividades teórico-metodológicas do projeto pedagógico do curso, em todas as suas modalidades;
- xviii. coordenar os processos de reestruturação e avaliação do currículo do curso;
- xix. propor as políticas de capacitação pedagógica e coordenar as suas ações;
- xx. atuar como interlocutor do Curso;
- xxi. coordenar o levantamento bi-anual da inserção dos egressos do Curso no mercado de trabalho;
- xxii. promover a articulação com o Escritório de Assuntos Internacionais e a Central de Carreiras da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, objetivando a participação de alunos em atividades afetas as respectivas áreas de competência;
- xxiii. zelar pelo cumprimento e divulgação deste Regulamento junto aos alunos e professores do Curso;
- xxiv. delegar competência para execução de tarefas específicas; e,
- xxv. superintender as atividades da secretaria do Colegiado do Curso.

O processo de implantação da formatura pública para os cursos de graduação a distância encontra-se em fase inicial, dadas as suas especificidades, que demandam adaptações em relação ao modelo destinado aos cursos presenciais, objeto de investigação deste estudo. Por esse motivo, os Coordenadores desses cursos foram excluídos da amostra proposta. Em relação aos Coordenadores dos Cursos existentes nos *Campi* do interior do Estado de Santa Catarina, estes também foram excluídos, uma vez

que a implantação destes *Campi* é recente, não havendo, até a presente data, nenhuma turma de formandos.

Atualmente a UFSC possui, no *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis, 54 (cinquenta e quatro) Coordenadores de Cursos de Graduação presencial, distribuídos nas 08 (oito) grandes áreas do conhecimento estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (CAPES, 2009). (Vide Apêndice A - Relação de Cursos Presenciais no *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis e respectiva área de conhecimento).

- b) Ocupante do cargo de Coordenador de Curso de Graduação presencial que tenha ingressado na UFSC na carreira docente, como professor efetivo, até 31/12/1980.

Este critério foi considerado importante, uma vez que o Coordenador que ingressou na UFSC, como docente até o ano de 1980, vivenciou a formatura pública, a sua privatização a partir dos anos 90, o resgate do seu caráter público a partir de 2004, assim como as demais transformações que a universidade pública vem sofrendo ao longo desses anos.

Levantados os Coordenadores que atendem aos critérios apresentados, os relacionei de acordo com a respectiva grande área de conhecimento da CAPES. (CAPES, 2009), conforme segue:

Ciências Exatas e da Terra;

Ciências Biológicas;

Engenharias;

Ciências da Saúde;

Ciências Agrárias;

Ciências Sociais e Aplicadas;

Ciências Humanas; e,

Linguística, Letras e Artes.

A Tabela 3 - Relação dos Cursos de Graduação da UFSC e do ano de ingresso dos respectivos Coordenadores que

ingressaram na Instituição até o ano de 1980, apresenta os cursos cujos Coordenadores atenderam aos critérios estabelecidos, estando, portanto, potencialmente em condições de serem entrevistados.

Tabela 3 - Relação dos Cursos de Graduação da UFSC e do ano de ingresso dos respectivos Coordenadores que ingressaram na Instituição até o ano de 1980.

CURSO	ANO EM QUE O COORDENADOR INGRESSOU NA UFSC	TEMPO DE SERVIÇO NA UFSC	ÁREA DE CONHECIMENTO
Engenharia de Materiais	1976	35	Engenharias
Engenharia Eletrônica	1976	35	Engenharias
Engenharia de Produção	1978	33	Engenharias
Engenharia de Alimentos	1978	33	Engenharias
Engenharia Mecânica	1978	33	Engenharias
Educação Física	1979	32	Ciências da Saúde
Zootecnia	1979	32	Ciências Agrárias
Filosofia	1980	31	Ciências Humanas
Engenharia Elétrica	1980	31	Engenharias
Matemática	1980	31	Ciências Exatas e da Terra

FONTE: Elaborada pela autora a partir de dados da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSC (SETIC).

A Tabela 3 - Relação dos Cursos de Graduação da UFSC e do ano de ingresso dos respectivos Coordenadores que ingressaram na Instituição até o ano de 1980, apresenta

uma relação de 10 (dez) Coordenadores potencialmente aptos a serem entrevistados. Assim, dentre estes, selecionei intencionalmente, de acordo com a sua disponibilidade de tempo para conceder a entrevista, um de cada grande área de conhecimento estabelecida pela CAPES (CAPES, 2009).

Com esse extrato da população que constitui esta pesquisa, tive como pretensão atingir uma amostra heterogênea que represente a diversidade que constitui a Universidade. Coordenadores de diferentes áreas de conhecimento podem representar diferentes percepções das relações sociais, diferentes interesses ideológicos, além de conviverem, no seu ambiente de trabalho, com alunos com características distintas dentro da respectiva área de conhecimento.

Com isso, selecionei 05 (cinco) Coordenadores de Curso de Graduação, uma vez que os potenciais entrevistados estão distribuídos entre 05 (cinco) das 8 (oito) grandes áreas de conhecimento da CAPES (CAPES, 2009). Para escolher o Coordenador da área das Engenharias a ser entrevistado, dentre os 6 (seis) potenciais entrevistados, utilizei o critério inicial de antiguidade na UFSC e na sequência da disponibilidade de tempo para conceder a entrevista.

c) Ocupante do cargo de Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UFSC.

De acordo com o Art. 38 do Estatuto da UFSC (UFSC, 2011b), a nomeação dos Pró-Reitores é competência do Reitor sendo homologada pelo Conselho Universitário. As Pró-Reitorias vinculadas às atividades-fim da Universidade, como a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, tem os seus titulares escolhidos dentre os integrantes da carreira do magistério superior. Nestes casos, os titulares ficam desobrigados de suas atividades didáticas e exercem seus cargos em regime de tempo integral e, facultativamente, de dedicação exclusiva.

A função de Pró-Reitor de Ensino de Graduação abrange toda a área de ensino da Instituição, tendo como atribuições (UFSC, 2010f):

- i. coordenar a formulação e a implementação de políticas para o ensino e as atividades dos órgãos executores associados;
- ii. assessorar os gestores acadêmicos, comissões e grupos de trabalho em procedimentos administrativos e no desenvolvimento de programas e projetos voltados para os cursos de graduação e educação básica;
- iii. propor e coordenar as formas de acesso aos cursos de graduação e de educação básica, a programas de bolsas acadêmicas de graduação e estágios curriculares;
- iv. registrar e gerenciar as atividades de planejamento acadêmico, as informações e dados relativos à graduação e educação básica, bem como expedir documentos diversos;
- v. propor instrumentos para a elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos cursos de graduação e da educação básica; e,
- vi. implementar e desenvolver políticas e programas referentes às atividades de ensino, em conjunto com outras Pró-Reitorias.

A importância deste entrevistado para a pesquisa está na abrangência da sua área de atuação dentro da Instituição e no fato de representar os atores sociais com o poder de tomada de decisão, em nível de políticas institucionais, na área acadêmica. Conhecer a percepção que este gestor possui em relação à formatura pública da UFSC e sua influência no desenvolvimento e preservação do espaço público da Instituição gerou subsídios que enriqueceram o presente estudo.

- c) Ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC.

O Departamento de Cultura e Eventos, unidade vinculada à Secretaria de Cultura e Arte da UFSC (SeCArte), tem como atribuições principais o planejamento, a organização e a execução de eventos institucionais, das formaturas dos cursos de graduação da Universidade, além da administração, manutenção e gestão operacional dos espaços sob sua responsabilidade que são: Centro de Cultura e Eventos, Auditório da Reitoria e Templo Ecumênico. O Departamento conta, também, com pessoal especializado para dar todo o suporte aos eventos, desde a reserva e locação dos espaços, passando pela coordenação do espaço físico e pelo apoio necessário durante sua realização (UFSC, 2007b).

Esta unidade administrativa é responsável, desde o ano de 2004, pelo planejamento, desenvolvimento e execução das formaturas públicas da UFSC, estando, portanto, envolvida com o processo de resgate do caráter público das solenidades desde a sua idealização até os dias atuais. A riqueza de informações obtidas com o Diretor desta unidade contribuiu, sobremaneira, para a presente pesquisa.

3.3 COLETA DAS INFORMAÇÕES

Para a coleta das informações utilizei a aplicação de entrevista semiestruturada, análise de documentos e observação direta.

A entrevista semiestruturada é um dos instrumentos básicos utilizados pela pesquisa qualitativa para coleta de informações. Para Triviños (1987, p.152), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. O autor salienta também que a entrevista semiestruturada caracteriza-se por questionamentos básicos que são embasados por teorias que se relacionam ao tema da pesquisa. Essas perguntas básicas podem, dependendo do transcorrer da entrevista, gerar novas perguntas, ou seja, perguntas derivadas.

Triviños (1987, p.146) atribui à entrevista semiestruturada a possibilidade do enriquecimento da pesquisa, afirmando que ela “ao mesmo tempo valoriza a presença do pesquisador, oferece as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”.

Nessa perspectiva, o instrumento utilizado para coleta de dados (Vide Apêndice B - Instrumento de coleta de informações), foi constituído por um conjunto inicial de cinco perguntas. Estas perguntas possibilitaram a identificação do entrevistado e a caracterização da amostra, por meio da mensuração de dados através de tabulações simples que, após analisados e interpretados, possibilitaram a melhor compreensão do fenômeno estudado.

As demais perguntas que constituíram o roteiro da entrevista serviram de base para a busca de informações que, sustentadas pela fundamentação teórica utilizada, possibilitaram a análise do fenômeno de investigação. Essas perguntas, mesmo que não explícitas, foram organizadas por categorias predefinidas, que fundamentaram o processo de interpretação e análise do conteúdo das informações obtidas nas respostas dos entrevistados. A importância da predefinição dessas categorias se deu justamente em função do instrumento de pesquisa a ser utilizado. Ao ter as categorias predefinidas, o pesquisador não corre o risco de desviar o foco da sua investigação no decorrer da entrevista, indo ao encontro do que Triviños (1987, p. 146) salienta: “os questionamentos podem gerar novas perguntas a partir das respostas dos informantes, entretanto, o pesquisador deverá manter o foco principal da pesquisa”.

Nesses termos, o instrumento de pesquisa foi constituído por perguntas que envolveram as seguintes categorias:

- a) **Universidade pública:** nesta categoria, a perspectiva foi perceber qual a ideia que o entrevistado tem sobre universidade pública e qual deve e/ou é a relação entre ela e a sociedade; qual a influência das políticas públicas para a educação e em especial para as atividades dele (o entrevistado) na Instituição; qual o papel do gestor público universitário na legitimação da universidade como instituição pública.

- b) **Espaço público:** nesta categoria, a expectativa foi compreender como o entrevistado percebe o espaço público existente na universidade pública; como é percebido o processo de inclusão, participação e democracia nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração dentro da UFSC; qual o papel do gestor público universitário no desenvolvimento do espaço público existente na universidade.
- c) **Formatura pública:** a partir da visão do entrevistado sobre a universidade e sobre o espaço público busquei, com esta categoria, compreender como o gestor entrevistado concebe a formatura pública da UFSC e sua relação com o desenvolvimento do espaço público da Instituição. Busquei identificar na visão dos entrevistados: a expectativa dos alunos para a realização das suas formaturas; qual a relação da formatura pública da UFSC com o processo de inclusão social, participação e democracia; qual a influência da formatura pública no processo de fortalecimento da Universidade como instituição pública.

Estabelecidos os potenciais entrevistados e definido o instrumento de pesquisa, parti para a escolha de 1 (um) Coordenador de cada área do conhecimento, dentre os que atendiam os critérios estabelecidos. Agendadas as entrevistas, iniciei o processo de coleta das informações, que se deu durante o período de 11 de novembro de 2011 a 23 de novembro do mesmo ano. Para obter registro fiel das entrevistas utilizei, com a autorização dos gestores universitários entrevistados, a gravação digital visando à transcrição dos relatos, facilitando assim o processo de análise das mesmas. Para evitar diferentes interpretações das perguntas, pelos entrevistados, segui criteriosamente o roteiro de entrevista pré-estabelecido. As sete entrevistas realizadas tiveram duração média de 1 (uma) hora cada e foram realizadas cumprindo o cronograma previamente estabelecido.

Realizadas as entrevistas, procedi a rigorosa transcrição das mesmas, tendo o cuidado de não promover qualquer alteração que pudesse colocar em risco a intenção do entrevistado ou a compreensão que o mesmo apresentou sobre cada questionamento.

Assim, uma vez transcritas todas as entrevistas, percorri os passos conforme segue:

- a) **Identificação do entrevistado:** para garantir o anonimato dos entrevistados, atribui para cada, um código de identificação, assim definidos:
- i. E1 - Entrevistado 1;
 - ii. E2 - Entrevistado 2;
 - iii. E3 - Entrevistado 3;
 - iv. E4 - Entrevistado 4;
 - v. E5 - Entrevistado 5;
 - vi. E6 - Entrevistado 6; e,
 - vii. E7 - Entrevistado 7

Encerrada esta etapa, realizei nova leitura minuciosa dos objetivos definidos neste estudo, na perspectiva de mantê-los muito claro durante a análise das informações coletadas, visando responder, à luz da teoria, os questionamentos desta investigação.

Na sequência, passei a ler atentamente as transcrições das entrevistas realizadas, orientada pelo conhecimento adquirido até o momento e pelas categorias previamente definidas. Compreendidas as informações, identifiquei aspectos incluídos nas falas dos entrevistados, que mereciam aprofundamento, com base nas categorias, de forma a enriquecer o processo de análise das informações coletadas.

De acordo com Búrigo (2003a, p.177), “a definição da categoria deve ter como preocupação básica o conteúdo nela inserido. O que diferencia basicamente uma categoria da outra é o conteúdo”. Segui este mesmo pressuposto, elegendo aspectos nas falas dos entrevistados, cujo conteúdo tivesse relação com as categorias definidas.

Assim, passei para outra etapa da preparação das informações para posterior análise. Novamente foi realizada leitura dos relatos transcritos e, norteadas pelos objetivos da pesquisa e pela teoria, agrupei fragmentos das falas dos entrevistados, de acordo com o conteúdo e aspectos abordados pelos mesmos.

De acordo com Cheptulin (1982), o conteúdo inerente às categorias coincide até certo ponto, não com o fenômeno estudado, mas com a sua essência, ou com alguns dos seus aspectos.

Assim, classifiquei e agrupei aspectos nas falas dos entrevistados, de acordo com seu conteúdo básico, dentro das categorias pré-definidas no projeto de pesquisa.

O Quadro 1 - Codificação de categorias de análise e conteúdos básicos, apresenta a organização das categorias de análise definidas para este estudo.

Quadro 1 - Codificação de categorias de análise e conteúdos básicos

Categoria	Conteúdos básicos
1. Universidade Pública	a) Políticas Públicas (financiamento, acesso)
	b) Sociedade (interação, desenvolvimento)
	c) Organização (estrutura, gestão)
2. Espaço Público	a) Caracterização
	b) Organização e desorganização
	c) Preservação
3. Formatura Pública	a) Representatividade (importância para alunos, família, Universidade e sociedade); valores (ética, democracia, isonomia)
	b) Institucionalização (investimento institucional); riscos (preservação, enfraquecimento)

Para fazer referência, por exemplo, à **pergunta 3, item b)** (Vide Apêndice B - Instrumento de coleta de informações) respondida pelo **entrevistado 5**, será utilizada a seguinte codificação:

Q3bE5 : Q 3 → pergunta 3

b → item b

E5 →entrevistado 5

O processo de categorizar os conteúdos das informações coletadas e de definir codificações para identificação das questões abordadas, visa a instrumentalização para uma melhor organização do processo de análise. Este processo visa conhecer a realidade concreta estudada, sob a promoção do desenvolvimento do pensamento à luz do conhecimento adquirido, na busca da melhor compreensão do fenômeno estudado.

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

As informações necessárias para desvelar as relações de mediação que envolvem o fenômeno estudado, foram sendo coletadas ao longo de todo o processo de desenvolvimento deste estudo.

A partir da análise de documentos e do conhecimento adquirido, à luz dos pressupostos teóricos, procurei compreender a essência do fenômeno estudado, na perspectiva de estabelecer relações e categorias de análise que promovessem o enriquecimento do processo de análise, contribuindo assim para o atendimento dos objetivos, previamente propostos desta investigação.

4.1 ANÁLISE DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS

Ao longo deste estudo, percorri um caminho metodológico na perspectiva de compreender a contribuição da prática da formatura pública da UFSC, que foi resgatada no ano de 2004, com vista a organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público da Universidade.

Iniciei o caminho, partindo da realidade concreta, ou seja, da UFSC e sua formatura pública, tal como ela se apresenta neste momento. Após, analisei as políticas públicas educacionais brasileiras implementadas a partir dos anos 90, buscando compreender seus reflexos sobre as universidades públicas federais. Procurei também conhecer as relações existentes entre as políticas públicas educacionais brasileiras, implementadas a partir dos anos 90, e a organização e desorganização do espaço público, com vistas a entender os estágios pelos quais a prática da formatura dos cursos de graduação da UFSC, passou. Com base em Habermas (1984), Arendt (1999) e Búrigo (2003a), procurei compreender as relações que permeiam o espaço público e o espaço privado, principalmente dentro de uma instituição pública de ensino superior.

Com base nestes entendimentos e a partir dos relatos dos gestores entrevistados para este estudo, procurei reconhecer aspectos que envolvem a formatura pública da UFSC na perspectiva de compreender os reflexos destes aspectos sobre a relação de organização e desorganização do espaço público da Universidade, considerando-a uma instituição social conforme Chauí (2003) e Santos (2005).

4.1.1 Caracterização dos entrevistados

Como apresentado anteriormente, (Vide seção 3.2 - A população e amostra), a amostra para a realização desta investigação foi constituída por professores ocupantes, no período de realização da pesquisa, do cargo de Coordenador de Curso de Graduação presencial da UFSC, do *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis, e que ingressaram no quadro de docentes efetivos da UFSC até 31/12/1980. Dentre os que cumpriram estes critérios, foi escolhido um coordenador de cada Área do Conhecimento (CAPES, 2009), constituindo assim 5 (cinco) selecionados, uma vez que os aptos a serem entrevistados estavam distribuídos entre 5 (cinco) das 8 (oito) Áreas do Conhecimento.

Além dos Coordenadores de Cursos, foram entrevistados também a Pró-Reitora de Ensino de Graduação da UFSC e o Diretor do Departamento de Cultura e Eventos da Universidade.

Dentre os entrevistados, 86% são do sexo masculino e 14% do sexo feminino. Um percentual de 71% não trabalharam em outra instituição pública, ou seja, só trabalharam na UFSC. Os 29% que já trabalharam em outras instituições, jamais trabalharam em instituição privada, tendo suas atividades laborais sempre relacionadas à educação pública, seja ela superior ou não.

A média de tempo de serviço na UFSC, dos Coordenadores de Curso entrevistados, girou em torno de 36 anos enquanto dos demais entrevistados ficou em torno de 34 anos.

Estes dados demonstram que os entrevistados possuem uma vasta experiência profissional na área da educação pública superior, não excluindo o conhecimento que os mesmos possuem sobre a dinâmica da esfera privada, principalmente no tocante à educação superior. Este conhecimento, segundo relatos apresentados, é adquirido por meio de prestações de serviços vinculados à UFSC, realizados para setores da educação superior privada, por estes professores, por meio de palestras, conferências, orientações, participação em congressos, consultorias, entre outros.

Outro aspecto importante a salientar é que estes entrevistados, que na sua totalidade apresentam tempo de serviço que gira em torno dos 35 anos, vivenciaram ao longo da sua caminhada profissional na UFSC, as transformações pelas quais a educação superior passou,

norteadas pelas políticas públicas educacionais brasileiras e pelo próprio desenvolvimento da sociedade.

Esta experiência vivenciada, aliada ao conhecimento adquirido no decorrer dos anos, contribuiu, sobremaneira, para a elaboração das respostas aos questionamentos feitos durante as entrevistas.

4.1.2 Estudo crítico dos relatos dos entrevistados

4.1.2.1 Universidade Pública na concepção dos entrevistados

Qual a sua concepção sobre universidade pública? Esta foi uma das primeiras perguntas feita ao entrevistado, visando compreender qual a ideia que o mesmo tem sobre universidade pública e qual deve ser, segundo ele, a relação entre a Universidade e a sociedade; qual a influência das políticas públicas para a educação superior e para a Instituição, além de procurar entender como o gestor compreende o reflexo do exercício das suas atividades, para contribuição do fortalecimento da legitimação da universidade pública como instituição social.

O que foi possível perceber é que o gestor universitário entrevistado, na sua totalidade, relaciona a universidade pública ao seu financiamento, majoritariamente público, e ao seu compromisso com a sociedade. Assim, o gestor universitário vê a universidade pública como uma instituição que é mantida pelo Governo com recursos públicos e por isso precisa necessariamente, retornar este investimento para a sociedade, por meio da disseminação do conhecimento, na perspectiva da melhoria do nível de qualidade de vida do povo.

Entretanto, o gestor também tem consciência de que, para que a universidade pública possa cumprir seu compromisso social, é necessário que as políticas públicas contribuam para isso, ou seja, sejam desenvolvidas com este objetivo.

Nestes termos, a percepção dos entrevistados sobre a universidade pública envolve aspectos como financiamento, responsabilidade social, produção de conhecimento, políticas públicas e organização da Instituição.

Esta visão é compartilhada por 100% dos entrevistados e pode ser percebida a partir de relatos como:

A universidade pública é uma instituição financiada pelo Governo. E quem é o Governo? É o representante do povo, portanto a universidade pública é financiada pelo povo, pela contribuição que o povo faz por meio dos impostos [...]. E como o dinheiro vem do povo, como o povo que financia, a universidade e nós professores, ou pesquisadores que desenvolvem uma pesquisa, temos que desenvolver para o país, mas pesquisas que ajudem o povo, que retornem para o povo, que melhorem a vida do povo, a situação financeira do povo[...]. A universidade tem essa obrigação (Q2aE3).

Universidade é uma instituição que abrange todas as áreas do conhecimento e que tem atividades de ensino, pesquisa e de contato com a sociedade que é chamada de extensão. A universidade pública, posso associar ao financiamento majoritariamente com recursos considerados do setor público e não do setor privado (Q2aE4).

É possível perceber a importância que representa, para o gestor universitário, a conscientização da responsabilidade social da universidade pública, por parte da comunidade universitária. Esta percepção pode ser materializada por meio do relato que destaco:

Vejo a responsabilidade da universidade com preocupação, pois as pessoas, sobretudo os beneficiários, como somos alunos e professores, não temos suficiente consciência do privilégio e da responsabilidade do que significa a universidade pública. A universidade pública tem a ver de forma direta com a manutenção e a consolidação da condição de cidadão que todos temos que ter. Essa condição de cidadão está hoje em dia muito ameaçada, por exemplo, pela nossa transformação em consumidores. Certamente que não haveria uma sociedade em que não consumamos, mas a exorbitação de nosso papel de consumidor acaba prejudicando a nossa condição de cidadão. E cidadão significa alguém que se

sente parte de um conjunto que é responsável por uma comunidade, que quer e deseja participar nas decisões que tenha cunho público. Para tudo isso, acho que não tem instituição mais diretamente comprometida que a universidade, e a universidade pública. Se não houvesse mais universidade pública, aliás, se não houvesse mais ensino público em geral, eu não sei realmente se uma sociedade do tipo democrática pode continuar a existir (Q4aE2).

Esse comportamento consumista que transforma o comportamento da sociedade e a maneira com que as instituições públicas e privadas são administradas, geralmente são norteadas pelas pressões mercadológicas, orientadas pelo neoliberalismo. Essa postura tem reflexo direto sobre as relações sociais, que passa a focar mais nos valores materiais do que nos valores subjetivos como a ética, a cidadania, democracia, entre outros (RAMOS,1989).

Neste aspecto, acredito que a universidade pública tem grande responsabilidade. Cabe a universidade pública, além de formar profissionais para o mercado de trabalho, promover a formação cidadã dos seus alunos. Do momento em que o aluno entra na universidade pública até o momento da sua formatura, deve lhe ser passado valores que enriqueçam a sua formação. E a universidade possui um ambiente propício para o desenvolvimento destes valores. Seja na sala de aula, por meio das disciplinas ministradas, nos projetos de pesquisas de interesse da sociedade, nas atividades de extensão, onde o aluno juntamente com seus orientadores pode interagir diretamente com a sociedade conhecendo novas realidades, ou ainda nas atividades de gestão universitária visando uma gestão focada no compromisso social da instituição.

Dias Sobrinho (2005a, p.170), concebe a educação superior como “patrimônio público na medida em que exerce funções de caráter político e ético”. O autor salienta ainda que este exercício “vai muito além de uma simples função instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para as empresas”. A função pública, segundo o autor, é a responsabilidade social da universidade pública.

Entretanto, na prática esta tarefa não é fácil de ser cumprida pelos gestores universitários, que tem sob sua responsabilidade o

desenvolvimento institucional, sendo ao mesmo tempo dependentes das políticas públicas, principalmente de políticas de financiamento do ensino superior, pelo Governo Federal. Neste contexto, o que se viu, por exemplo, ao longo de mais de uma década, foi o financiamento da universidade pública sendo norteadado pelo cerceamento o que, de acordo com Santos (2005), contribuiu para a crise universitária, identificada pelo autor (Vide seção 2.5 - As políticas públicas educacionais implementadas a partir dos anos 90 e sua influência sobre a gestão da universidade pública federal). Esse cerceamento gerou a necessidade da universidade pública, em muitos casos, se valer de mecanismos de sustentação que tornasse possível a realização de atividades fundamentais relacionadas às funções da própria instituição. Isso fica claro nos relatos de alguns entrevistados, dos quais destaco:

Houve épocas em que conseguir um financiamento para alguma coisa que se queria fazer era muito difícil. [...]. Para gente conseguir dinheiro público para isso era muito difícil. Era muito mais comum, e fácil também, você conseguir dinheiro privado para financiar, e aí a pesquisa era resultado direcionado para aquela empresa por ter financiado. Era a pesquisa direcionada. E o que a gente quer não é uma pesquisa direcionada aos interesses de uma empresa particular (Q2bE3).

Dá para gente observar nesses últimos vinte e poucos anos, a dificuldade de orçamento na universidade [...]. Dou um exemplo aqui do centro [...], eu entrei aqui em 1975, e já me diziam que esses prédios estavam obsoletos, tinham que ser feitos novos prédios. Nós já estamos aqui há 40 anos e agora que nós estamos começando, em função das verbas que foram liberadas pelo Governo. Esse espaço que temos aqui é um espaço muito ruim, até inospito, perigoso atualmente, isso durante 40 anos. Então, se você tivesse essas verbas liberadas, já teríamos um espaço muito melhor, melhor qualidade de ensino que pode ser refletida, pois você tendo bom

espaço de sala de aula, um espaço adequado, você tem uma melhor aprendizagem (Q2bE5).

O que é possível perceber é que a universidade pública é vista como um compromisso do Governo, que tem como obrigação, garantir o financiamento para que a publicização da Instituição possa ser materializada na sua essência.

Poderia dizer que a função primordial da universidade pública é se auto fortalecer e se preservar, na perspectiva de garantir o cumprimento da sua missão diante da sociedade. Mas qual é esse compromisso? Talvez, poder “acolher a todos os cidadãos sem diferenças nem discriminações na medida do possível” (Q1aE2), ou ainda,

gerenciar da melhor forma possível a sua infraestrutura para que tudo seja feito com extrema qualidade, responsabilidade e com menor custo para a população, até para que naquele universo da universidade pública, não se sinta as diferenças sociais e financeiras que se tem no mundo como um todo (Q1aE7).

Em outras palavras, é a universidade pública procurando preservar esse “patrimônio público” Sobrinho (2005, p.170) chamado educação pública superior.

Todavia, não podemos negar a influência que as políticas públicas brasileiras exercem sobre a universidade, o que, de alguma maneira pode vir a organizar ou desorganizar este espaço público e democrático. Mas como estas políticas intervêm sobre as atividades da universidade?

Com base no estudo já realizado (Vide seção 2.5 - As políticas públicas educacionais implementadas a partir dos anos 90 e sua influência sobre a gestão da universidade pública federal), sobre o panorama das políticas públicas educacionais implementadas a partir dos anos 90 e seu reflexo sobre a gestão da universidade pública federal, foi possível também compreender alguns caminhos pelos quais a educação superior brasileira passou neste período, e sua contribuição para a organização e desorganização do espaço público institucional.

Na percepção dos entrevistados, as políticas públicas brasileiras são mecanismos de intervenção governamental que pode promover o fortalecimento ou enfraquecimento do espaço público universitário.

Esta intervenção se manifesta sob diversas maneiras como salientam alguns entrevistados, dos quais destaco:

As políticas públicas intervêm no fortalecimento ou no enfraquecimento da universidade, dependendo do tipo de política pública, mas intervêm sim.

A interferência eu vejo porque do tipo de política que o Ministério adotar, depende direta ou indiretamente que esse acesso à universidade pública seja ou não irrestrito, sem discriminações e que a própria universidade subsista como pública (Q1bE2).

As políticas governamentais afetam aquilo que ocorre dentro da Universidade. Quer pelo estímulo salarial, quer pelo financiamento que se dá majoritariamente na área pessoal. Então, a política de pessoal afeta a Universidade. Segundo aspecto é a política de financiamento de atividades de pesquisa, isso afeta também, e isso passa também por políticas de bolsas de estudo de pós-graduação que acabam influenciando a pesquisa [...] (Q1bE4).

Há ainda aqueles que julgam que as políticas públicas podem servir de mecanismo para atender interesses políticos ou econômicos, colocando inclusive em risco a legitimidade da universidade pública. Sobre esse aspecto destaco o relato a seguir:

A interferência pode ser tanto para melhorar como para piorar. As ações do Governo, em geral, na minha visão, intervêm para economizar dinheiro e dizer que as coisas estão funcionando melhor do que antes, tanto na educação, como na saúde e segurança [...]. Dependendo do interesse do Governo pode ter campanha contra a coisa pública, como sendo uma coisa que não produz

resultado e que gasta muito. E quando o Governo quer valorizar, ele diz que tudo funciona muito bem, que tudo está lindo e maravilhoso. Depende muito do interesse, do momento político para tomar uma decisão ou outra (Q1bE1).

Essa visão sugere uma reflexão em torno da contradição que envolve a relação entre o Governo e a implementação de políticas públicas. Por um lado o Governo, que tem por obrigação desenvolver políticas públicas que visem a melhoria do nível de qualidade de vida do povo, tem como atribuição estabelecida na Lei nº 9.394, em seu Art.55 (BRASIL, 1996), “assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ele mantidas”, promovendo assim a garantia da educação pública superior com bom nível de qualidade. Por outro lado, ao longo das últimas décadas, as políticas implementadas pelo Governo à luz da Constituição Federal (BRASIL, 1988) têm apresentado vestígios da influência do neoliberalismo, onde interesses econômicos contribuíram para o cerceamento financeiro tendo reflexo direto na universidade pública brasileira, enfraquecendo o seu desenvolvimento enquanto instituição pública.

E é neste cenário que o gestor universitário sente o reflexo nas suas atividades laborais, onde muitas vezes tem que se valer de artifícios, que podem até ser considerados como vestígios de privatização, para materializar a essência da função da universidade pública.

Entretanto, alguns dos entrevistados, em torno de 57%, consideram que está ocorrendo uma mudança de postura, por parte do Governo, na implementação de políticas públicas. Eles consideram que as políticas implementadas atualmente têm promovido mais o fortalecimento da universidade pública do que as implementadas a partir dos anos 90, principalmente pelo fator financeiro.

É possível perceber, o que já foi destacado ao longo deste estudo, que a universidade pública viveu a partir dos anos 90, uma relação antagônica entre o público e o privado, tendo como um dos focos o desenvolvimento da atividade de pesquisa. Búrigo (2003a, p.121) ressalta que “há pesquisas nas universidades públicas que tendem a ter seus resultados privatizados, pois são custeadas por órgãos financiadores, fundações, empresas ou associações civis, devido à restrição de verbas alocadas pelo Estado”. E esta prática, segundo a

autora promove a desorganização do espaço público, enfraquecendo a legitimidade da universidade diante da sociedade.

Entretanto, outros entrevistados acreditam que a presença de mecanismos privados para resolver problemas dentro da instituição pública, considerada excessivamente burocratizada, pode representar um benefício para a própria eficiência da instituição. Neste aspecto destaco o seguinte relato:

O que eu percebo na universidade pública, assim como nos colégios públicos, é a organização dos espaços e a gestão como uma coisa que falta muito no setor público. E isso dificulta muito o trabalho das pessoas que estão envolvidas. Uma burocracia demasiada, faltam caminhos para você conseguir aquilo que é necessário para desenvolver as atividades [...]. Tem setores em que a gestão pública é muito emperrada, por exemplo, se eu preciso de uma caixa de giz, olhando nós como professores que trabalham mais em sala de aula, [...] você tem que fazer um processo licitatório que as vezes leva 5 ou 6 meses e ainda não vem aquele material adequado. No entanto, no setor privado, você quer o material adequado, ou seja, de qualidade, você vai lá compra e imediatamente tem o retorno. Existem meios dentro do setor público de você conseguir isso também. Uma das formas que a gente percebe são as fundações. Tem os prós e os contras, mas nesse tipo de situação ela é fantástica, uma parceria boa, e acho que isso pode ser melhorado. Bem regulamentado agilizaria muito a administração universitária (Q1aE5).

Ao questionar aos entrevistados sobre a existência de vestígios de privatização na UFSC, foi possível perceber que existe uma visão diferenciada de compreensão sobre este aspecto. Alguns consideram que o simples fato de cobrar taxas para determinados serviços, não caracteriza a presença de vestígios privatizadores, muito pelo contrário, julgam que dependendo do caso, pode até se transformar em um critério educativo, como no relato a seguir:

Eu acho que o dinheiro também pode ser um critério educativo, e neste contexto luto pela FI (frequência Insuficiente) como taxa, porque pode ter situações em que o dinheiro pode ser um bloqueador de alguns relapsos. Sou contra pensar que nada tem custo. Acho que mostrar para as pessoas que existem custos por trás e que indiretamente nós estamos pagando, acho que também é um compromisso da gente (Q1aE7).

Neste caso, o gestor se refere à possibilidade de regular a frequência dos alunos por meio de cobrança de taxas para quem não cumpra a frequência mínima exigida durante o curso.

Acredito que esta visão tem dois aspectos a serem considerados. Por um lado, a importância de o aluno compreender que sua permanência na universidade pública é sustentada pela sociedade, e por isso, ele deve utilizar este espaço público da melhor maneira possível e otimizada, aproveitando os recursos disponibilizados de maneira mais racional e responsável possível. Por outro, o simples ato de pagar uma taxa por não ter tido a frequência necessária, pode representar, para o aluno, uma visão distorcida de que o fator econômico resolve o problema, ignorando a real intenção da cobrança, ou seja, o caráter educativo e o desenvolvimento de valores sociais. Assim, julgo de suma importância que o pano de fundo de qualquer política e ação da universidade, seja a formação cidadã, e que esta intenção esteja muito clara, difundida, discutida e compreendida pela sociedade.

Outras atividades desenvolvidas na universidade parecem precisar, segundo relatos, de suporte financeiro para serem executadas, o que nem sempre é conseguido junto da administração universitária, levando então o gestor a implementar cobranças de taxas, como relata o entrevistado (Q1cE1):

As vezes a gente fala que a universidade está cobrando taxas para isso ou para aquilo e que isso já é um princípio de privatização, um processo de privatização. As vezes eu vejo como natural porque, se você não cobrar nada, as pessoas pedem demais sem necessidade, coisas que não precisam pedir [...]. Por outro lado, nós por exemplo, temos projetos de extensão aqui que a

gente cobra taxas. Isso seria uma privatização? Seria uma contribuição da universidade para sociedade? Enfim, onde se enquadraria isso? Determinadas atividades, se fossem depender da universidade em si, ela não aconteceria. Se as pessoas contribuírem pagando, não que esse dinheiro vá reverter para o professor, mas reverte para a própria universidade, e aí pode ter o princípio da privatização, porque você cobra o serviço, recebe o dinheiro, o professor não fica com o dinheiro e compra mercadoria e bens para funcionar a atividade. Em alguns casos para comprar materiais que a universidade não compra e que você precisa para atividade funcionar. Há uma transferência de recursos aí e não sei se é culpa da nossa reitoria ou do Governo Federal, não sei de quem é, mas isso existe. E se isso for considerado princípio de privatização então isso existe sim.

Outros associam a existência de vestígios de privatização na universidade pública, principalmente nas atividades de ensino e pesquisa, considerando que, “estão mais próximos dos interesses empresariais e comerciais, e a gente nota sim um atrelamento, às vezes sutil às vezes nem tanto, das atividades universitárias aos interesses extra universitários” (Q1cE2). Esta prática pode ter origem cultural onde o comportamento atual pode ser reflexo da história vivenciada ao longo dos anos, pela própria sociedade, como destaca o relato a seguir:

A universidade tem vestígios de privatização sim, porque nós somos originários de uma situação assim, onde se pensava sempre na empresa particular, se era financiado pela empresa privada e isso fica na cabeça da gente, e você sabe fazer as coisas daquela maneira. Para você fazer de forma pública, com a mentalidade pública, não é muito fácil quando você se cria num meio destes.[...] Além disso, para fazer as coisas dentro do caráter público, as vezes a gente tem que ceder alguma coisa, ser condescendente com as coisas, para conseguir os recursos que são privados. Mas

quando voce vê que aqueles recursos vão ajudar um grande grupo de pessoas, no caso estudantes ou a sociedade em geral, você acaba utilizando estes mecanismos (Q1cE3).

Cabe aqui uma reflexão sobre a relação que se estabelece entre o público e o privado. Búrigo (2003a, p. 257) destaca que muitas vezes o professor “recorre ao espaço privado para manter o público” constituindo, segundo a autora, algumas relações que destaco a seguir, as quais considero importante que o gestor universitário tenha consciência das suas dimensões:

- a) através dos recursos privados, ele mantém o espaço público e publiciza esse espaço com o exercício do trabalho acadêmico;
- b) através dos recursos privados, ele constitui o espaço privado no interior da universidade pública, e privatiza esse espaço com o exercício do trabalho acadêmico;
- c) através dos recursos públicos, ele mantém o espaço público com o exercício do trabalho acadêmico; e,
- d) através dos recursos públicos, ele constitui o espaço privado no interior da universidade pública, quando privatiza esse espaço com o exercício do trabalho acadêmico, objetivando fins lucrativos.

Nestes termos, a relação público/privado pode promover um movimento de organização ou desorganização do espaço público. Corroboro com Búrigo (2003a, p. 257) quando afirma que a “busca desenfreada por recursos desorganiza o processo de desenvolvimento do espaço público, quando privilegia a organização dos espaços privados”. Assim, o gestor universitário precisa ter consciência da dimensão que representa a busca de recursos privados que se propõe à manutenção do espaço público. Considero que a relação público/privado só representa uma boa alternativa, na medida em que o resultado desta parceria represente o desenvolvimento do espaço público, sua publicização e conseqüentemente o fortalecimento da universidade como instituição social.

Entretanto, 27% dos entrevistados acreditam que a relação público/privado existente na Universidade não representa vestígios de privatização, uma vez que não há a intenção de conquista de lucro financeiro dentro do espaço público universitário:

Para mim não existe nenhum vestígio de privatização, dentro do que eu entendo por privatização que seria o uso de recursos públicos visando o lucro e neste sentido não existe privatização na Universidade (Q1cE4).

O que é possível perceber é que os gestores universitários entrevistados têm uma preocupação muito grande com o caráter público da universidade e com o retorno que devem dar para sociedade. Eles têm consciência da dificuldade de ser exercido o caráter público e democrático, na sua plenitude, nas atividades que envolvem a instituição, principalmente em função das próprias políticas públicas educacionais brasileiras. Entretanto, é possível também perceber que eles estão atentos a este processo e que, mesmo lento, está evoluindo na perspectiva do desenvolvimento de políticas voltadas para o fortalecimento da educação superior pública brasileira, como apresentado no relato a seguir:

Eu acho que, o sentido de privatização já esteve muito mais presente no nosso dia a dia do que tem hoje. [...] acho que naquele momento, apesar de eu ser sempre contrário à privatização, eu acho que o assunto privatização era mais presente seja na forma que for, em privatizar mesmo, ou de mais coisas pagas. Eu lembro que aqui dentro os alunos ajudavam a gente a pagar reagente de aula prática, e muita aula prática eu dei do meu bolso. Eu acho que isso tem diminuído bastante e realmente a gente tem que ver que de 2003 para cá, com mais recursos chegando e a visão do público mais evidente, eu não vejo hoje preocupação com isso. [...] o sistema está expandindo, e cada vez mais o Governo tem que colocar mais dinheiro na educação para manter aquilo que está sendo ampliado, para manter esse conjunto dessa forma [...]. O sistema precisa ser

sempre muito mantido porque, as vezes por exemplo, leva mais tempo para conseguir, mesmo coisas pequenas, pelo sistema público do que pelo sistema privado. Então eu acho que tem que ser uma preocupação constante em organizar o sistema, mostrar eficiência para que se entenda que o recurso bem administrado é suficiente, e que o nosso País tem condição sim de manter um ensino público de excelente qualidade (Q1cE7).

Outro aspecto que envolve a universidade pública é a interação que a mesma tem com a sociedade. Essa interação pode potencializar o fortalecimento ou enfraquecimento, o reconhecimento ou não da sociedade. Como já destacado neste estudo (Vide seção 2.5 - As políticas públicas educacionais implementadas a partir dos anos 90 e sua influência sobre a gestão da universidade pública federal), corroboro com Chauí (2003) que concebe a universidade pública como instituição social. Esta concepção se dá em função da universidade ter o compromisso de se inserir na divisão social e política da sociedade, visando definir os princípios universais que lhe permita analisar as contradições impostas pela divisão social, na perspectiva de responder à sociedade por meio da disseminação do conhecimento produzido no seio da própria Universidade.

O gestor da UFSC entrevistado tem consciência da importância da interação da universidade pública com a sociedade, entretanto, ele também tem consciência de que a universidade faz muito pouco, em função principalmente, de políticas institucionais pouco direcionadas para esta área.

A Universidade pública, não tem como, sozinha promover o desenvolvimento da sociedade, até porque esse desenvolvimento passa por outros setores públicos como saúde, infraestrutura básica, segurança, entre outros. Entretanto, a universidade pública, na visão dos entrevistados, carrega consigo a missão de, por meio da produção e disseminação do conhecimento, promover a formação em nível superior e o desenvolvimento da consciência cidadã do povo. Esse desenvolvimento pode ser atingido de algumas maneiras como “formando bons profissionais, [...] pesquisando de maneira rigorosa assuntos relevantes, seja para a sociedade, seja para as disciplinas [...] e detectando e contribuindo para resolver problemas sociais” (Q2dE2).

Os entrevistados entendem que a universidade pública precisa se aproximar mais da sociedade, conhecer suas inquietações e necessidades, precisa desmistificar a imagem que a sociedade ainda tem da instituição. A universidade, de acordo com os relatos, precisa “abrir as portas, derrubar o muro imaginário” (Q2dE3). A realidade da sociedade precisa estar mais presente no seio da universidade pública, o que parece, segundo os entrevistados, ainda longe. Neste sentido, destaco as seguintes falas:

O que falta é uma percepção melhor tanto dos professores como dos alunos, da nossa realidade. Como nós ainda temos uma universidade que atende uma parcela pequena da população, essa parcela não enxerga o todo [...]. Não tem noção da dimensão do que é a universidade, nem em termos de tamanho. E nós, muitas vezes não entendemos as demandas da sociedade [...]. Eles também estão financiando isso aqui, o nosso salário, e ninguém pergunta o que eles querem. Então às vezes a gente não escuta o que a sociedade quer (Q2dE4).

Tudo o que a universidade pública pesquisa, tudo o que ela pode ter de experiência, tem que levar para a sociedade. É uma oportunidade que se tem de levar para aqueles que não tiveram a condições de entrar na universidade, por meio do vestibular, um pouco de conhecimento que tenha algum tipo de influência na vida deles. A nossa universidade ainda precisa expandir mais a extensão, que é dessa forma que ela pode interagir com a sociedade (Q2dE6).

Nesta seção, procurei compreender qual a percepção que os gestores universitários entrevistados têm sobre a universidade pública. Foi possível perceber que muitos dos aspectos abordados por eles, foram tratados pela teoria que fundamentou este estudo. Entretanto, foi muito interessante perceber a visão que os mesmos têm a respeito do caráter público e da importância do retorno para sociedade de valores que envolvem a formação cidadã, o que demonstra o comprometimento destes servidores para com a instituição pública.

É possível perceber que os gestores universitários entrevistados, concebem a universidade pública como uma instituição que, por ter seu financiamento público, tem o compromisso de se manter inserida na sociedade, com vistas a compreender as contradições existentes e respondê-las, por meio da disseminação do conhecimento, seja no exercício das atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão. Assim, de acordo com os relatos, o primeiro aspecto considerado pelos entrevistados, quando se fala em universidade pública, é a relação entre a implementação, pelo Governo Federal, de políticas de financiamento para a universidade pública *versus* o retorno deste investimento para sociedade.

O gestor universitário entrevistado tem consciência do nível de interferência que as políticas públicas demandam sobre a gestão da universidade pública, o que pode promover o fortalecimento ou o enfraquecimento da universidade como instituição pública. Assim, na visão dos entrevistados, a universidade para efetivamente contribuir no desenvolvimento da sociedade, precisa se manter próxima desta sociedade, precisa se manter inserida nesta sociedade visando promover uma interação consistente na perspectiva de cumprir seu compromisso social.

Entretanto, esta postura da universidade, na percepção dos entrevistados, tem relação diretamente proporcional a fatores como: investimentos feitos pelo Governo Federal na universidade pública; nível de envolvimento dos dirigentes universitários com o compromisso da universidade pública; fortalecimento da vocação crítica e das instâncias reflexivas, culturais e democráticas inerentes a universidade pública; e, a implementação de políticas institucionais que promovam a efetividade da gestão universitária.

Por fim, é possível perceber que o gestor universitário, considera que a universidade pública é um fundamental elemento no desenvolvimento da sociedade, e que seu fortalecimento ou enfraquecimento, dependem de fatores que constituem o contexto em que a mesma está inserida. Cabe, portanto, aos integrantes da comunidade interna e externa à universidade, se manterem atentos aos movimentos realizados por estes fatores, na perspectiva de manterem condições propícias para o fortalecimento da universidade como instituição social, diante da sociedade.

4.1.2.2 Espaço público na visão dos gestores universitários

Com base nas entrevistas realizadas, nesta seção apresento o entendimento dos gestores universitários sobre espaço público e qual a relação que estes estabelecem entre a universidade pública e a organização e desorganização do espaço público.

Concebo o espaço público, como aquele espaço que é construído a partir de interesses comuns e que, por ser mantido pela sociedade, não deve existir restrições para o acesso. Porém, este espaço deve ser regulado, gerenciado e mantido por gestores públicos que tenham muito claro a compreensão do que significa espaço público, para que possam sustentar sua publicização, diante de mecanismos de pressão que contribuem para sua desorganização. Corroboro com Búrigo (2003b, p.82), que concebe o espaço público como um espaço “onde diferentes percepções se entrelaçam, no objetivo ao atendimento de uma meta comum, do bem público [...]. É um espaço em movimento, que organiza-se e desorganiza-se”.

Esta concepção de espaço público, materializa muito claramente o movimento que envolveu as formaturas dos cursos de graduação da UFSC, ao longo de toda a sua existência, como já apresentado neste estudo (Vide seção 2.4 - A solenidade de colação de grau da UFSC e suas características).

No entanto, conhecer a percepção de espaço público dos gestores que se envolvem diretamente com os alunos e com o processo das suas formaturas, me levou a compreender em que estágio este caráter público das solenidades de colação de grau da UFSC se encontra, qual a sua importância e perceber até que ponto esta prática corre algum risco de não se manter viva na Instituição.

Assim, iniciei meus questionamentos, perguntando como o gestor entrevistado concebe o espaço público. Alguns entrevistados apresentaram a compreensão, no primeiro momento da entrevista, de espaço público como um espaço físico, não associando o espaço subjetivo como um potencial espaço público. Apenas 43% associaram, de imediato, espaços subjetivos como espaços públicos também. Assim salas de aulas, assembleias e a própria solenidade de colação de grau foram, para estes entrevistados, foco inicial das suas falas. Para os 57% que inicialmente deram prioridade aos espaços físicos, procurei demonstrar a existência de espaços públicos que não são

necessariamente espaços físicos concretos (praças, calçadas, praias, entre outros), na perspectiva de fazê-los refletir sobre os espaços públicos existentes na universidade pública, em especial na UFSC. Esta percepção foi logo compreendida e assimilada pelos entrevistados, o que enriqueceu, sobremaneira, o desenvolvimento da pesquisa.

Para os gestores universitários que fizeram parte deste estudo, espaço público significa, em linhas gerais, livre acesso, espaço do povo mantido pelo Governo com recursos oriundos do povo. É interessante destacar que a área de atuação do entrevistado ou a área de conhecimento (CAPES, 2009) em que está envolvido, não influenciou na percepção que os mesmos têm sobre o espaço público. Destaco isso porque é muito comum ouvir que profissionais das áreas das engenharias, ciências exatas ou da terra, têm uma percepção menos subjetiva e mais técnica sobre determinados assuntos. Entretanto, pude perceber que independente da área de conhecimento do entrevistado, todos demonstraram a capacidade de refletir, argumentar e analisar o aspecto subjetivo que envolve o assunto em questão, contribuindo para o enriquecimento deste estudo.

Relatos como os que seguem, expressam como os gestores vêem o espaço público:

Espaço público é um espaço que por um lado não tem restrições injustificadas para o acesso dos cidadãos [...] e por outro lado, é um espaço em que se desenvolve atividades que não são privadas, que são justamente de interesse de todos os cidadãos, como cidadãos. Algumas pessoas acrescentam a essa caracterização, que se trata de um espaço político, entretanto, eu aceito apenas na medida em que política tem a ver com uma vida cidadã, mas não necessariamente no sentido de política partidária. Assim, nesse sentido, as formaturas dos cursos de graduação das universidades públicas, parece-me um caso típico de espaço público (Q3aE2).

É um espaço que deveria atender as necessidades da sociedade e de alguma forma este espaço não tem o fim para o lucro e sim para o atendimento da sociedade (Q3aE4).

Todo espaço público é administrado por algum órgão público, seja ele uma universidade, uma praça ou um museu. Acho que é um espaço que tem que ser administrado, tem que ser mantido e oferecido para a sociedade com boa qualidade, pois afinal de contas quem administra estes espaços são pessoas pagas pela sociedade e que devem dar o retorno para a sociedade. Acho que nós hoje estamos dando alguns exemplos aqui dentro da nossa instituição [...]. Acho que todos nós da universidade não podemos considerar que os espaços aqui existentes são nossos, algo pessoal, mas sim da sociedade como um todo e todos têm o direito de usar. Desde que bem administrados (Q3aE6).

O espaço público [...] é tudo aquilo que seria comum a várias pessoas e em princípio tenha a garantia que isso esteja sendo mantido pelo poder público de maneira geral [...]. A gente tem que trabalhar muito para que o espaço público, cumpra o seu papel e que a gente valorize esse espaço para que esse espaço seja mantido [...], acho que no Brasil o acesso ao espaço público está muito atrelado ao bem estar das pessoas, de quem pode e de quem não pode, acho que isso é uma questão meio cultural que a gente tem que trabalhar muito ainda. [...] na realidade os espaços públicos, seja de lazer de entretenimento ou de estudo, a gente tem que ter o compromisso de zelar pela sua manutenção e boa qualidade, aí cabe a todo mundo [...] a gente tem que ter consciência de que espaço público é essencial para democracia em primeiro lugar, [...]. Eu acho que os espaços públicos diminuem as diferenças das classes, [...] e acho que no Brasil ainda tem muita gente das classes A e B que teriam que aprender mais sobre essa visão de espaço público para que outros também possam se inserir nestes espaços (Q3aE7).

Em se tratando de universidade pública, os espaços públicos envolvem atividades nas mais diversas áreas, seja no ensino, na pesquisa, na extensão ou na gestão. Alguns entrevistados percebem a existência destes espaços dentro da universidade pública, de maneira muito firme e conseguem visualizar com muita clareza a linha que divide o público do privado dentro do espaço institucional.

Eu penso, por exemplo, que a sala de aula é um espaço público, acho que as assembleias são obviamente espaços públicos, de modo geral os encontros e reuniões são espaços públicos, e eu diria que as atividades de modo geral de ensino aprendizagem pesquisa e extensão, na minha maneira de concebê-las, ou seja, como atividades que não admitem discriminação, marginalização injustificadas, são por definição espaços públicos. Eu creio que uma universidade pública, contém exclusivamente atividades públicas em espaços públicos. As atividades privadas, que também existem, estão subordinadas às atividades públicas. Eu por exemplo, como coordenador, estando nesta sala, posso ter, eventualmente, alguma atividade do tipo privada, mas suponha-se que ela seja legitimada dentro de minha atividade pública e que não prejudique minha atividade pública. Isso acho regra para qualquer outro tipo de atividade que ocorra dentro de uma universidade pública.

Acredito também que a garantia da publicização dos espaços é objeto de luta, permanente, [...] acho que a vida pública, as pessoas nem sempre percebem, é um bem precioso e difícil, mais ou menos como a saúde, um bem precioso difícil e que deve ser continuamente preservado e estimulado, a vida pública também (Q3bE2).

Habermas (1984) concebe o espaço público como um espaço plural de debates, construído sob bases democráticas, onde os cidadãos interagem livremente na busca de alternativas que promovam o bem comum. Para Jovcheolovitch (2000), o público e o privado subsistem de maneira antagônica, sendo um entendido a partir do contrário do outro

ou seja, aquilo que é público não é privado e aquilo que apresenta características privadas não pode ser concebido como público. Arendt (1999) agrega ainda à concepção de espaço público como um espaço com interesses comuns, sua preservação na perspectiva de garantir esses espaços para as novas gerações. Aliada a estes conceitos, Búrigo (2003b) acrescenta ao espaço público a característica de ser um espaço em constante movimento, desenvolvendo-se e enfraquecendo-se, diante do contexto que o envolve.

Assim, o que é necessário em uma universidade pública para desenvolver e preservar seus espaços públicos, vai além de simples atos administrativos. Na medida em que estes espaços devam ser construídos com base em interesses comuns, o diálogo deve ser estimulado e políticas de conscientização sobre a essência do desenvolvimento do espaço público, devem ser implementadas, na perspectiva de promover o envolvimento da sociedade para a compreensão do verdadeiro sentido do que significa espaço público e seus direitos e deveres sobre estes espaços.

O que acontece muitas vezes é que as pessoas, seja por falta de informação, por falta de interesse ou ainda por questões culturais, acabam permitindo seu próprio alijamento de processos eminentemente públicos, contribuindo assim em alguns casos, para a inserção de interesses privados, desfigurando estes espaços públicos.

Nestes termos, é de suma importância que a universidade, se quiser promover o desenvolvimento dos espaços públicos, implemente políticas de conscientização para os alunos e servidores, sobre aquilo que a instituição concebe e defende como espaço público. Isto é também entendido por alguns entrevistados que salientam essa importância, conforme o relato destacado a seguir:

Eu acho que dentro de uma universidade é muito difícil de trabalhar porque nós recebemos semestralmente alunos do Brasil e do mundo inteiro, com culturas totalmente diferentes. Muitos deles acham que os espaços públicos são públicos no sentido de bagunçar, são públicos e podem ser usados de qualquer maneira não tem dono [...]. Então se cada um de nós e cada um dos alunos fossem orientados nas salas de aulas, que este espaço não é dele, que este espaço é de todos e

que daqui a pouco o irmão dele vem aqui utilizar, que o parente dele vem utilizar, a coisa ficaria mais fácil de ser administrada. Então tem que conscientizar mais os alunos, já que nós somos uma casa da educação, para que possam respeitar o espaço que foi e está sendo pago por ele e sua família [...]. Faltam algumas disciplinas, como antigamente que tinha ética, que faziam realmente com que o aluno pudesse desenvolver o espírito público, que melhoravam realmente a sua educação. Hoje, nós não podemos cobrar de alunos que não tiveram isso na sua casa, no seu bairro ou no seu Estado. Não adianta ele sair daqui com conhecimento científico, mas não sair com conhecimento humano. O aluno tem que se formar com conhecimento científico, mas respeitando os espaços e tendo consciência de até aonde vai o direito dele e começa o do outro. Sobre os espaços públicos, se ele não sabe, tem que aprender aqui na sala de aula, com os professores, servidores e todos os que têm contato com ele, têm que passar realmente a orientá-lo (Q2bE6).

O próprio resgate da formatura pública, em 2004, foi um processo que exigiu muito empenho institucional no sentido de promover uma mudança cultural no que se referia à formatura dos cursos de graduação da UFSC. O seu caráter público reintegrado à atividade, à princípio representou muita resistência principalmente daqueles que se privilegiavam com a mercantilização do processo. No entanto, foi com políticas de conscientização dos alunos, das empresas, e dos próprios gestores universitários que foi possível realizar, até o momento, a formatura pública da UFSC. Foi a compreensão de como a Universidade, seus alunos, servidores e gestores concebem a formatura pública em uma universidade pública, sendo construída, disseminada e assimilada pela sociedade em geral.

Entretanto, existe um fator muito importante a ser considerado neste contexto. Trata-se do processo que envolve a gestão dos espaços públicos em uma instituição pública. Os gestores necessariamente devem estar atentos à variáveis que influenciam o movimento do fenômeno a ser gerenciado, considerando as relações que o envolve.

Em outras palavras, o gestor precisa conhecer profundamente as relações que envolvem o desenvolvimento do espaço público, em especial neste estudo, a formatura pública, na perspectiva de subsidiar tomadas de decisão para que, na prática, possa fortalecer sua condição pública.

Cheptulin (1982, p.1), destaca a importância, para o homem, do conhecimento da realidade e de suas conexões, na perspectiva de visualizar caminhos a serem seguidos a partir de determinada situação:

O conhecimento das propriedades e das conexões universais da realidade, que exprimem nas categorias filosóficas, é absolutamente indispensável ao homem para a sua orientação, para que possa determinar as vias que lhe permitirão resolver as tarefas práticas que surgem no processo de desenvolvimento da sociedade.

O autor acrescenta ainda que o conhecimento “representa um processo histórico, no decorrer do qual o homem penetra cada vez mais profundamente no mundo dos fenômenos” (CHEPTULIN, 1982, p.57).

Assim, acredito que, para que o gestor possa gerenciar os espaços públicos com bom nível de qualidade, é importante que ele tenha conhecimento das relações de mediação que envolvem o espaço público e consciência da amplitude que representa a sua gestão. Neste contexto, considero fundamental que para uma boa administração e gerenciamento do espaço público, em uma insituição pública, se conheça profundamente elementos que sustentam as condições materiais do espaço público tais como: investimento financeiro institucional que depende de previsão orçamentária, política de pessoal que estimule servidores a exercer suas atividades nesta área, políticas de conscientização da comunidade universitária e da própria sociedade, sobre a importância do fortalecimento dos espaços públicos, enfrentamento de pressões mercadológicas ou de interesses privados, entre outros.

É de suma importância que os gestores universitários tenham conhecimento profundo de todo o contexto que envolve a preservação dos espaços públicos, uma vez que, tendo esse conhecimento aumenta a possibilidade de intervir com segurança no movimento que envolve a sua desorganização.

Isto posto, corroboro com Cheptulin (1982, p.340) quando afirma que,

[...] se qualquer possibilidade só se transforma em realidade quando existem condições determinadas, podemos, conhecendo essas ou aquelas possibilidades, interferir no curso objetivo dos acontecimentos e, criando artificialmente as condições requeridas, acelerar ou refrear sua transformação em realidade.

Com essa visão, é possível perceber que alguns gestores universitários, exprimem a preocupação com a realidade do gerenciamento dos espaços públicos da UFSC, atribuindo à Instituição a responsabilidade de, em função do mau gerenciamento, promoverem o mau uso destes espaços e conseqüente enfraquecimento da legitimação da Universidade diante da sociedade. Dentre os entrevistados, 29% apontam a necessidade de uma visão mais crítica e responsável sobre a gestão do espaço público universitário. Para tanto, destaco a seguinte fala:

Neste espaço público, nós utilizamos muito mal nossos recursos, sejam físicos ou humanos. Temos a nossa universidade com o ensino de graduação, que eu acho o mais importante, não que eu não ache importante outras atividades de pós-graduação, de pesquisa e extensão, mas acho que o foco deve ser nossos cursos de graduação. Nós ainda temos mais alunos de graduação do que de pós-graduação. Nós temos a nossa infraestrutura de graduação parada por quatro meses no ano, e para um país como o Brasil, a sociedade não comporta mais isso. Nós somos muito ineficientes na utilização dos espaços, dos cursos, de oportunidades. Algumas coisas surgem aqui e ali, mas muitos não são aproveitados [...] precisa ter uma mudança para melhor utilização deste tempo ao longo do ano, aproveitar os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho, para atividades de graduação. Temos 1/3 do ano sem aproveitamento. Resumindo, é promover melhor

utilização deste tempo, tanto dos alunos como dos professores e técnico-administrativos, e precisa ter uma alteração muito grande no processo de tomada de decisão [...]. Não existe uma gestão integrada da utilização da universidade pela sociedade. Nós temos ações pontuais. Cada setor toma suas decisões e sem muita interação com os demais setores. Mudou o perfil do aluno da universidade muito mais por mudanças na sociedade do que por qualquer ação que a gente tome aqui dentro. É certo que os alunos de hoje são muito diferentes de dez anos atrás e a utilização dos espaços oferecidos dentro da universidade, na minha forma de ver, não se adequou às alterações. Nós temos alterações de ordem econômica, social, temos classes econômicas que agora aspiram entrar na universidade e as ações afirmativas da Universidade, são reflexo desta aspiração. Existe uma aspiração de uma classe que antes não aspirava chegar à Universidade porque não tinha como chegar lá e nem havia essa preocupação. O objetivo era ir trabalhar e ganhar seu dinheiro. Agora existe essa aspiração, e a educação é que vai dar essa ascensão social. As ações afirmativas refletem isso, refletem essa mudança na sociedade, mas nós não nos preparamos para isso e não estamos preparados para essa realidade (Q2cE4).

É possível identificar também aqueles gestores que estão preocupados com o rumo que o gerenciamento dos espaços públicos possa tomar, se a administração universitária não se mantiver atenta.

Essa preocupação em institucionalizar a atenção aos caminhos pelos quais o desenvolvimento dos espaços públicos se movimenta, representa o comprometimento de gestores, que inclusive apontam maneiras para a consecução do fortalecimento dos espaços públicos na Universidade. Dentre os relatos apresentados que remetem a contribuição que os gestores universitários podem dar para o fortalecimento dos espaços públicos na UFSC, destaco:

Os gestores universitários podem contribuir para o desenvolvimento e preservação dos espaços públicos da UFSC, em primeiro lugar tendo uma noção clara do que significa espaço público e o que significa sua defesa e assumindo a função correspondente, coordenação ou outras demais, apenas se estiverem dispostos a defenderem este espaço público. Às vezes as pessoas não fazem por mal, elas não têm uma noção clara do que assumem como responsabilidade ou não têm interesse disso. Nesse caso, seria preferível que as pessoas não assumissem. Quando as pessoas assumem um cargo, assumem uma posição de poder, no melhor sentido da palavra, e de responsabilidade. Imagino que em qualquer cargo de poder e de responsabilidade, isso vale também para um médico, para um juiz, todos têm que se perguntar se estão dispostos a assumir esse ônus, porque isso é um ônus. Então as autoridades, acho que devem fazer isso com relação ao espaço público, ver o que ele significa e o que exige do gestor (Q3cE2).

O desenvolvimento e o fortalecimento do espaço público é um fenômeno que recebe interferências do contexto no qual está inserido. Foi possível perceber nos relatos apresentados, que os gestores acadêmicos entrevistados têm consciência de que o fator mais importante para o desenvolvimento e preservação deste espaço, passa pelo entendimento do real sentido do que seja espaço público e o comprometimento para com o desenvolvimento e fortalecimento deste espaço.

Desenvolver e preservar o espaço público em uma universidade pública é ainda mais complexo, pela própria complexidade que envolve a instituição pública universitária. Caracterizada pela diversidade cultural, por ideologias diferentes, por relações de poder, pela presença de interesses econômicos e pelas múltiplas áreas do conhecimento, a universidade constitui-se em uma instituição plural que exige dos seus gestores atenção especial a tudo o que envolve o processo de desenvolvimento e preservação do espaço público, na perspectiva de

promover o fortalecimento da sua legitimação diante da sociedade, como uma instituição pública.

4.1.2.3 A formatura pública da UFSC e sua relação com a organização e desorganização do espaço público

O objetivo principal desta investigação é analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores universitários.

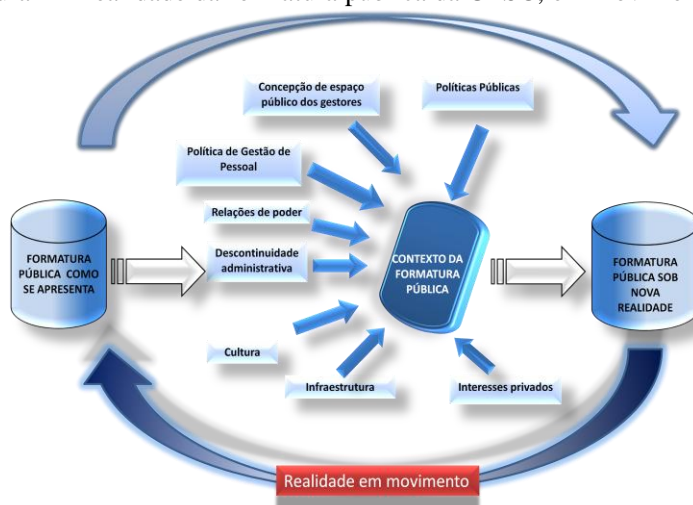
Ao iniciar este estudo, minha percepção sobre o objeto de investigação, ou seja, a formatura pública da UFSC era de que se tratava de um fenômeno que estaria posto e estabelecido, tendo sua preservação garantida pela sua institucionalização.

Entretanto, ao longo desta caminhada, a partir da fundamentação teórica construída para subsidiar este estudo, passei a observar o fenômeno estudado com um novo olhar, um olhar menos pontual e mais abrangente. Mergulhei no seu interior na perspectiva de compreender as relações que envolvem este fenômeno e seus reflexos na organização e desorganização do espaço público.

Passei a compreender que a formatura pública da UFSC é uma realidade que está em constante movimento, que dependendo do contexto em que está inserida, este movimento pode convergir para seu desenvolvimento ou não. Passei a perceber que este fenômeno, recebe interferência das mais diversas ordens e que geram a possibilidade de transformar a realidade presente em outra realidade. Em outras palavras, foi possível perceber que a formatura pública atualmente se apresenta de uma maneira em que a qualquer momento pode ser modificada, dependendo das condições que a envolve, transformando-se assim em uma prática potencializadora, como um dos fatores para a organização ou desorganização do espaço pública na UFSC

A Figura 4 - Realidade da formatura pública da UFSC, em movimento, demonstra a realidade da formatura pública da UFSC e alguns dos aspectos que, na minha concepção, podem interferir na sua transformação.

Figura 4 - Realidade da formatura pública da UFSC, em movimento



Fonte: Desenvolvido pela autora

Assim, considerei necessário compreender qual a percepção que aqueles gestores que se envolvem com a formatura pública da UFSC e com os alunos, desde a primeira fase até o dia da solenidade de colação de grau, têm sobre este fenômeno. Qual a importância e o que representa, nas suas percepções, a solenidade pública da UFSC. Como eles percebem a sua publicização e as relações que a envolvem e quais movimentos eles visualizam em torno da sua preservação. Estes são alguns dos aspectos que procurei compreender, sob a perspectiva dos gestores entrevistados.

Nestes termos, após ter compreendido como o gestor universitário concebe a universidade pública e qual seu entendimento a respeito de espaço público e seu desenvolvimento na UFSC, passei a levantar, junto aos entrevistados, subsídios para ampliar minha percepção sobre as formaturas públicas da UFSC e sua relação com a organização e desorganização do espaço público existente na Instituição.

Questionei aos entrevistados sobre a representatividade da solenidade de colação de grau. Como o gestor vê este momento, o que representa e quais relações existem em torno deste fenômeno.

O que foi possível perceber é que todos os entrevistados entendem o momento da formatura como um momento de grande

significado para o formando, para seus familiares e para a Universidade também. Representa um rito de passagem que significa o vencimento de uma etapa, a demonstração de que está pronto para iniciar outra etapa da sua vida, conforme expressado pelo relato a seguir:

Eu acho que é um momento extremamente significativo e importante, o que os antropólogos costumam caracterizar como um rito de passagem que toda sociedade parece precisar [...]. Por isso suponho que há alguma força na mente do ser humano, no espírito do ser humano que sente necessidade, as vezes pode ser força do hábito, mas a necessidade existe destes momentos em que ele encerra uma etapa e se sente em condições diferentes para enfrentar o futuro. Por isso eu acho que as formaturas tem especialmente esse sentido, da pessoa sentir que completou com sucesso uma etapa, que se transformou de maneira positiva e que abre uma nova etapa para seu futuro. E acredito que isso, independentemente do curso e da profissão da pessoa, seja muito importante (Q4aE2).

A formatura extrapola os limites do sentimento do formando. Ela atinge seus familiares que muitas vezes esperam por este momento mais que os próprios formandos. Isso porque, com a mudança do perfil sócio-econômico dos alunos que passaram a frequentar a universidade pública, muitos destes estudantes representam a primeira pessoa da sua família ou do seu entorno, a se graduar em uma universidade. Isto significa uma ascensão social e cultural que se estabelece em um seio familiar pela primeira vez, muitas vezes movido por intenso sacrifício seja do estudante ou dos próprios familiares. O relato que destaco a seguir demonstra o significado do momento da formatura para a família, de acordo com o entrevistado (Q4aE3):

Quero falar neste momento não como coordenador, mas como pai com três filhos formados. A formatura de um filho é, para a gente, a realização de um sonho de um pai e de uma mãe. Eu consegui formar meus filhos, sou professor, minha esposa também e nós encaramos

a formatura dessa maneira. Imagina uma família que nem o pai nem a mãe chegaram a escola, o que significa isso para eles?. A formatura as vezes para o filho é simplesmente “acabou”, mas para o pai e para a mãe é “graças a Deus”, “consequimos formar o filho”, “realizamos a nossa missão” [...], você atingiu mais uma etapa, você conseguiu levar seu filho até a formatura, é uma conquista. Os pais as vezes com muito sacrifício, com ajuda de parentes, conseguem formar o filho [...]. Então a formatura pode até não se concretizar em um emprego depois, mas pelo menos a pessoa está apta para enfrentar a vida, para ascender socialmente na vida (Q4aE3).

O significado da formatura na vida dos estudantes depende de cada um, da sua história, das suas relações, das suas expectativas. O que significa para um pode não representar nada para outro. Esta visão pode ser constatada no relato de um coordenador cujo curso possui alunos de diversos perfis sociais:

É difícil a gente analisar, porque a gente tem que analisar o aluno como indivíduo, como pessoa e nós temos uma diversidade muito grande de indivíduos aqui com histórico diferente, com histórias familiares diferentes. Esta solenidade tem significados muito diferentes, dependendo de cada um. Tem pessoas que simplesmente querem pegar seu diploma enquanto para outras, representa o momento mais significativo na vida dele e da sua família. Temos formando que é o primeiro de todo o entorno familiar que terminou um curso superior e isso tem um significado muito grande [...] esse momento é muito importante, ele está dizendo, eu terminei uma etapa importante e isto está tornado público, sendo anunciado para sociedade que isso está ocorrendo. Então este anúncio do que o indivíduo fez, é muito importante para o aluno e para muitas famílias [...]. A formatura é o momento em que pode-se propiciar uma aproximação muito interessante da família, com um reconhecimento que os pais e a família

têm na formação [...]. Tem dois momentos fundamentais na vida do aluno universitário e sua família, o ingresso e a formatura (Q4aE4).

Desta forma, de uma maneira ou de outra, o momento da formatura tem um significado próprio e caracteriza o encerramento da atividade acadêmica de graduação dos alunos, uma vez que a vida acadêmica do estudante dos cursos de graduação inicia com a sua aprovação no processo seletivo e se encerra com a outorga do grau.

Como já destacado neste estudo, a formatura da UFSC, até o final da década de 80, era caracterizada pelo seu caráter público, acadêmico e institucional. Entretanto, a partir dos anos 90, sob a influência das políticas públicas educacionais brasileiras, houve uma massificação do ensino superior e a formatura passou a representar um bom negócio. Esse bom negócio fortaleceu o mercado especializado, que se movimentou na direção dos cursos de graduação, na perspectiva de ampliarem seu quadro de clientes, não poupando os alunos das universidades públicas.

Este cenário modificou a concepção das solenidades de colação de grau da UFSC, que foram sendo apropriadas pela iniciativa privada, transformando-as em uma mercadoria possível de ser comercializada e que limitava a participação dos estudantes mediante o pagamento de valores estabelecidos pelas empresas. Em 2004, como já apresentado anteriormente, motivado pelo descontentamento dos alunos, dos familiares, dos gestores universitários e da própria sociedade foi desencadeado um processo de resgate da formatura pública da UFSC, com o propósito de retomar seu caráter público, acadêmico, isonômico e institucional da solenidade.

Isto posto, procurei investigar junto aos entrevistados, que possíveis fatores podem ser atribuídos ao movimento ocorrido na prática das formaturas da UFSC e de que forma esta prática pode ser potencializada para a organização ou desorganização do espaço público da UFSC.

Alguns aspectos foram colocados pelos entrevistados, como motivadores do movimento ocorrido com a prática da formatura da UFSC. A mudança no comportamento da sociedade que influenciaria a gestão das instituições, apontada por Ramos(1989), foi identificada por 29% dos entrevistados, dos quais destaco o relato a seguir:

[...] em uma sociedade do tipo da nossa, em que os interesses comerciais predominam sobre outros e que chegam a transformar, não a substancia, mas pelo menos a forma das relações sociais, não é de se espantar de que também a atividade universitária tenha sido vista como um campo propício para novos negócios [...]. O que ocorreu no período em que houve uma privatização, se não total, mas em boa medida, das formaturas foi lamentável. Eu me alegro muito de que a universidade tenha recuperado mais tarde as rédeas sobre algo que é intrínseco a vida universitária e não poderia jamais ter sido entregue, mesmo que fosse de maneira indireta e sutil a outro tipo de setor (Q2bE2).

A ingerência dos gestores no tocante à prática da formatura aliada à falta de local apropriado, é também apontado como um dos fatores da promoção da apropriação da formatura da UFSC pela iniciativa privada, conforme relato destacado a seguir:

Talvez a privatização tenha acontecido por comodidade da administração, ou por uma falta de local, deixando os outros tomarem conta para não se envolverem, para não discutirem, para não investirem um pouquinho nisso, e daí deixaram que apenas poucas pessoas pudessem realmente participar da colação de grau. A parte monetária aí pesava e tenho certeza que muitas pessoas que gostariam de participar não participavam [...] e isso de certa forma distancia a universidade da comunidade (Q2bE1).

Cheptulin (1982, p.174) aponta que onde condições adequadas reúnem-se, “há necessariamente mudança do inferior ao superior, do simples ao complexo, onde essas condições não são criadas há, ou movimento circular, ou mudanças regressivas”. Nestes termos, é possível deduzir que as condições apresentadas no momento da apropriação das formaturas públicas da UFSC pela iniciativa privada, promoveram mudanças regressivas no tocante à essa prática, culminando na desorganização do espaço público da UFSC.

Essas condições podem ser tanto referente a aspectos subjetivos, ou seja, valores éticos inerentes à postura dos gestores que refletem diretamente na sua maneira de gerenciamento, como aspectos materiais como um local adequado para a materialização da formatura pública da UFSC. Com essa visão, 57% dos entrevistados, apontam como positivo e fundamental a construção do Centro de Cultura e Eventos transformando assim a realização da formatura da UFSC em um processo democrático e isonômico promovendo a participação de todos os formandos com dignidade. Neste aspecto destaco o relato a seguir:

Primeiro é importante dizer o que é a ocupação do espaço público e a destinação do espaço público. Nós tínhamos um espaço que não era utilizado para nada, e neste local foi construído o prédio do Centro de Cultura e Eventos com uma finalidade e hoje resgatou a dignidade daqueles menos abonados [...]. Graças à construção, muito criticada, do prédio foi possível democratizar este segmento da nossa vida universitária, ou seja, da formatura (Q2bE3).

No entanto, como destacado neste estudo, a construção do Centro de Cultura e Eventos foi alvo de muitas críticas em função da alternativa encontrada para dar prosseguimento à construção que estava parada por falta de recursos públicos (Vide seção 2.4.1 - Do caráter público da atividade de colação de grau à sua prática sob a perspectiva da lógica do mercado). Hoje, com o local adequado para realização das formaturas e outros eventos de pequeno, e médio porte, é possível perceber nas falas dos entrevistados, que a parceria público-privado estabelecida, representou a possibilidade da Universidade possuir um espaço que pudesse garantir a formatura digna e isonômica para todos os formandos dos seus cursos de graduação:

[...] tínhamos uma construção que estava parada há uns 8 anos, e a ideia foi transformar este espaço em um espaço que pudesse atender as formaturas. Conseguimos materializar este espaço e hoje atender as formaturas [...]. É importante falar que naquela época os recursos federais eram muito difíceis. Então esse prédio

não foi concluído e ficou parado bastante tempo [...]. Foi tentado várias vezes buscar recursos federais. Esses recursos, foram conseguidos praticamente 50% com recursos federais, os outros 50%, se nós não tivéssemos buscado uma alternativa junto da iniciativa privada, ou seja, se não fosse a parceria público-privada, não teríamos terminado [...]. Sabendo que tinham interessados em todas as áreas, alimentação, banco, agência de turismo e reprografia, por meio de licitação, oferecemos a proposta de antecipação de aluguel. Eles antecipando esses alugueis, alguns por quinze anos outros por vinte anos, dependendo do contrato, foi possível terminarmos o prédio. Então, se não fosse dessa forma nós não teríamos hoje um espaço para fazer as formaturas (Q2bE6).

A visão de que a parceria público-privada pode reverter para o próprio desenvolvimento do espaço público é percebido por 57% dos entrevistados na medida em que julgam que “pode haver uma boa parceria, a parceria público-privada, que foi essencial para o público sobreviver” (Q2bE7).

Em 100% das falas, foi possível perceber que os entrevistados têm a visão de que a formatura pública da UFSC foi resgatada a partir de um querer institucional tendo como premissa básica o comprometimento de um grupo de gestores com o caráter público da Instituição.

Enquanto a universidade não se deu por conta que ela poderia interferir na privatização das formaturas, os segmentos externos à universidade tomaram conta e criaram uma situação que para eles, organizadores que vão ganhando dinheiro para organizar, oportunistas passaram a ganhar dinheiro em cima disso e dentro de um espaço público. Aí de repente surge a possibilidade de dentro do espaço público a instituição resolver um problema e acabar com essa desigualdade [...]. Hoje na formatura você vai encontrar pessoas vestidas de todos os jeitos, do chique ao mais simples, mas pelo menos aquele com trajes mais

simples podem ir na formatura do filho sem problemas e são tão respeitados quanto os demais e isso é muito importante [...] criou a possibilidade de minimizar as diferenças. Ainda não zerou mas minimizou bastante (Q4bE3).

Alguns entendem o processo de resgate da formatura, como uma espécie de reconhecimento, por parte da Instituição, de que algo deu errado no processo que envolveu as formaturas no decorrer da década de 90, e que este erro convergiu na desorganização do espaço público dentro da Universidade, como é possível perceber no relato que destaco:

É como se a universidade tivesse dito: “Cuidado, esse espaço é público e acadêmico, é nosso e por descuido ou por outro motivo foi invadido e cedido, mas foi um erro”. A universidade admitiu que se descuidou e ao admitir, sempre que admitimos um erro nosso, de alguma maneira melhoramos nosso desempenho na vida [...]. Então para a própria universidade e para os estudantes, foi um gesto importantíssimo, até porque, se permite que eu acrescente, essa empresariação das formaturas tinha gastos de níveis incríveis e formaturas sem sentido, na minha opinião, que desvirtuava totalmente, afinal eram os enfeites, os estrondos e as músicas que pareciam mais importantes do que a solenidade como tal, isto é, a colação de grau (Q4bE2).

Entretanto, a formatura pública da UFSC, não me parece uma atividade consolidada no tocante à garantia da continuidade do seu caráter público. Manter este caráter público, isonômico, acadêmico e institucional, não se traduz em um processo que tem início e fim, pelo contrário, é um processo que demanda vigília contínua de todos os envolvidos, demanda esforço institucional no sentido de garantir as condições adequadas para que a realidade da formatura pública sofra transformações apenas voltadas para seu desenvolvimento. A inexistência destas condições colocam em risco o caráter público das solenidades e potencializam a desorganização e o enfraquecimento do espaço público, o que caminha na contramão da sua preservação.

Chama a atenção que apenas 29% dos entrevistados percebem esta realidade, mantendo-se atentos às interferências que possam promover a desfiguração da formatura pública da UFSC. Estes lembram inclusive a postura da iniciativa privada diante das condições em que estão acontecendo as solenidades na UFSC, na perspectiva de retomá-las, conforme apresentado nas falas a seguir:

É claro que o mercado está aí. Qualquer oportunidade a pessoa vai investir e se tiver a liberdade, vai usar. E nada melhor do que usar um espaço público e ainda ganhar dinheiro em cima. Então a iniciativa privada está aí e o objetivo fim é o lucro (Q2bE5).

Essa tendência está ocorrendo novamente, há um movimento das empresas para que esta solenidade seja novamente coordenada pela iniciativa privada [...]. Existe porque de alguma maneira a instituição não está atendendo o que os alunos queriam, e no momento em que a instituição não atende o que os alunos querem, as empresas aproveitam [...] porque elas tem interesse financeiro e vão procurar atender os alunos exatamente do jeito que eles querem (Q2bE4).

Conscientes dessa realidade, alguns gestores apresentam preocupação com o futuro da formatura pública da UFSC, demonstrando visível ansiedade no que se refere as possibilidades de descaracterização desta prática, como destacado no relato a seguir:

Eu desejo que a universidade possa dar continuidade a este processo. A gente está cada vez mais convivendo com a mudança do pessoal envolvido com as formaturas e estamos sempre solicitando que coloquem pessoal neste setor, e pessoas novas que venham com esse mesmo espírito para dar continuidade a este processo. Não é fácil conseguir as pessoas, mas a ideia é que todos unidos possam não parar este processo e que isso continue. Peço a ajuda de todos os professores, diretores e reitores, que dêem

continuidade ao trabalho. Esse tipo de atividade não pode ficar amarrada a uma, duas ou três pessoas, mas tem que ficar ligada à administração central para dar continuidade a esse trabalho, o que eu acho que deve ficar para sempre. A continuidade da formatura pública depende da administração da Universidade, eu tenho certeza disso [...]. Hoje no processo tem muito do comprometimento do pessoal da equipe que trabalha nesta área, tem muito do sangue do pessoal, então nós temos que garantir a credibilidade e a continuidade [...]. O número de cursos da universidade está crescendo cada vez mais, não só aqui em Florianópolis como no interior do Estado e nós precisamos ter mais pessoas envolvidas e comprometidas com este trabalho. Acho que a administração central tem que pensar em dar garantias para a continuidade deste tipo de trabalho, sob pena de perdermos novamente para o segmento privado (Q4aE6).

Entretanto, mesmo diante desta preocupação, é claro para os envolvidos com esta investigação, que o resgate da formatura pública da UFSC agregou elementos importantes para o fortalecimento do seu espaço público, sua preservação e acima de tudo para o fortalecimento da Universidade como instituição pública diante da sociedade. Dentre estes elementos é possível identificar:

- a) união entre os estudantes;
- b) aproximação da família da universidade;
- c) reafirmação do papel e do caráter da universidade pública diante da sociedade;
- d) aprendizado para as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento das formaturas;
- e) isonomia e padronização no tratamento para todos, independente da cor, sexo, partido político ou condição financeira;
- f) participação mais efetiva dos estudantes;
- g) retomada do caráter acadêmico da solenidade;
- h) valorização do rito acadêmico de outorga de grau e,

- i) regulação e normatização da utilização do espaço público pela iniciativa privada no que se refere aos serviços de foto e filmagem.

Diante do exposto, cabem aqui algumas reflexões. A UFSC ao retomar a organização das formaturas passou a assumir uma responsabilidade que vai além do planejamento, organização e execução. Ela passou a criar expectativas tanto para os estudantes como para seus familiares. Passou a definir variáveis de tempo e espaço diante de um público que se programa de acordo com estas variáveis. Trata-se da definição, pela Universidade, do calendário das formaturas com um ou dois anos de antecedência, movimentando assim todos os envolvidos com os formandos, em torno deste calendário e da expectativa da formatura pública e de bom nível de qualidade.

Assim, os entrevistados vêm a formatura pública da UFSC como uma atividade de grande importância para os alunos, para seus familiares, para a Universidade e para a própria sociedade. O caráter público da solenidade contribui, segundo os entrevistados, para que todos os envolvidos exercitem a sua cidadania norteada por valores éticos, democráticos e isonômicos.

É possível perceber que o gestor universitário tem consciência da interferência que as políticas públicas exercem sobre a publicização da formatura pública, que podem alterar o contexto em que a atividade está inserida, organizando-a ou desorganizando-a. É perceptível também que os entrevistados consideram de suma importância que a Instituição invista nesta atividade, na perspectiva de promover as condições necessárias para fortalecê-la e preservá-la, minimizando assim os riscos de perder seu caráter público.

Isto posto, é possível concluir que a falta de condições necessárias para o exercício desta atividade, pode significar a desfiguração da formatura pública refletindo, também, diretamente sobre a desorganização do espaço público na UFSC. É importante salientar que a materialização destas condições não se dá apenas a partir do querer isolado da Administração Central da Universidade, mas também, em função das políticas públicas brasileiras que intervêm diretamente na gestão universitária, como identificado pelos entrevistados.

Retomando mais uma vez a Cheptulin (1982), só há desenvolvimento quando as condições adequadas se fizerem presentes. Assim, é possível sugerir que a formatura pública da UFSC contribui para a organização do espaço público na medida em que lhe é garantido as condições para seu movimento progressivo. A falta dessas condições transforma a formatura pública da UFSC em uma atividade potencializadora da desorganização deste espaço.

Por fim, atualmente a formatura pública da UFSC, na percepção dos entrevistados, representa uma atividade potencializadora do desenvolvimento do espaço público da Instituição, contribuindo assim para o fortalecimento da Universidade enquanto instituição social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgato inicialmente o objetivo da presente pesquisa, ou seja, analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina, em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores universitários.

Em busca ao atendimento do objetivo proposto do caminho teórico e metodológico percorrido, gostaria de afirmar que ao iniciar este processo de investigação, a percepção que tinha sobre a formatura pública da UFSC, era de que se constituía em uma atividade consolidada na Instituição. Entretanto, após ter percorrido todo o caminho de construção do presente estudo, foi possível construir um novo olhar para a prática da formatura pública da UFSC. Percebi e compreendi que esta prática é envolvida por relações de grandes dimensões e que refletem diretamente no seu caráter público, democrático e isonômico. Assim, entendi que a formatura pública da UFSC se constitui em um processo que se apresenta em constante movimento e que pode contribuir para a organização ou para a desorganização do espaço público, de acordo com as circunstâncias que a envolve.

Acredito na construção do público a partir do atendimento aos interesses comuns, onde as diferenças são respeitadas, o diálogo é mantido, e os elementos que envolvem a complexidade da universidade pública são compreendidos na perspectiva de promover o desenvolvimento e a preservação desses espaços para as próximas gerações. Concebo o público como um espaço onde não há concessão de privilégios que atendam interesses privados em detrimento aos interesses comuns e que possibilita a inserção social promovendo assim a consolidação de valores que envolvem a ética, a democracia e o bem comum.

E é neste contexto que percebo a inconstância do processo da formatura pública da UFSC. A Universidade é uma instituição complexa, caracterizada pela diversidade da sua comunidade interna e externa. Diferentes culturas, etnias, classes sociais, credos religiosos e ideologias políticas, aliados às relações de poder, se manifestam no seu fazer diário como instituição social, fazendo com que seja capaz de conviver com os possíveis conflitos gerados em função das diferenças.

Sustentar o espaço público é uma ação complexa pois não é uma ação isolada. Todavia, demanda muito esforço, vontade política, ousadia e acima de tudo compromisso institucional.

Os depoimentos dos entrevistados, a teoria que fundamentou esta investigação e a análise de documentos inerentes ao assunto, me proporcionaram a construção de um novo olhar, um olhar mais crítico sobre o fenômeno estudado, possibilitando o encontro de respostas para inquietações surgidas ao longo da observação do processo da formatura pública da UFSC.

Vejo, após percorrer a trajetória pré-estabelecida neste estudo, que na universidade o público é compreendido a partir, justamente, da negação do que seja o privado. O privado é percebido, compreendido e limitado na perspectiva de preservar o público. Na medida em que o público se abre para os interesses privados, a publicização passa a ser negada e os privilégios passam a fazer parte daquilo que apresenta a bandeira de público. O que percebo é que muitas vezes, dentro do que é considerado como público, permeiam relações de poder e de interesses privados, criando pequenos espaços que privilegiam e desorganizam a essência do espaço público.

Em outras palavras, são movimentos de desorganização que envolvem os espaços públicos, que muitas vezes não são percebidos, e potencializam o seu enfraquecimento, desfigurando a essência do seu caráter público.

Baseada nos depoimentos dos entrevistados, considero que o resgate da formatura pública representou um avanço fundamental para a UFSC, considerando-a como instituição social. Este resgate representou o cumprimento de um compromisso social diante da sua comunidade e da própria sociedade. O entendimento de que a solenidade de colação de grau faz parte da vida acadêmica do estudante universitário, e por isso está sob a responsabilidade da Instituição constitui-se, segundo os gestores universitários, em um processo de extrema importância tanto para a Universidade, como para os estudantes. Foi uma resposta para a sociedade de que a Universidade retomou aquilo que é público, acadêmico, institucional e que foi apropriado pela iniciativa privada indevidamente.

Promover o tratamento isonômico, democrático e público em atividades inerentes a vida de uma universidade pública, constitui uma esfera do processo da responsabilidade institucional. No entanto, diante

das relações que envolvem esta complexa instituição, isso não parece tão simples e óbvio. Muitos fatores envolvem o cumprimento desta responsabilidade, fatores estes que envolvem desde o querer institucional até a implementação de políticas públicas educacionais pelo Governo Federal.

É consenso, entre os participantes desta pesquisa, de que um dos fatores que mais influenciam a desorganização dos espaços públicos na universidade pública, é o reflexo das políticas públicas sobre a instituição, especialmente as políticas de financiamento. Materializar o público diante de cerceamento financeiro, como foi vivenciado ao longo da década de 90, não é atribuição fácil. Isso exige dos gestores muitas vezes, a utilização de mecanismos de sustentação junto à iniciativa privada, por meio de parcerias, como foi o caso da construção do Centro de Cultura e Eventos da UFSC, que permitiu a materialização da formatura pública da UFSC. Assim, para a UFSC retomar da iniciativa privada, aquilo que foi apropriado, foi necessário a utilização de mecanismos que sustentasse esta decisão, ou seja, permitisse a conclusão da construção do ambiente onde hoje é o palco das suas formaturas públicas.

Diante disso, e considerando os depoimentos dos entrevistados, acredito que a relação entre o público e privado em uma instituição pública, quando gerenciada à luz do interesse comum, pode representar a possibilidade de a Universidade reverter para a sociedade, os recursos privados envolvidos, na perspectiva do cumprimento do seu compromisso social.

A formatura pública da UFSC materializa este entendimento. Se a Universidade proporciona hoje, a participação na solenidade de colação de grau, de todos os seus formandos dos cursos de graduação, em igualdade de condições, sem custos para o aluno, respeitando as diferenças, minimizando a discriminação, foi porque ela pôde contar com um espaço adequado e condições favoráveis para realizar o evento. Esta percepção é compartilhada pelos gestores universitários, que atribuem a isto, uma das possibilidades para a consecução do objetivo de resgatar a formatura pública da UFSC.

No entanto, como salientei anteriormente, a prática da formatura pública não é uma atividade cujo caráter público esteja garantido e consolidado. Em função de tudo o que envolve esta atividade, o que acontece hoje pode não acontecer amanhã, dependendo do contexto em

que está inserida. Isto transforma a formatura pública da UFSC em uma atividade que, se a Instituição quiser manter, precisa se conscientizar de que existem inúmeros fatores que possibilitam o enfraquecimento da institucionalização da prática pública, em função da própria representatividade do fenômeno diante da sociedade.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados e ratificados com minhas próprias observações, a formatura pública da UFSC, como já destacado, não é uma atividade que é planejada em curto espaço de tempo. Pelo contrário, seu planejamento e organização são realizados a partir de variáveis temporais de médio prazo, o que significa que, uma formatura que acontecerá no segundo semestre de 2013, por exemplo, é organizada juntamente com os Coordenadores de Cursos e Comissões de Formaturas, a partir do ano de 2011. Isto representa o envolvimento dos três segmentos da instituição em uma atividade que será realizada em um prazo mínimo de dois anos. Porque destaco isso? Porque se a Universidade não estiver atenta às possibilidades de desorganização da prática da formatura pública em 2013, por exemplo, a Universidade poderá encontrar dificuldades de realizar a formatura, com o seu caráter público, para os formandos que iniciaram juntamente com a Instituição, o seu planejamento em 2011. Ou seja, a Universidade precisa estar atenta à responsabilidade que assume hoje, em torno da formatura pública, de forma a garantir a sua plena realização no futuro.

Considero que a Universidade institucionalizou, de maneira inédita, uma prática reconhecidamente fundamental para uma instituição social como a UFSC. Retomou da iniciativa privada, uma atividade essencialmente acadêmica, institucional e que deve, conforme os depoimentos dos envolvidos nesta investigação, ter o caráter público, democrático e isonômico. Com este resgate, tem promovido o exercício da cidadania, o respeito à dignidade dos seus alunos e familiares. Tem promovido a integração dos seus formandos em um momento especial nas suas vidas, dos seus entes queridos e na vida da própria universidade, que passa a ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que tem consciência do significado do público e da democracia, o que a fortalece como instituição social.

Isto posto, com vistas aos objetivos inicialmente propostos, destaco algumas ações que quicá possam contribuir para a preservação da formatura pública da UFSC, com vistas a organização,

desenvolvimento e fortalecimento do espaço público inerente a esta atividade:

- a) *Construção do público a partir da prática coletiva e dialógica:* A formatura pública da UFSC é uma atividade que envolve os três segmentos da universidade: o aluno, o professor e o gestor universitário. É de suma importância que as tomadas de decisão que envolvem esta prática, não se limitem ao entendimento ou aos interesses dos atores sociais que coordenam o processo ou que dirigem a Instituição. Para que a formatura pública seja efetivamente legitimada pela comunidade universitária, gestores universitários e sociedade, se faz necessário que todos sejam envolvidos na construção de um público que realmente atenda aos interesses comuns, fortalecido pelo entendimento mútuo de tal forma que todos os envolvidos assimilem o comprometimento com o objetivo da formatura pública e toda a complexidade que a envolve.
- b) *Sustentação, por parte da instituição, das condições necessárias:* Para que a formatura pública da UFSC possa manter seu caráter público, institucional e acadêmico, torna-se necessário que a Instituição mantenha o compromisso de proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento da prática pública das suas formações, potencializando assim o fortalecimento e a preservação do seu espaço público. Estas condições passam por comprometimento do direcionamento de investimento tanto no contexto financeiro a partir do orçamento institucional, quanto na capacitação constante dos servidores envolvidos;
- c) *Política de gestão de pessoal para o exercício da formatura pública:* Uma das dificuldades constatadas na gestão da formatura pública da UFSC, é a manutenção de um corpo de profissionais qualificado para exercer estas atividades. A rotatividade é muito presente e é possível perceber que uma das causas é a especificidade da

atividade, principalmente no que se refere aos horários de trabalho. Este aspecto constitui-se em um desafio para a gestão da atividade. Por um lado, a expectativa dos alunos e seus familiares, é de que as suas formaturas sejam realizadas nos chamados horários nobres, ou seja, à noite, nas sextas-feiras ou durante os sábados. Por outro lado, quem trabalha na organização e realização das formaturas, são servidores públicos da Instituição, cuja carga horária é de 8 (oito) horas diárias. O que é possível perceber é que os servidores que se mantêm no setor, o fazem pelo comprometimento com a atividade e com a Instituição. Outros, se sentem em desvantagem em relação aos demais servidores, uma vez que, no horário em que a maioria dos servidores se encontra em atividades de lazer, estes estão em plena atividade laboral, gerando descontentamento e consequente desmotivação. Seria muito interessante, para o fortalecimento da atividade, que a Universidade estudasse alternativas institucionais para que o servidor desta área exerça suas atividades, mesmo que em horário diferenciado dos demais, sem se sentir em desvantagem, proporcionando assim, quem sabe, maior motivação, mais comprometimento e consequente manutenção do quadro de profissionais atuantes na área.

- d) *Relação de poder*: Outro aspecto que envolve o pessoal que trabalha na organização, é a pressão exercida sobre os mesmos, seja dos alunos, dos seus familiares, dos gestores da universidade, dos professores ou mesmo da comunidade externa, na tentativa de introduzir mecanismos para o atendimento de interesses privados, promovendo privilégios. É de suma importância que os envolvidos com o processo, dêem sustentação aos preceitos do que seja inerente ao espaço público e suas vertentes, para que os organizadores sejam fortalecidos no exercício das suas atividades.
- e) *Políticas de conscientização*: Só é possível conseguir o comprometimento com determinada causa, quando a

mesma está muito clara para todos. Só é possível se comprometer com as políticas institucionais implementadas pelos gestores, a partir do momento em que estas políticas são discutidas, analisadas, construídas, compreendidas e assimiladas pela comunidade envolvida. A defesa do espaço público em uma instituição com a complexidade de uma universidade pública, passa pela necessidade de políticas de conscientização em torno da importância do seu desenvolvimento e preservação para as próximas gerações. No momento em que a comunidade tiver consciência da importância do desenvolvimento do espaço público, é possível que o comprometimento com a sua preservação flua com mais naturalidade e as atividades que promovem este desenvolvimento sejam legitimadas e fortalecidas pela própria sociedade. Para tanto, se faz pertinente uma maior divulgação da realização da formatura pública, junto à Instituição, como forma de divulgar e conscientizar sobre a importância da preservação do público, da coisa pública, do espaço público.

Estes são alguns aspectos que, no meu entendimento, merecem atenção especial para que a formatura pública da UFSC continue promovendo o desenvolvimento do espaço público, organizando-o e preservando-o. Considero, na finalização deste estudo, que o resgate da formatura pública da UFSC representou um avanço fundamental no que se refere a políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento do espaço público, contribuindo essencialmente para a organização deste espaço na Instituição. Entretanto, acredito também que ela precisa ser fortalecida e gerenciada sob o comprometimento com aquilo que se entende por espaço público, visando sua preservação e construindo um movimento progressivo na trajetória do desenvolvimento do espaço público da UFSC.

Todavia, este movimento só será progressivo, culminando no seu desenvolvimento, na medida em que as políticas públicas contribuirão para o desenvolvimento da Universidade, como instituição social e se houver comprometimento da Instituição com fatores fundamentais para o fortalecimento desta atividade. Ao contrário, poderá ocorrer o

movimento do fenômeno na direção oposta, ou seja, produzindo um movimento regressivo que pode promover a desfiguração da prática da formatura pública da UFSC e a consequente desorganização do seu espaço público.

Considero incompatível a Universidade abrir suas portas para acesso aos seus cursos de graduação por meio de políticas de inclusão, para estudantes de classes sociais menos favorecidas, promover políticas de permanência destes estudantes na perspectiva de concluírem seus cursos e, no momento da outorga de grau a Universidade seja, em função das políticas públicas ou em função de decisões administrativas, capaz de conviver com o alijamento destes estudantes motivado pelo fator econômico. A vida acadêmica do estudante de graduação inicia com sua aprovação no processo seletivo e termina apenas no momento em que ele recebe o grau referente ao seu curso. Todo esse processo deve ser garantido isonomicamente para todos os estudantes das universidades públicas.

Defendo e acredito no fortalecimento da prática da formatura pública nas universidades públicas, e em especial na Universidade Federal de Santa Catarina. Defendo que a essência dessa prática não deva se perder ao longo do tempo seja em função de políticas públicas, de políticas institucionais, por pressões mercadológicas ou ainda por interesses pessoais.

A colação de grau pública em universidade pública, de acordo com esta investigação, vai muito além do simples ato acadêmico, representa um exercício de cidadania e respeito à democracia que deve ser fortalecida dia após dia, por todos os envolvidos com esta atividade.

Nestes termos, desejo que este estudo possa, quiçá, vir a contribuir com os gestores universitários da UFSC ou de outras instituições, se pertinente, na promoção de novas discussões em torno da prática das solenidades de colação de grau nas universidades públicas federais, com vistas ao desenvolvimento de novas ações que potencializem a organização do espaço público em suas instituições.

Sugiro também, quiçá, que este estudo possa ser repensado por meio de outros olhares, como os dos alunos, dos professores ou mesmo dos familiares dos formandos.

Por fim, encerro este estudo, neste momento, com um pensamento que, para mim, remete à importância e à essência da preservação do espaço público para as próximas gerações.

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas”.

Karl Marx

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva.** São Paulo: Atlas, 2011.

AVELAR, Ediana Abreu. **A prática da formatura na educação superior: apontamentos para uma reflexão.** 2007. Disponível em: <http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/dialogia/dialogia_v6/dialogia_v6_4m36.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2011.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARROYO, Miguel. A universidade e a formação do homem. In: SANTOS, Gislene A. (Org.). **Universidade, formação, cidadania.** São Paulo: Cortez, 2001.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a história das rupturas.** 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl4.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

BETTEGA, Maria Lúcia. Cerimonial universitário: diplomação de mestres e doutores. In: ANDRADE, José Afonso Carrijo. **Cerimonial por cerimonialistas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____. **Ritos de formatura na Universidade de Caxias do Sul – Cerimonial Universitário: três modalidades de colação de grau.** 2010. Disponível em: <<http://virtualandmemories.blogspot.com/2010/03/ritos-de-formatura-na-universidade-de.html>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.849**, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Brasília.1960. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3849-18-dezembro-1960-354412-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 4 jan.2011.

BRASIL. **Decreto nº 64.824**, de 15 de julho de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. 1969. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 jan.2011.

_____. **Decreto Nº70.274**, de 09 de março de 1972. Estabelece as Normas do Cerimonial Público e Ordem Geral de Precedência. 1972. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70274.htm>. Acesso em: 23 jan.2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2011.

_____. **Lei 8.112**, de 1 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. 1990. Disponível em: <<http://www.pr4.ufrj.br/documentos/lei8112.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2011.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 15 dez.2011.

_____. **Gestão pública para um Brasil de todos: um plano de gestão para o Governo Lula / Secretaria de Gestão**. 2003. Brasília: MP, SEGES, 2003.

_____. **Decreto Nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. 2007a. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 23 jul. 2010.

BRASIL. REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades**Federais:** diretrizes gerais. 2007b. Disponível em:<http://www.reuni.ufsc.br/site/arquivos/7255_diretrizesreuni.pdf>.

Acesso em: 23 jul. 2010.

_____. **Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22/2007.**

Dispõe sobre a reposição, nas universidades federais, de servidores docentes e técnico-administrativos em educação, por meio do Banco de Equivalentes. 2007c. Publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2007.

_____. **Reuni 2008:** relatório de primeiro ano. Brasil. 2008.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085&msg=1>. Acesso em: 23 jul. 2010._____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2010a.Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 23 jan. 2011._____. **Decreto nº 7.232**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-

Administrativos em Educação. 2010b. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7232.htm)

2010/2010/Decreto/D7232.htm>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal:** um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003a.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na Universidade Federal. In: **Reflexão e Ação – Universidade: contexto e reflexões**. Universidade de Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, jul-dez. 2003b.

_____. O trabalho acadêmico e a formação do professor como pesquisador na universidade federal brasileira. Um olhar a partir da década de '90. In: **Formación de docentes: Qué cambió después de los '90 em las políticas, los currículos y las instituciones?**. Compilado por Susana Vior; Maria Rosa Misuraca; Stella Maris Más Rocha. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones. 2009.

CAPES. **Tabelas áreas de conhecimento**. Brasília. 2009. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2011.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010**. Brasília. 2011. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.24, p. 5-15, set-dez. 2003.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega. 1982.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas: uma abordagem contingencial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. 3^a. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade?** 2005a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado.** Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento? 2005b. Disponível em : <http://www.ige.unicamp.br/gapi/reformas_da_educacao_superior_na_europa_e_na_america_latina.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2011.

DOURADO, Luiz Fernando. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.** 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

FLORENZANO, Éverton. **Dicionário Ediouro da língua portuguesa.** Edição ampliada por Osmar Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Definindo Gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres;MASIH, Rogério Teixeira. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIA DO ESTUDANTE. 2010. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular/noticias/veja-20-melhores-universidades-publicas-privadas-brasil-574573.shtml>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. **Por que é tão difícil participar?: o exercício da participação no campo educacional.** São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública.* Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1984.

JACOBSEN, Alessandra Linhares. A Administração e as organizações. In: JACOBSEN, Alessandra Linhares; CRUZ JÚNIOR, João Benjamim da; MORETTO NETO, Luís. **Administração**: introdução e teorias. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2006.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010. Disponível em: <<http://moodle.ufsc.br/file.php/9384/TGAPublica.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. **REUNI**: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457/4922>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis: EDUFSC, 2000.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Protocolo e cerimonial** : normas, ritos e pompa. São Paulo: IBRADEP, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINGUILI, Maria da Glória; CHAVES, Adriana Josefa; FORESTI, Miriam Celí Pimentel Porto. **Universidade brasileira**: visão histórica e papel social. 2010. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%201%20-%20Tema%201.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Direito Administrativo**. Florianópolis:CAD/UFSC, 2007.

PAULA, Cristiana Maria. **Neoliberalismo e reestruturação da educação superior no BRASIL**: O REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/cristiana%20maria%20de%20paula.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RINESE, Eduardo. Universidade reflexiva e cidadania crítica. In: SANTOS, Gislene A. (Org.). **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROIO, Marcos Del. **A universidade pública e o vírus do privatismo**. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/087/87roio.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: LCT, 1999.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres;MASIH, Rogério Teixeira. **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: WARDE, Mirian Jorge; DE

TOMMASI, Livia; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo:Cortez, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas,1987.

UFSC. **Regimento Geral**. 1982. Disponível em:

<http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/Regimento_UFSC_GERAL.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. **Resolução N° 17/CUn/1997**. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC. 1997. Disponível em:

<<http://notes.ufsc.br/aplic/resocons.nsf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. **Resolução N° 005/CEG/2004**. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2004a. Disponível em: <

<http://notes.ufsc.br/aplic/RESOCONS.NSF/eab68f213e7101c80325638c005e9041/a2c7dde530d7ab1183257153006c3dc2?OpenDocument>>.

Acesso em: 14 jun. 2011.

_____. **Resolução N° 018/CUn/2004**. Altera os artigos 10 e 11 da resolução nº 17/CUn/97, que trata do regulamento dos cursos de graduação. 2004b. Disponível em: <

<http://notes.ufsc.br/aplic/resocons.nsf/eab68f213e7101c80325638c005e9041/beaf40df452009ce8325715400632256?OpenDocument&Highlight=2,018%2Fcu>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

_____. **Resolução N° 004/CEG/2005**. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. Disponível em: <

<http://notes.ufsc.br/aplic/RESOCONS.NSF/eab68f213e7101c80325638c005e9041/d866f80d2b550dcb83257153006a45cf?OpenDocument>>.

Acesso em: 14 jun. 2011.

UFSC. **Resolução Normativa N° 008/CUn/2007**. Instituiu o Programa de Ações Afirmativas. UFSC. 2007a. Disponível em: <http://www.conselhos.ufsc.br/index.jsp?page=arquivos/cun_resol.html>. Acesso em: 17 fev. 2011.

_____. **Apresentação do Centro de Cultura e Eventos da UFSC**. 2007b. Disponível em: <<http://www.eventos.ufsc.br>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

_____. **Resolução N° 017/CEG/2009**. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://ced.ufsc.br/pedagogia/R017CEG2009%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 - 2014**. Florianópolis. UFSC. 2010a.

_____. **Relatório de Gestão da UFSC**. 2010b. Disponível em: <http://www.die.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2010.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2011.

_____. **UFSC em números**. 2010c. Disponível em: <http://www.pip.ufsc.br/arquivos/UFSC_NUMEROS_00_10.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. **Programa de Oficinas de Gestão do Departamento de Ciências da Administração da UFSC**. 2010d. Disponível em: <<http://www.oficinascad.ufsc.br>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

_____. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - UFSC**. 2010e. Disponível em: <<http://www.prae.ufsc.br/index.jsp>>. Acesso em: 3 set. 2011.

_____. **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - UFSC**. 2010f. Disponível em: <<http://cartadeservicos.paginas.ufsc.br/pro-reitorias/preg/>>. Acesso em: 4 set. 2011.

UFSC. **Resolução N° 01/CEG/2011**. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2011a. Disponível em: <<http://formaturas.paginas.ufsc.br/files/2011/11/RN01CEG2011.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. **Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2011b. Disponível em: <http://reitoria.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Estatuto_web.pdf>. Acesso em: 15 fev.2011.

_____. **Pré-Vestibular da UFSC**. 2011c. Disponível em: <<http://www.prevestibular.ufsc.br/site2/curso.html>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

_____. **Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC de 2011**. 2011d. Departamento de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Formatura pública da UFSC**. Apresenta a formatura pública da UFSC e sua regulamentação e procedimentos. 2011e. Disponível em: <<http://www.formaturas.ufsc.br>>. Acesso em: 14 de mai. 2011.

VIANA, Flávio Benedito. **Universidade**: protocolo, rito e cerimonial. São Paulo: Lúmen, 1998.

ZILLI, Uiana Souza. **Dicas - Festas de formatura aquecem o mercado de evento em Santa Catarina**. 2010. Disponível em: <<http://www.formatura.com.br/materia.php?id=216>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - Relação de cursos presenciais no *Campus*
Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis e
respectiva área de conhecimento(*)**

(continua)

CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
Administração	Ciências Humanas
Agronomia	Ciências Agrárias
Antropologia	Ciências Humanas
Arquitetura e Urbanismo	Ciências Sociais e Aplicadas
Arquivologia	Ciências Humanas
Artes Cênicas, Teatro	Linguística, Letras e Artes
Biblioteconomia	Ciências Humanas
Ciência e Tecnologia Agroalimentar	Ciências Agrárias
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas
Ciências Contábeis	Ciências Sociais e Aplicadas
Ciências da Computação	Ciências Exatas e da Terra
Ciências Econômicas	Ciências Sociais e Aplicadas
Cinema	Linguística, Letras e Artes
Design	Ciências Sociais e Aplicadas
Direito	Ciências Sociais e Aplicadas
Educação do Campo	Ciências Agrárias
Educação Física	Ciências da Saúde
Enfermagem	Ciências da Saúde
Engenharia Civil	Engenharias
Engenharia de Alimentos	Engenharias
Engenharia de Aquicultura	Engenharias
Engenharia de Controle e Automação	Engenharias
Engenharia de Materiais	Engenharias
Engenharia de Produção	Engenharias

**APÊNDICE A - Relação de Cursos Presenciais no *Campus*
Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis e
respectiva área de conhecimento (*)**

(continua)

CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
Engenharia Elétrica	Engenharias
Engenharia Eletrônica	Engenharias
Engenharia Mecânica	Engenharias
Engenharia Química	Engenharias
Engenharia Sanitária e Ambiental	Engenharias
Farmácia	Ciências da Saúde
Filosofia	Ciências Humanas
Física	Ciências Exatas e da Terra
Fonoaudiologia	Ciências da Saúde
Geografia	Ciências Humanas
Geologia	Ciências Exatas e da Terra
História	Ciências Humanas
Jornalismo	Ciências Sociais e Aplicadas
Letras - LIBRAS	Linguística, Letras e Artes
Letras - Língua Portuguesa	Linguística, Letras e Artes
Letras - Línguas Estrangeiras	Linguística, Letras e Artes
Matemática	Ciências Exatas e da Terra
Medicina	Ciências da Saúde
Museologia	Ciências Humanas
Nutrição	Ciências da Saúde
Oceanografia	Ciências Exatas e da Terra
Odontologia	Ciências da Saúde
Pedagogia	Ciências Humanas
Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica	Ciências Humanas

**APÊNDICE A - Relação de Cursos Presenciais no *Campus*
Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis e
respectiva área de conhecimento (*)**

(conclusão)

CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
Psicologia	Ciências Humanas
Química	Ciências Exatas e da Terra
Relações Internacionais	Ciências Humanas
Serviço Social	Ciências Sociais e Aplicadas
Sistemas de Informação	Ciências Exatas e da Terra
Zootecnia	Ciências Agrárias

(*) Não estão consideradas as habilitações.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação SETIC/UFSC e CAPES (2009).

APÊNDICE B - Instrumento de coleta de informações

1- Dados de Identificação:

- a. Unidade de Lotação: Ano de ingresso na UFSC:
Sexo:
- b. Durante quanto tempo trabalha em instituição pública?
- c. Já trabalhou em outra universidade? Pública ou privada?

2- Quanto à Universidade pública

- a. O que o(a) senhor(a) entende por universidade pública?
- b. O(A) senhor(a) considera que as políticas públicas interferem no fortalecimento da universidade como instituição pública? De que maneira?
- c. O(A) senhor(a) considera que a Universidade pública apresenta vestígios de privatização das suas atividades? Quais? Como?
- d. Na sua opinião, de que maneira a universidade pública pode promover o desenvolvimento da sociedade? E a UFSC, como se dá a sua relação com a sociedade?
- e. Na sua opinião, os gestores públicos universitários podem contribuir para o fortalecimento da UFSC como instituição pública? De que maneira?

3- Quanto ao Espaço Público

- a. Como o(a) senhor(a) caracteriza o espaço público?
- b. Como o(a) senhor(a) percebe a existência de espaço público na UFSC?
- c. O senhor(a), que exerce a função de coordenador(a)¹⁸ de curso de graduação, acredita que os gestores universitários podem contribuir para o desenvolvimento e preservação do espaço público existente na UFSC? De que maneira?

4- Quanto à Formatura Pública da UFSC

¹⁸ Este questionamento foi adaptado para a Pró-Reitora de Ensino de Graduação e para o Diretor do Departamento de Cultura e Eventos, diante das suas respectivas funções.

- a. Na sua opinião, qual a importância da solenidade de colação de grau na vida acadêmica dos estudantes universitários?
- b. Que fatores o(a) senhor(a) atribui ao movimento ocorrido na gestão das formaturas da UFSC, que as tornaram privadas a partir da década de 90 e voltaram a ser públicas a partir do ano de 2004?
- c. Comente, na sua opinião, o que o resgate da formatura pública agregou para a UFSC e para os estudantes?
- d. Na sua percepção, o desenvolvimento da sua atividade de coordenador¹⁹ do curso de graduação, contribui para o fortalecimento da democratização da solenidade pública de colação de grau da UFSC? De que maneira?

5- Finalização

- a. O(A) senhor(a) gostaria de acrescentar alguma coisa?

Muito Obrigada !

¹⁹ Este questionamento foi adaptado para a Pró-Reitora de Ensino de Graduação e para o Diretor do Departamento de Cultura e Eventos, diante das suas respectivas funções.

